

Ana Sofia Dias Marcelino

## **Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé**



2023

Ana Sofia Dias Marcelino

**Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé**

Mestrado em Direção e Gestão Hoteleira  
Especialidade no ramo Hotelaria, Empreendedorismo e Projetos  
de Investimento

Trabalho efetuado sob a orientação de:  
Professora Doutora Cláudia Helena Nunes Henriques



2023

# Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé

## Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser o(a) autor(a) deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Ana Sofia Dias Marcelino

## Direitos de cópia ou Copyright

© Copyright: Ana Sofia Dias Marcelino

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

*“There is no Plan B, because there is no Planet B.”*

Ban Ki-Moon

*"Education is the most powerful weapon you can use to change the world."*

Nelson Mandela

## **Agradecimentos**

A entrega desta dissertação é a conclusão de uma etapa bastante importante para mim. Durante todo o meu percurso académico foram muitos altos e baixos que sem o apoio de todos os que estiveram presentes na minha vida não seria possível.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Henriques, que durante todo o período de escrita da dissertação deu-me o suporte teórico e acreditou na minha investigação.

Ao corpo docente da Universidade do Algarve que me acompanhou no meu percurso académico tanto na Faculdade de Economia na licenciatura em Economia como na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo durante e o mestrado em Direção e Gestão Hoteleira.

Às formadoras Filipa Calhã e Manuela Carvalho que foram bastante prestáveis na microcredencial de Turismo Sustentável e na microcredencial de Circularizar a Economia e o Turismo da Universidade Aberta.

Aos diversos professores que passaram pela minha vida e a todos que fizeram parte do meu percurso escolar, nomeadamente, à Professora Paula, à Professora Nélia, ao Professor Hugo e ao Professor Luís. Cada um deles contribuiu de diferentes formas para a pessoa que sou hoje.

Aos meus pais, pelos valores e princípios que me transmitiram, e que sempre fizeram o possível para me proporcionar tudo na vida. A vós devo-vos tudo o que sou e tudo o que consigo, por sempre me apoiarem nas minhas decisões.

Ao meu melhor amigo David, que incondicionalmente me tem acompanhado nesta jornada que é a vida, e que está sempre presente na alegria e na tristeza, na saúde e na doença.

A todos os que de alguma forma sentiram a minha ausência física ou emocionalmente, obrigada por acreditarem em mim, por vezes mais do que eu, que este sonho seria possível. Sem todos vós, o vosso apoio e compreensão, nada disto seria possível.

## **Resumo**

Um dos principais desafios para o futuro do turismo e da hotelaria é a sustentabilidade. Desenvolver a atividade turística com vista a alcançar um equilíbrio entre as áreas de intervenção da sustentabilidade (ambiental, económica e social), é crucial para trilhar o caminho de um turismo sustentável.

O objetivo geral deste trabalho visa compreender o nível de aplicação das práticas de sustentabilidade dos hotéis com classificação de 3, 4 e 5 estrelas no município de Loulé. Foi criado um inquérito por questionário dirigido aos diretores hoteleiros dos hotéis acima referidos. Aplicado o questionário, foi recolhida uma amostra de 15 em 25 respostas possíveis. A análise foi efetuada a partir do *Google Forms* e *Excel*.

Esta dissertação procurou discutir os resultados da implementação do questionário e contribuir desta forma para a atividade turística e hoteleira ser orientada por práticas sustentáveis atualmente e no futuro.

As constantes adversidades que se colocam ao crescimento e desenvolvimento sustentável devem servir como motivo para que as unidades hoteleiras mudem os seus comportamentos e adotem novas práticas no combate às alterações climáticas.

O sucesso do setor turístico e hoteleiro está diretamente relacionado com a implementação da sustentabilidade, dado que além de ser uma tendência é também o garante da continuidade do setor a longo prazo.

Palavras-chave: Hotelaria, Sustentabilidade, Desenvolvimento, Turismo, Município de Loulé

## **Abstract**

One of the main challenges for the future of tourism and hospitality is sustainability. Developing tourist activity with a view to achieving a balance between the areas (environmental, economic and social) of sustainability intervention is crucial to promoting sustainable tourism.

The general objective of this work aims to understand the level of application of sustainability practices in hotels rated 3, 4 and 5 stars in the municipality of Loulé. A survey was created aimed at hotel directors of the hotels mentioned above. After applying the questionnaire, a sample of 15 out of 25 possible responses was collected. The analysis was carried out using Google Forms and Excel.

This dissertation sought to discuss the results of implementing the questionnaire and thus contribute to tourism and hotel activity being guided by sustainable practices currently and in the future.

The constant adversities facing growth and sustainable development should serve as a reason for hotel units to change their behaviour and adopt new practices to combat climate change.

The success of the tourism and hotel sector is directly related to the implementation of sustainability, as in addition to being a trend, it also guarantees the sector's long-term continuity.

**Keywords:** Hospitality, Sustainability, Development, Tourism, Municipality of Loulé

## Índice geral

Índice de figuras.....	iv
Índice de gráficos.....	iv
Índice de tabelas.....	v
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas.....	vii
Capítulo 1: Introdução .....	1
1.1. Apresentação do tema.....	1
1.2. Objetivos da investigação .....	1
1.3. Estrutura da dissertação .....	1
Capítulo 2: Metodologia .....	2
2.1. Palavras-Chave e Nuvem de Palavras .....	6
Capítulo 3: Enquadramento teórico .....	10
3.1. Sustentabilidade: Breve Perspetiva Histórica .....	10
3.2. Desenvolvimento Sustentável: Conceptualização .....	17
3.3. Sustentabilidade no turismo e na hotelaria .....	21
3.3.1. Áreas de intervenção.....	26
3.3.1.1. Social .....	30
3.3.1.2. Ambiental.....	31
3.3.1.3. Economia .....	34
3.4. Desafios para o futuro.....	36
Capítulo 4: Planeamento da sustentabilidade para o turismo .....	42
4.1. Sustentabilidade e principais documentos internacionais.....	42
4.1.1. Agenda 2030 .....	42
4.1.2. <i>Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey To 2030, Highlights</i> .....	49
4.1.3. <i>Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production</i> <i>Patterns into Tourism Policies</i> .....	52

4.1.4. <i>Baseline Report on Climate Action in Tourism</i> .....	53
4.2. A Importância em estabelecer critérios de avaliação para o turismo e hotelaria sustentáveis: várias escalas territoriais .....	54
4.2.1. <i>The European Tourism Indicator System (ETIS)</i> .....	54
4.2.2. <i>International Network of Sustainable Tourism Observatories (INSTO)</i> .....	55
4.2.3. <i>Global Sustainable Tourism Council (GSTC) Industry Criteria &amp; Indicators for Hotels</i> .....	56
4.2.4. <i>Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável (SITS)</i> .....	57
4.3. Preocupações com a sustentabilidade em Portugal.....	59
4.3.1. Portugal 2030 .....	59
4.3.2. Programa Nacional Investimentos (PNI) 2030.....	59
4.3.3. Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) .....	61
4.3.4. Estratégia de turismo 2027 .....	63
4.3.5. Plano de Turismo +Sustentável 20-23 .....	64
4.3.6. Guia de Boas Práticas para uma Economia Circular no Alojamento Turístico ....	66
4.4. Preocupações com a sustentabilidade turística no Algarve e no concelho de Loulé	67
4.4.1. Algarve 2030.....	67
4.4.2. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas .....	68
4.4.3. Loulé: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas .....	69
4.4.4. Plano Municipal de Ação Climática de Loulé (PMAC).....	69
Capítulo 5: Estudo de caso.....	73
5.1. O Município de Loulé: Caracterização .....	73
5.1.1. O Município de Loulé: Sustentabilidade no turismo e na hotelaria .....	75
5.1.2. Local da pesquisa e Amostragem .....	81
5.2. Estrutura do questionário .....	84
5.3. Resultados e discussão.....	85
Capítulo 6: Conclusão.....	104
6.1. Reflexões Finais.....	104

6.2. Investigação futura.....	105
6.3. Limitações.....	106
Referências bibliográficas.....	107
Apêndice(s).....	115
Apêndice A - Questionário aplicado no âmbito da Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé.....	115
Anexo(s).....	120
Anexo 1 - Metas do Objetivo 8 - Trabalho digno e crescimento económico .....	120
Anexo 2 - Metas do Objetivo 12 - Produção e consumo sustentáveis.....	121
Anexo 3 - Metas do Objetivo 14 - Proteger a vida marinha .....	122
Anexo 4 - Visitantes nas Áreas Protegidas (nº) - Meta 8.9. ....	123
Anexo 5 - Intensidade turística (%) - Meta 8.9.....	123
Anexo 6 - Proporção de praias com bandeira azul (%) - Meta 14.2.....	124

## **Índice de figuras**

Figura 1 - Esquema da estrutura da dissertação.....	5
Figura 2 - Nuvem de palavras.....	9
Figura 3 - Ciclos temporais.....	15
Figura 4 - Representação de sustentabilidade através de um diagrama de Venn .....	27
Figura 5 - Representação de sustentabilidade através de círculos não concêntricos .....	27
Figura 6 - Representação de sustentabilidade através de um Hexágono .....	27
Figura 7 - Dimensões clássicas do desenvolvimento sustentável.....	28
Figura 8 - Atributos para avaliação de aplicações de IA na indústria hoteleira e turística .....	39
Figura 9 - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio .....	42
Figura 10 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	44
Figura 11 - Relacionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com ações de responsabilidade social de empresas, por área e tipo de impacto .....	50
Figura 12 - Metas para o turismo em Portugal 2017 - 2027 .....	64
Figura 13 - 16 municípios do Algarve .....	73

## **Índice de gráficos**

Gráfico 1 - Qual a categoria da Unidade Hoteleira? (Pergunta 1).....	85
Gráfico 2 - A unidade hoteleira está inserida numa cadeia/grupo hoteleiro? (Pergunta 3) .....	87
Gráfico 3 - Se respondeu sim, diga qual? (Pergunta 3.1) .....	88
Gráfico 4 - Em que medida a sua unidade hoteleira aposta na sustentabilidade nas seguintes áreas de intervenção? (Pergunta 4) .....	89
Gráfico 5 - O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade. (Pergunta 6).....	92
Gráfico 6 - Em que medida o investimento e financiamento (interno e externo) tem estado associado à aposta em práticas sustentáveis? (Pergunta 7).....	93
Gráfico 7 - Em que grau considera o hotel sustentável? (Pergunta 8).....	95

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Temáticas relevantes por área.....	6
Tabela 2 - Cadeias de pesquisa e suas finalidades.....	8
Tabela 3 - Artigos excluídos para a nuvem de palavras .....	8
Tabela 4 - Uma perspetiva dos três pilares do desenvolvimento sustentável.....	18
Tabela 5 - Externalidades do turismo .....	23
Tabela 6 - Termos para definir as três áreas de intervenção da sustentabilidade .....	27
Tabela 7 - Indicadores para as três dimensões da sustentabilidade .....	29
Tabela 8 - Sustentabilidade social .....	30
Tabela 9 - Impactos sociais do turismo e hotelaria.....	31
Tabela 10 - Sustentabilidade ambiental .....	32
Tabela 11 - Impactos ambientais do turismo e hotelaria .....	33
Tabela 12 - Sustentabilidade económica .....	34
Tabela 13 - Impactos económicos do turismo e hotelaria .....	35
Tabela 14 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	43
Tabela 15 - Objetivo 8 - Trabalho digno e crescimento económico.....	45
Tabela 16 - Objetivo 12 - Produção e consumo sustentáveis .....	47
Tabela 17 - Objetivo 14 - Proteger a vida marinha.....	48
Tabela 18 - Principais recomendações até 2030.....	51
Tabela 19 - Kit de ferramentas ETIS para gestão sustentável de destinos .....	55
Tabela 20 - As 11 questões obrigatórias para a INSTO .....	56
Tabela 21 - Critérios e os Indicadores do GSTC Industry Criteria & Indicators para Hotéis .....	57
Tabela 22 - Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável (SITS) .....	58
Tabela 23 - Transportes e mobilidade - PNI 2030.....	60
Tabela 24 - Ambiente e ação climática - PNI 2030.....	61
Tabela 25 - Dimensões estratégicas e componentes - PRR .....	63
Tabela 26 - Objetivos estratégicos - Plano Municipal de Ação Climática de Loulé.....	70
Tabela 27 - Documentos/projetos desenvolvidos pelo município de Loulé.....	72
Tabela 28 - Indicadores-chave do município de Loulé.....	73
Tabela 29 - Indicadores SIGTUR .....	74
Tabela 30 - Capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos (camas/utentes) por freguesia .....	75

Tabela 31 - Indicadores de referência - ODS Local .....	77
Tabela 32 - Projetos de referência - ODS Local .....	78
Tabela 33 - Boas práticas de referência - ODS Local.....	81
Tabela 34 - Lista de Estabelecimentos Hoteleiros - Hotéis de 3, 4 e 5 estrelas no município de Loulé .....	82
Tabela 35 - Comparação entre número total de hotéis e a amostra de hotéis (Pergunta 1) .....	85
Tabela 36 - Qual o número de quartos da Unidade Hoteleira? (Pergunta 2).....	86
Tabela 37 - Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis? (Pergunta 5) 90	
Tabela 38 - Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis? (Pergunta 5) 91	
Tabela 39 - O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade. (Pergunta 6).....	91
Tabela 40 - Deverá também referir as áreas mais importantes de intervenção neste domínio (até três). (Pergunta 7.1) .....	94
Tabela 41 - Em que medida a sua unidade hoteleira se preocupa em avançar na sustentabilidade com práticas nos seguintes domínios (Pergunta 9) .....	97
Tabela 42 - Indique com um X, se a unidade hoteleira já implementa ou pretende implementar no futuro medidas concretas para práticas sustentáveis nos seguintes itens. (Pergunta 10).....	100
Tabela 43 - Análise SWOT (Perguntas 11, 12, 13 e 14) .....	102

## **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

AHP - Associação da Hotelaria de Portugal

AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

AL - Alojamento Local

ALEP - Associação do Alojamento Local em Portugal

BCSD - *Business Council for Sustainable Development*

CCDR Alg - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

CO2 - Dióxido de carbono

EE - Eixos estratégicos

EMAAC do município de Loulé - Loulé: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

ENAAC - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ET - Empreendimentos Turísticos

ETIS - *The European Tourism Indicator System*

EUA - Estados Unidos da América

ET27 - Estratégia Turismo 2027

F&B - *Food and Beverage*

GEE - Gases com efeito de estufa

GSTC - *Global Sustainable Tourism Council*

IA - Inteligência Artificial

INE - Instituto Nacional de Estatística

INSTO - *International Network of Sustainable Tourism Observatories*

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG's - Organizações Não Governamentais

OE - Objetivos estratégicos

OP - Objetivos de Política

PEE - Pacto Ecológico Europeu

PIAAC - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

PIENDS - Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

PMAC - Plano Municipal de Ação Climática de Loulé

PNI - Programa Nacional Investimentos

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

RNET - Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos

RNV - Revisões Nacionais Voluntárias

RSE - Responsabilidade Social Corporativa

RVN - Relatório Voluntário Nacional

SIGTUR - Sistema de Informação Geográfica do Turismo

SITS - Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação

UE28 - União Europeia 28

UNEP - *United Nations Environment Programme*

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNWTO - *World Tourism Organization*

WCED - *World Commission on Environment and Development*

WTTC - *World Travel & Tourism Council*

## **Capítulo 1: Introdução**

### **1.1. Apresentação do tema**

Esta dissertação inicia-se com um tópico introdutório, em que se procede a uma breve apresentação da estrutura e organização da mesma, assim como dos seus conteúdos essenciais.

O tema “Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé” requer reflexão e desenvolvimento crítico de conteúdos e, para tal, existem capítulos distintos que permitem a exploração do percurso de aprendizagem até alcançar as conclusões finais.

### **1.2. Objetivos da investigação**

O objetivo geral deste trabalho visa compreender o nível de aplicação das práticas de sustentabilidade dos hotéis com classificação de 3, 4 e 5 estrelas no município de Loulé. Em termos de objetivos específicos foram delimitados quatro objetivos, são eles:

1. Refletir historicamente sobre o desenvolvimento sustentável, o seu conceito e desafios para o futuro. Estudar medidas a adotar para as diferentes dimensões da sustentabilidade.
2. Averiguar os principais instrumentos de política fomentadores da sustentabilidade associada ao turismo nas diferentes escalas territoriais.
3. Identificar os hotéis de 3, 4 e 5 estrelas do concelho de Loulé e respetivas práticas - económicas, sociais e ambientais - de desenvolvimento sustentável nas suas unidades, através de aplicação de inquérito por questionário.
4. Refletir numa perspetiva crítica sobre as práticas atuais dos hotéis de 3, 4 e 5 estrelas do concelho de Loulé e perspetivar ações futuras.

### **1.3. Estrutura da dissertação**

A presente dissertação encontra-se dividida em seis capítulos. Além do capítulo introdutório, segue-se o capítulo metodológico. O terceiro capítulo reporta o enquadramento teórico, o qual reflete sobre a sustentabilidade fundamentalmente na sua associação ao turismo. No respeitante ao quarto capítulo, ele apresenta documentos para o planeamento da sustentabilidade para o turismo, e o capítulo 5 expõe o estudo de caso e o capítulo 6 tece as principais conclusões. Apresenta-se ainda a bibliografia utilizada.

## Capítulo 2: Metodologia

O tema "Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé" pretende ser um ponto de partida para uma reflexão que se julga essencial para o município, pois este tem sido um dos pioneiros nesta temática. Para que tal aconteça, pretende-se desenvolver a presente investigação com base num enquadramento teórico, tendo em consideração as palavras-chave: Hotelaria, Sustentabilidade, Desenvolvimento, Turismo, Município de Loulé.

No decurso do presente trabalho recorreu-se à base de dados *Scopus* e *Google Académico* para considerar um conjunto de artigos que refletissem sobre a temática em questão, de forma não estruturada, com vista à criação de um enquadramento teórico relevante cientificamente. Na identificação dos artigos foram considerados alguns critérios de seleção, nomeadamente: i) ser um artigo empírico presente na base de dados *Scopus* ou no *Google Académico*, ii) ser da área do turismo ou da hotelaria ou ser relevante do ponto de vista metodológico, iii) ter acesso aberto e, iv) ser em língua inglesa ou língua portuguesa.

Simultaneamente, com vista a obter informação sobre políticas e monitorização internacional recorri a um conjunto de organismos tais como a *World Tourism Organization* (UNWTO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), *World Commission on Environment and Development* (WCED), *World Travel & Tourism Council* (WTTC), entre outros, devido à importância que têm para o turismo e para a hotelaria.

Início por enquadrar o tema com uma reflexão sobre as políticas associadas à sustentabilidade turística e, para tal recorri ao Turismo de Portugal e ao Instituto Nacional de Estatística (INE) a fim de contemplar as estatísticas no turismo. Concretamente para Loulé, considerei o Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (RNET).

No debruçar do trabalho utilizei o Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR), o qual foi desenvolvido pelo Turismo de Portugal e tem a valia de disponibilizar informações sobre a oferta turística nacional, nomeadamente enfatizando um conjunto de indicadores.

A presente dissertação aborda como método de investigação o estudo de caso associado à sustentabilidade na hotelaria em Loulé. O estudo de caso é um método de pesquisa que, através de dados de uma determinada realidade vem explicar, explorar ou

descrever fenômenos atuais num contexto específico (Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K., 2018).

O estudo de caso é referente à sustentabilidade hoteleira em Loulé que, após a identificação da listagem de estabelecimentos hoteleiros extraída do RNET do Turismo Portugal (em particular, para hotéis com classificação de 3, 4 e 5 estrelas), se procede à realização de um inquérito por questionário aos hotéis das categorias referidas, com vista a determinar as suas práticas de gestão sustentável e prioridades futuras (vide Apêndice A).

Este estudo de caso foi aplicado aos diretores hoteleiros dos hotéis com classificação de 3, 4 e 5 estrelas do município de Loulé. O questionário esteve aberto a respostas, durante o período de um mês, compreendido entre 3 de julho de 2023 a 3 de agosto de 2023.

Tendo em conta que existem diferentes tipos de estudo de caso, tais como os classificados como de tipo único ou múltiplo, cabe salientar que o estudo de caso único abrange as modalidades: histórico, observacional, biografia, comunitário, situacional e micro etnografia, enquanto o estudo de caso múltiplo inclui as modalidades: indução analítica e comparação constante (Moreira, A., Sá, P. & Costa, A., 2021).

No tipo único, o que determina é o caso, ou seja, o foco do investigador é um facto em específico. No tipo múltiplo são considerados dois ou mais assuntos, ambientes ou bases de dados (Moreira, A. et al., 2021). Assim, este trabalho caracteriza-se por ser um estudo de caso múltiplo.

Relativamente à compreensão do fenómeno a ser investigado existem três categorias distintas, nomeadamente, se é intrínseco, instrumental ou coletivo. Se o estudo de caso for intrínseco, o intento está em encontrar relações internas ao caso. Na categoria instrumental o objetivo consiste em validar teorias ou elementos e verificar variáveis de natureza causal. O estudo de caso coletivo ou comparativo refere que numa determinada análise os resultados dos diferentes casos são compilados e analisados e os seus aspetos procuram uma explicação para o fenómeno através de semelhanças e diferenças encontradas (Moreira, A. et al., 2021). Assim, a dissertação caracteriza-se por ser um estudo de caso coletivo ou comparativo.

Do ponto de vista da natureza dos objetivos na pesquisa, o estudo de caso pode ser exploratório, descritivo ou explanatório. Um estudo de caso exploratório e descritivo responde às questões como e por que, enquanto o explanatório responde às questões quem, o que e onde. Assim, o trabalho caracteriza-se por ser um estudo de caso descritivo,

uma vez que incide na descrição pormenorizada da realidade em estudo, descreve as características de uma determinada amostra de dados através de um inquérito por questionário (Moreira, A. et al., 2021).

A técnica de recolha de dados implementada foi o inquérito por questionário. Esta técnica permite observar sujeitos ou entidades face a um determinado fenómeno. Os inquéritos por questionário possibilitam quantificar os dados obtidos e proceder a inferências e a generalizações (Batista, B., Rodrigues, D., Moreira, E. & Silva, F., 2021).

O questionário foi aplicado em formato físico ou *online* com recurso à aplicação *Google Forms*. A aplicação gera um *output* próprio e em formato de *Excel* por pergunta. A análise dos dados primou pela confidencialidade. Esta condição foi implementada devido à preocupação demonstrada pelos intervenientes na preservação do sigilo, entre outros motivos, devido à concorrência no setor hoteleiro.

Para desenvolver o inquérito por questionário, recorri na sua maioria a três documentos que considerei essenciais. Do ponto de vista dos documentos internacionais utilizei como referência, na sua maioria, o *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey To 2030, Highlights*. Relativamente a aferir os critérios de avaliação para a hotelaria baseei-me no *Global Sustainable Tourism Council (GSTC) Industry Criteria & Indicators for Hotels*. E, do ponto de vista dos documentos que enquadram as preocupações com a sustentabilidade a nível nacional, apoiei-me, fundamentalmente, no Guia de Boas Práticas para uma Economia Circular no Alojamento Turístico (AHRESP & Turismo de Portugal, 2021).

No referente ao questionário, o tratamento dos resultados foi fundamentalmente por base na estatística descritiva. Contudo, no respeitante às questões abertas recorreu-se à análise de conteúdo apoiada em Bardin (Bardin, L., 2015).

Nomeadamente no respeitante às questões sobre pontos fortes, pontos fracos oportunidades e ameaças detetadas nas perguntas 11, 12, 13 e 14, foram analisadas com base em categorias, de forma a construir uma análise *SWOT* assente na perspetiva dos gestores inquiridos do concelho de Loulé.

Para auxiliar a compreender a estrutura desta dissertação apresenta-se a Figura 1 - Esquema da estrutura da dissertação.

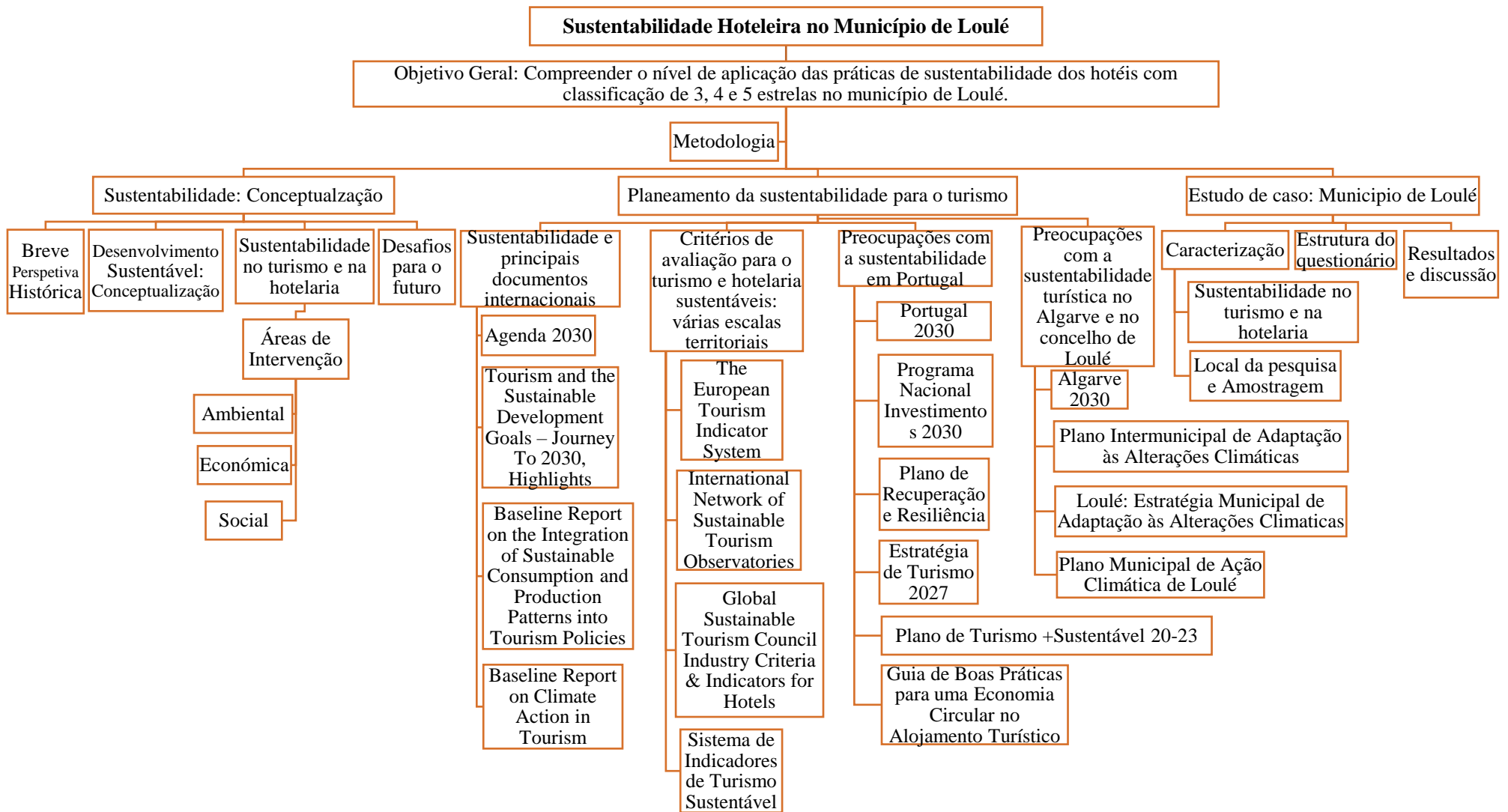


Figura 1 - Esquema da estrutura da dissertação  
 Fonte de Dados: Elaboração própria

## 2.1. Palavras-Chave e Nuvem de Palavras

De acordo com os objetivos atrás referidos, as temáticas sustentabilidade(s), desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, práticas sustentáveis na sua associação com a hotelaria, o turismo, a perspectiva do empregador e a responsabilidade social corporativa conduzem à estruturação e conceptualização fundamental desta dissertação.

Neste contexto, este subcapítulo foi delimitado com o intento de compreender de que forma o conceito de sustentabilidade, na sua conceção transversal, quando articulado com o turismo e a hotelaria se relaciona com uma multiplicidade de outras temáticas.

Primeiramente, devem-se definir as palavras-chave para se proceder à pesquisa através da base de dados *Scopus*.

Com vista a perceber o anteriormente exposto, foi observada uma amostra de artigos a partir da base *Scopus*. Verificou-se que, por um lado, a área da sustentabilidade está muito associada ao desenvolvimento sustentável e respetivas práticas, por outro lado a hotelaria relaciona-se com o turismo, com a perspectiva do empregador e com a responsabilidade social das empresas.

Com as temáticas relevantes já estabelecidas, procedeu-se à elaboração da Tabela 1 - Temáticas relevantes por área, que as enumera de acordo com a respetiva área.

Área	Sustentabilidade	Hotelaria
Temáticas relevantes	<i>1. Sustainability</i> <i>2. Development</i> <i>3. Sustainable development</i> <i>4. Sustainability practices</i>	<i>1. Hospitality</i> <i>2. Tourism</i> <i>3. Employer perspective</i> <i>4. Corporate social responsibility</i>
Fundamentação	Este grupo recai sobre o tema a investigar.	Este grupo reúne diversos termos utilizados para abranger a hotelaria.

Tabela 1 - Temáticas relevantes por área  
Fonte de Dados: Elaboração própria

A partir das temáticas relevantes anteriormente estipuladas, definiu-se as cadeias de pesquisa. Na área da sustentabilidade foram definidos dois grupos, o primeiro reúne “*Sustainability*”, “*Development*” e “*Sustainable development*” e o segundo engloba “*Sustainability practices*”. Na área da hotelaria as temáticas relevantes foram consideradas individualmente.

Assim, para o primeiro grupo da área da sustentabilidade (“*Sustainability*”, “*Development*” e “*Sustainable development*”) foi feita uma pesquisa com cada uma das temáticas relevantes da área da hotelaria que originou um total de 4 cadeias de pesquisa.

Para o segundo grupo da área da sustentabilidade (“*Sustainability practices*”) foi também elaborada uma pesquisa com cada uma das temáticas relevantes da área da hotelaria que originou um total de 4 cadeias de pesquisa. Com base nas cadeias de pesquisa geradas, procedeu-se à quantificação dos artigos identificados através da base de dados *Scopus* para cada cadeia de pesquisa.

Com as cadeias de pesquisa já estabelecidas, procedeu-se à elaboração da Tabela 2 - Cadeias de pesquisa e suas finalidades, que as enumera define a sua finalidade e identifica-as.

Nº	Cadeia de pesquisa	Finalidade	Nº de artigos identificados
1	(“ <i>Sustainability</i> ” OR “ <i>Development</i> ” OR “ <i>Sustainable development</i> ”) AND (“ <i>Hospitality</i> ”)	Estudos acerca da influência da sustentabilidade na hotelaria.	919
2	(“ <i>Sustainability</i> ” OR “ <i>Development</i> ” OR “ <i>Sustainable development</i> ”) AND (“ <i>Tourism</i> ”)	Estudos acerca da influência da sustentabilidade no turismo.	24 001
3	(“ <i>Sustainability</i> ” OR “ <i>Development</i> ” OR “ <i>Sustainable development</i> ”) AND (“ <i>Employer perspective</i> ”)	Estudos acerca da influência da sustentabilidade para os diretores hoteleiros.	11
4	(“ <i>Sustainability</i> ” OR “ <i>Development</i> ” OR “ <i>Sustainable development</i> ”) AND (“ <i>Corporate social responsibility</i> ”)	Estudos acerca da influência da sustentabilidade na gestão ética e responsabilidade social das empresas.	5 433
5	(“ <i>Sustainability practices</i> ”) AND (“ <i>Hospitality</i> ”)	Estudos acerca de práticas sustentáveis na hotelaria.	53
6	(“ <i>Sustainability practices</i> ”) AND (“ <i>Tourism</i> ”)	Estudos acerca de práticas sustentáveis no turismo.	254

7	("Sustainability practices") AND ("Employer perspective")	Estudos acerca de práticas sustentáveis para os diretores hoteleiros.	0
8	("Sustainability practices") AND ("Corporate social responsibility")	Estudos acerca de práticas sustentáveis na responsabilidade social corporativa.	301
<b>TOTAL</b>			30 972

Tabela 2 - Cadeias de pesquisa e suas finalidades  
Fonte de Dados: Elaboração própria

Com base nas cadeias de pesquisa, que evidenciam a relação mais forte entre as diferentes temáticas, chama-se a atenção para a sua importância no respeitante ao setor do turismo bem como com a responsabilidade empresarial.

Após a identificação do número de artigos na base de dados da *Scopus*, foram executados os critérios de exclusão, de modo a filtrar os resultados obtidos, como se pode constatar na Tabela 3 - Artigos excluídos para a nuvem de palavras.

Critério	Nº de artigos excluídos
Estudos publicados em jornais não científicos	2 013
Estudos sobre sustentabilidade que não são da área do turismo ou da hotelaria ou ser relevantes do ponto de vista metodológico	18 466
Artigos escritos em idioma diferente do português ou inglês	182
<b>TOTAL</b>	20 661

Tabela 3 - Artigos excluídos para a nuvem de palavras  
Fonte de Dados: Elaboração própria

Não foram considerados critérios de inclusão, dado o objetivo ser a construção de uma nuvem de palavras, e para tal não ser necessário seguir todas as etapas associadas a uma Revisão Sistemática de Literatura. Conforme é possível visualizar, foram excluídos 20 661 dos 30 972 artigos, logo a amostra total é de 10 311 artigos.

O *output* gerado a cada cadeia de pesquisa foi extraído através da base de dados *Scopus* em formato *Excel*. Assim, dado que uma das cadeias de pesquisa não apresentou artigos ("Sustainability practices") AND ("Employer perspective"), obteve-se 7 documentos em *Excel* apenas com as palavras-chave de cada artigo.



## Capítulo 3: Enquadramento teórico

A presente dissertação está associada à sustentabilidade na hotelaria, a qual se associa ao setor do turismo. Para tal, importa contextualizar a sustentabilidade no tempo, o impacto positivo e negativo de cada uma das suas áreas de intervenção e, quais os desafios traçados para o futuro. A pertinência do objeto de estudo cruza-se com o aumento dos estudos desenvolvidos sobre a temática em causa.

Assim, este capítulo de enquadramento teórico inicia com uma breve reflexão histórica sobre o conceito de sustentabilidade ao que se segue uma discussão crítica sobre o mesmo, para em seguida se proceder à associação entre o conceito de sustentabilidade e o turismo e especificamente a hotelaria.

### 3.1. Sustentabilidade: Breve Perspetiva Histórica

A evolução da população durante os séculos XVIII e XIX fez com que houvesse uma escassez de recursos, a qual foi amplamente discutida por autores como Thomas Malthus e William Jevons.

A época caracteriza-se por uma legislação protetora dos pobres (*Poor Laws*), a ciência é vista como uma curiosidade e dá-se a Revolução Industrial. Neste contexto, Malthus avança com um Ensaio sobre o princípio da população em 1798. Malthus acrescentou à herança que havia sido dada por Adam Smith da “mão invisível” o conceito de escassez (Bastos, D., 2018).

A Revolução Industrial caracteriza-se pela abundância de matéria-prima, pelo desenvolvimento da agricultura, verifica-se uma elevada mão de obra disponível e a época ficou marcada por importantes progressos técnicos (Bastos, D., 2018). Pode-se destacar a máquina a vapor de James Watt, a exploração infantil e a transformação da paisagem, devido ao ruído, à poluição da água e do ar (*National Geographic Portugal*, 2022).

O período que se sucede à Primeira Grande Guerra (28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918) e à Segunda Grande Guerra (1 de setembro de 1939 a 2 de setembro de 1945) representou para os países do hemisfério norte uma elevada prosperidade económica, com significativos impactos culturais, sociais e ambientais (Curi, R. & Pereira, S., 2012).

A segunda metade do século XX ficou marcada pelos drásticos impactos ambientais que foram reflexo do desenvolvimento industrial (Curi, R. & Pereira, S., 2012).

A partir de 1960 foram notáveis os desenvolvimentos na política internacional do ambiente com a defesa de um modelo de desenvolvimento (Santos, A., 1979). Alguns dos acontecimentos mais relevantes relacionados com as preocupações e políticas ambientais, que contribuíram para a evolução foram:

→ Conferência de Estocolmo em 1972 → Esta conferência organizada pelas Nações Unidas sobre o meio ambiente, demonstrou-se crucial uma vez que foi a primeira a elevar como tema importante o meio ambiente. Como resultado, extraiu-se a Declaração de Estocolmo, que abarcava vinte e seis princípios com questões ambientais em primeiro plano e serviu para dar início ao diálogo internacional entre os países industrializados (*United Nations*, 1972).

O plano de ação consistia em três categorias principais: Programa Global de Avaliação Ambiental (plano de observação), Atividades de Gestão Ambiental e, por fim, Medidas Internacionais de apoio às atividades de avaliação e gestão realizadas a nível nacional e internacional. Estas categorias foram divididas em cento e nove recomendações. Assinala-se ainda, como um dos principais resultados a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [*United Nations Environment Programme*], designado por “PNUMA” [UNEP] (*United Nations*, 1972).

→ Relatório *Brundtland* em 1987 → O Relatório *Brundtland* também conhecido como Nosso Futuro Comum [*Our Common Future*] foi publicado em 1987, onde foi definido o conceito de Desenvolvimento Sustentável (*EUR-Lex*, s.d.). Assim, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas, diz que o desenvolvimento sustentável visa dar resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades.

No Relatório *Brundtland* foram definidos objetivos críticos para políticas relativas ao ambiente e ao desenvolvimento, nomeadamente: reviver o crescimento; mudar a qualidade do crescimento; atender às necessidades essenciais de empregos, alimentação, energia, água e saneamento; garantir um nível sustentável de população; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e gerir riscos; combinando o meio ambiente e a economia na tomada de decisão (*WCED*, 1987).

→ Cimeira do Rio em 1992 → A Cimeira do Rio também conhecida como “Cimeira da Terra” [*Earth Summit*], foi comemorativa do vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo em 1972. Em simultâneo, realizou-se um fórum global que reuniu Organizações Não-Governamentais (ONG’s), que apresentaram a sua visão do futuro mundial para o meio ambiente e para o desenvolvimento socioeconómico (*United Nations*, 1992).

→ Carta de Aalborg em 1994 → Inspirado no plano da Agenda 21 Local da Cimeira da Terra do Rio, a “Carta de Aalborg” é uma iniciativa de sustentabilidade urbana permitida pelos intervenientes da primeira Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis em Aalborg na Dinamarca a 27 de maio de 1994 (*Sustainable Cities Platform*, 2016).

Esta Carta resultou do consenso entre indivíduos, municípios, ONG’s e, compromete-os a participarem nos procedimentos da Agenda 21 Local e a desenvolver planos de ação a longo prazo para a sustentabilidade com vista a iniciar a Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (*European Environment Agency*, s.d.).

→ Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000 → A formulação dos ODM nasce em setembro de 2000 com a aprovação, dos 191 chefes de Estado e de Governo pertencentes à *United Nations* e 22 organizações internacionais, da Declaração do Milénio (Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2000).

Esta declaração compromete os países a alcançarem oito objetivos comuns, são eles (*United Nations*, 2000):

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a igualdade de género e a autonomia da mulher;
4. Reduzir a mortalidade de crianças;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento.

→ Cimeira de Joanesburgo em 2002 → A cimeira mundial para o desenvolvimento sustentável, também designada por Cimeira de Joanesburgo, ocorreu entre 26 de agosto de 2002 e 4 de setembro do mesmo ano e, teve como objetivo por parte da Comissão

Europeia verificar resultados e garantir uma globalização benéfica para todos (Comissão Europeia, 2002).

Para assinalar os 10 anos desde a Cimeira da Terra, anteriormente mencionada, que ocorreu no Rio de Janeiro, a Comissária Margot Wallström realçou a necessidade de se passar da teoria à prática. Assim, de acordo com a Comissária “Em Joanesburgo, os líderes mundiais terão pela frente a tarefa não só de reafirmarem o seu empenho político no desenvolvimento sustentável, mas também de porem em prática aquilo que apregoam.” (Comissão Europeia, 2002).

→ Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS) em 2007 → A ENDS tem por base o período temporal entre 2005 e 2015, esta consiste num conjunto estruturado de atuações, tendo em consideração as fragilidades e potencialidades que o país enfrenta. A ENDS visa assegurar um crescimento contínuo económico célere e vigoroso, maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção do ambiente que torne possível a integração das dimensões ambiental, social e económica na conceção e implementação de políticas públicas a médio e longo prazo (Mota, I., Pinto, M., Sá, J., Marques, V. & Ribeiro, J., 2005).

A ENDS está estruturada com suporte dos seguintes sete objetivos (Agência Portuguesa do Ambiente, 2008):

- Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
- Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
- Melhor Ambiente e Valorização do Património;
- Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
- Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
- Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
- Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

O PIENDS foi realizado como um referencial dinâmico e participativo a partir da ENDS. Os objetivos e linhas de orientação permitiram uma atualização constante dos programas de suporte (Henriques, A., 2008).

→ Cimeira “Rio+20” em 2012 → A Cimeira “Rio+20” ou Conferência “Rio +20”, ocorreu entre 4 e 6 de junho de 2012, ou seja, 20 anos após a Cimeira da Terra decorrida no Rio de Janeiro. A Cimeira “Rio+20” foi vista como referência na defesa ambiental e climática a nível mundial (Parlamento Europeu, 2011).

Com a Cimeira “Rio+20” foi originado um procedimento entre os diferentes Estados-membros para a criação de estratégias que forneçam financiamento de desenvolvimento sustentável ao nível local, nacional e internacional. Desta Cimeira resultou um programa de políticas de economia verde, que se relaciona com os esforços desenvolvidos para a erradicação da pobreza, gestão de recursos naturais, redução dos impactos ambientais e aumento da eficiência ambiental que se traduz na diminuição de desperdícios (UNESCO, s.d.).

→ Agenda 2030 em 2015 → Foi a 25 de setembro de 2015 que foi aprovada pelos líderes mundiais a Agenda 2030. Este marco representa o ano de definição da Agenda alargada e ambiciosa que inclui as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental) (*Global Compact Network Portugal*, s.d.).

A entrada em vigor ocorre a 1 de janeiro de 2016 a partir da resolução da *United Nations* denominada por “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na cimeira ocorrida em Nova Iorque que confirmou a unanimidade dos 193 Estados-membros da *United Nations* (Nações Unidas, s.d.).

Os ODS definem e representam as prioridades a ter por todos os países até 2030, estes estruturam-se em torno de cinco Princípios, são eles: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias (*Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal*, s.d.).

→ Relatório Voluntário Nacional (RVN) de 2017 e RVN de 2023 → A RVN de 2017 foi o primeiro relatório de implementação da Agenda 2030, este foi apresentado em julho de 2017 (Portal Diplomático, 2019). O RVN de 2023 deseja contribuir para uma análise dos avanços conseguidos no processo de implementação dos ODS num quadro multinível (*PlanAPP*, 2023).

→ Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022 → A ENED de 2018-2022 resulta do processo de criação, implementação e avaliação da ENED 2010-2016. Assim, a ENED de 2018-2022 coopera para reforçar o compromisso político nacional no domínio da Educação para o Desenvolvimento (ED). Os objetivos essenciais que definem a ENED são “reforçar princípios e compromissos que contrariem

o alastramento do medo e da xenofobia, bem como para reconhecer e combater dinâmicas estruturais de exclusão, de normalização da violência e das desigualdades e de degradação ambiental, criando condições para um mundo mais inclusivo, pacífico, justo e sustentável” (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., 2018).

→ Pacto Ecológico Europeu (PEE) em 2019 → O PEE pretende transformar a nossa economia e as nossas sociedades e tentar ser o primeiro continente com um impacto neutro no clima. Com a estagnação originada pela pandemia de COVID-19, o PEE é o ponto de mudança para uma economia moderna na utilização eficiente e competitiva de recursos. A PEE tem em vista acabar com as emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2050, tornar o crescimento económico dissociado da utilização de recursos e garantir que nenhuma região é esquecida. Assim, com um compromisso comum os 27 Estados-membros honram reduzir as emissões em, pelo menos 55% até 2030 comparando com 1990 (Comissão Europeia, 2019).

→ Agenda Territorial 2030 → A 1 de dezembro de 2020 na Alemanha, foi projetado um futuro para todos os territórios, a partir da Agenda Territorial 2030 (Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território e Desenvolvimento Territorial e/ou Coesão Territorial, 2020).

A evolução existente entre passado e futuro requer necessariamente uma transição para uma sociedade equilibrada e justa. Fatores como a participação cívica de empresas, organizações e governos têm sido o principal desafio para a primeira metade do século XXI (Ribeiro, S. & Soromenho-Marques, V., 2021).

De acordo com o filósofo português Viriato Soromenho-Marques, a simbiose entre passado e futuro distingue-se através de quatro ciclos temporais distintos, como demonstra a Figura 3 - Ciclos temporais (Soromenho-Marques, V., 2003).



*Figura 3 - Ciclos temporais*  
*Fonte de Dados: Adaptação de Soromenho-Marques, V. (2003)*

O ciclo da génese ocorreu entre 1962 e 1973 e foi considerado o ciclo expansivo, dado que surgiram os primeiros impactos da economia no ambiente (Soromenho-Marques, V., 2003).

O ciclo do recuo, surgiu entre 1973 e 1983, ficou marcado pela crise petrolífera que provocou instabilidade económica (Soromenho-Marques, V., 2003).

O ciclo virtuoso aconteceu entre 1983 e 1997, ao longo deste período foi determinado o objetivo de cumprir os objetivos do milénio até 2015 (Soromenho-Marques, V., 2003).

O ciclo do impasse dá-se entre 1997 e 2006 que, o filósofo caracteriza como “demissionismo crescente na política norte-americana de ambiente” (Soromenho-Marques, V., 2003).

É notável que este tema tenha significativa importância devido à sua constante agenda, quer no passado, como se verificou anteriormente, pelos inúmeros acontecimentos aqui explicitados, como no futuro através dos objetivos que nos são dados com a intenção de passar à ação, à mudança de comportamentos para nos tornarmos não só em indivíduos mais sustentáveis, mas também numa sociedade que preze estes princípios.

### 3.2. Desenvolvimento Sustentável: Conceptualização

O conceito de desenvolvimento sustentável ganha proeminência fundamentalmente no Relatório *Brundtland* em 1987 (WCED, 1987).

Este tipo de desenvolvimento é aquele que “procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social, económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os *habitats* naturais” (WCED, 1987).

Atualmente, as Nações Unidas na resposta à pergunta o que é o desenvolvimento sustentável, têm em consideração outros valores que em 1987 ainda não tomavam conta das agendas mundiais. Assim, as Nações Unidas definem desenvolvimento sustentável na atualidade como (United Nations, 2016):

- O desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades;
- Exige esforços conjuntos para a construção de um futuro inclusivo sustentável e resiliente para as pessoas e o planeta;
- É essencial harmonizar três elementos centrais: crescimento económico, inclusão social e proteção ambiental. Estes estão interconectados e todos são cruciais para o bem-estar dos indivíduos e das sociedades;
- A erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões corresponde a uma condição indispensável para que exista desenvolvimento sustentável. Portanto, é necessário promover o crescimento económico sustentável, inclusivo e equitativo, proporcionando mais oportunidades para todos, de forma a minimizar as desigualdades, elevando os padrões básicos de vida, diligenciando um desenvolvimento social equitativo e inclusivo, e promovendo uma gestão integrada e sustentável de recursos naturais e dos ecossistemas.

Com o objetivo de promover a adoção de padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais e incentivar a sociedade num todo a alterar os seus comportamentos perante a visível degradação observada dos recursos, ecossistemas e na biodiversidade foram implementados os impostos ambientais em Portugal (Portal do Estado do Ambiente, 2023).

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta ligações causais entre ambiente, sociedade e economia. Assim, as empresas e a sociedade deram início ao desenvolvimento de estratégias ambientais como uma ferramenta eficaz para responderem a pressões das questões ambientais sempre crescentes (Severo, E. & Guimarães, J., 2022).

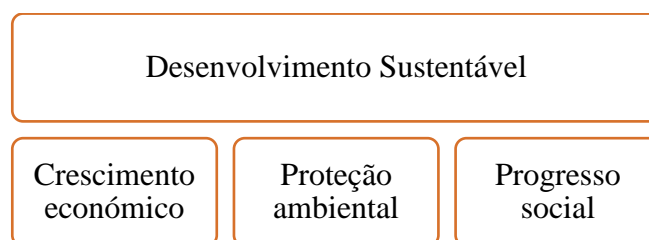
As empresas veem como objetivo aumentar a eficiência operacional e melhorar a sua posição no mercado, para alcançarem sucesso por meio da utilização de princípios e estratégias relacionadas com uma boa gestão sustentável (Severo, E. et al., 2022).

O conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade estão fortemente conectados e, é frequente serem designados palavras sinónimas tanto na literatura académica como em termos científicos (Ruggerio, C., 2020).

Contrariamente a este facto, é possível verificar que as distintas escolas de pensamento defendem que o desenvolvimento sustentável é considerado um conceito contraditório dada a sua impossibilidade em sustentar um crescimento económico infinito num planeta que apresenta limitações (Ruggerio, C., 2020).

Para o autor Carlos Ruggerio, a definição de sustentabilidade deve cumprir os seguintes critérios: ter em consideração a dificuldade associada aos sistemas socio ecológicos, nomeadamente quando estes abrangem fatores económicos, ecológicos, sociais e políticos; registar o património inter e intra geracional; e, por fim, respeitar a organização hierárquica da natureza (Ruggerio, C., 2020).

A Tabela 4 - Uma perspetiva dos três pilares do desenvolvimento sustentável apresenta uma perspetiva para os pilares do desenvolvimento sustentável (Estender, A. & Pitta, T., 2008).



*Tabela 4 - Uma perspetiva dos três pilares do desenvolvimento sustentável  
Fonte de Dados: Estender, A. e Pitta, T. (2008)*

Compreender o conceito de sustentabilidade, é de tal forma relevante como saber distinguir os diferentes níveis de sustentabilidade. Existem quatro níveis de sustentabilidade, nomeadamente o fraco e muito fraco e o nível forte e muito forte, para

os primeiros dois dá-se o nome de insustentáveis e os outros dois consideram-se sustentáveis (Feil, A., 2020).

O artigo de Alexandre Feil, consiste numa revisão sistemática da literatura, onde os principais resultados são apresentados para os quatro níveis de sustentabilidade, anteriormente enunciados (Feil, A., 2020).

Para o autor, o nível muito fraco consiste na troca total dos recursos naturais por recursos humanos, enquanto o nível fraco acontece quando existe uma substituição ou compensação parcial, isto é, quando é imposto um limite para o capital natural em detrimento dos recursos humanos (Feil, A., 2020).

Por outro lado, Feil refere que o nível forte designa um complemento dos diversos tipos de capitais, estes devem coexistir e progredir mutuamente, tendo em consideração a consciencialização e gestão ambiental, por fim, no nível muito forte dá-se a preservação integral dos recursos naturais e uma redução dos recursos capitais (Feil, A., 2020).

Franz, Andreoli e Silva abordam e analisam os efeitos da gestão participativa, práticas de governança e o desenvolvimento sustentável em cidades turísticas de pequeno porte. Na atualidade, 55% da população mundial reside em cidades e estima-se que até 2050 aumentará até 68% (Franz, N., Andreoli, C. & Silva, C., 2021).

Partindo desse pressuposto, transformar as cidades em sustentáveis, inovadoras, inteligentes, resilientes, igualitárias, inclusivas, fez os autores levarem a cabo uma pesquisa que seguiu três fases de desenvolvimento, nomeadamente (Franz, N., et al., 2021):

→ Na primeira fase foram selecionadas as cidades que iriam servir de base ao estudo, a designada amostra.

→ A segunda fase de desenvolvimento consiste na identificação e descrição de políticas adotadas pela administração pública municipal que promovam a gestão participativa e governança a partir da elaboração de duas tabelas, uma em que se definem ações e políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e outra que indica as políticas que refletem as três dimensões da sustentabilidade (económica, social e ambiental).

→ E, por fim, a terceira fase de desenvolvimento estuda os indicadores de desempenho das cidades, durante o espaço temporal de 10 anos, orientados sob gestão participativa e práticas de governação pública.

As conclusões da investigação alertam para a necessidade da preservação do meio ambiente, dado que a sua salvaguarda influencia positivamente a sociedade que depende

da geração de riqueza proveniente do turismo. A principal preocupação advém do esgotamento sanitário e o destino do lixo dado que, estes afetam a promoção do turismo (Franz, N., et al., 2021).

Os autores referem ainda que, o crescimento económico é fundamental, contudo é necessário priorizar as ações e políticas públicas para que ocorram melhorias nas áreas social e ambiental (Franz, N., et al., 2021).

### 3.3. Sustentabilidade no turismo e na hotelaria

Ao longo deste capítulo, a principal preocupação consiste em analisar a sustentabilidade na sua associação ao turismo e à hotelaria, os seus diversos impactos positivos e negativos e, como estes se refletem aos níveis económico, social e ambiental.

O setor das viagens e turismo é um dos maiores do mundo e gera desenvolvimento socioeconómico e criação de empregos (WTTC, 2020). O seu crescente desenvolvimento representa uma preocupação acrescida nas sociedades, isto porque na atualidade a pressão exercida sob os destinos turísticos originou a frequência do uso do termo *over tourism* (UNWTO, 2018).

De acordo com os autores Dwyer e Gill uma economia mundial em movimento é a base para o crescimento contínuo do turismo em todo o mundo (Dwyer, L. & Gill, A., 2019).

Em concreto no caso de Portugal, e à semelhança com o que se verifica em muitos outros países do mundo, o setor turístico tem vindo a crescer na economia nacional (Turismo de Portugal, 2008).

A queda ocorrida entre 2019 e 2020 deveu-se à COVID-19. Os anos antecedentes à crise pandémica foram anos de um elevado crescimento no setor hoteleiro, nomeadamente, no número de empresas hoteleiras e no número de quartos disponíveis (Santos, L., Gomes, C., Malheiros, C. & Lucas A., 2021).

A sustentabilidade perante a atividade turística e hoteleira no decorrer dos anos veio dar destaque a uma preocupação contante devido ao desenvolvimento destacado do turismo. Assim, tornou-se essencial relacionar a preocupação gerada pelo impacto causado pela intervenção do Homem na natureza com o conceito de desenvolvimento sustentável (Bailoa, S. & Cravo, P., 2021).

De acordo com os autores Hitchcock e Willard, a palavra-chave do século XXI é sustentabilidade. Na hotelaria e no turismo, a sustentabilidade tem vindo a adquirir maior atenção devido aos impactos ambientais negativos que têm sido gerados pelos setores (Hitchcock, D. & Willard, M., 2002).

Associados a estas externalidades negativas vêm numerosos problemas ambientais, tais como a poluição no ar e na água, o depósito de resíduos, a degradação ambiental e as mudanças climáticas que têm sido provocadas pela atividade humana (Lin, B., Zhu, D., Liu, C. & Kim, P., 2021).

A *UNWTO* define um turismo que promova o desenvolvimento sustentável como o “turismo que leva em consideração impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs” (*United Nations Environment Programme (UNEP) & UNWTO*, 2005).

Simultaneamente, foram apontadas diretrizes para que exista desenvolvimento do turismo sustentável. Assim, segundo a *UNWTO*, pode ler-se (*UNWTO*, 2005):

→ Num primeiro momento deve-se maximizar os recursos ambientais por serem cruciais no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade.

→ Num segundo momento, deve-se respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, onde é conservado o património cultural construído e vivo e os seus valores tradicionais que contribuem para a compreensão e tolerância interculturais.

→ Por fim, num terceiro momento, devem-se assegurar operações económicas de longo prazo viáveis, proporcionando justamente benefícios socioeconómicos a todas as partes interessadas, incluindo estabilidade de emprego e oportunidades de criação de rendimentos e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, contribuindo desta forma para a redução da pobreza.

A importância do setor da hotelaria traz consigo externalidades positivas e negativas, no nível económico, sociocultural e ambiental (Tavares, F., Pacheco, L. & Borges, J., 2016).

Deste modo, de acordo com o conceito de externalidade introduzido por Arthur Pigou entende-se que é um custo ou benefício colocado pela atividade de um agente económico a terceiros, sem que estes recebam qualquer indemnização ou efetuem o devido pagamento, em que uma externalidade positiva representa um benefício e uma externalidade negativa um custo para terceiros (Koeller, P., Miranda, P., Lustosa, M. & Podcameni, M., 2020).

A Tabela 5 - Externalidades do turismo apresenta as externalidades no turismo por agente influenciado (principalmente o indivíduo e o Estado e o bem-estar coletivo), por natureza (benefícios ou custos) e por tipo de efeito (económico, social e ambiental) (Eusébio, M., 2006).

Agente influenciado	Natureza	Tipo de efeito		
		Económico	Social	Ambiental
Principalmente o indivíduo	Benefícios	Novas infraestruturas de transporte, novos equipamentos e atividades recreativas, culturais e desportivas.	Efeitos de demonstração positivo (exemplo, melhores cuidados de saúde, melhor educação).	Melhoria da paisagem.
	Custos	Inflação.	Congestionamento de tráfego e de pessoas, aumento da criminalidade, efeitos de demonstração negativos.	Poluição (visual, sonora, das águas e do ar).
O Estado e o bem-estar coletivo	Benefícios	Aumento direto, indireto e induzido das receitas.	Valorização cultural.	Preservação da flora e da fauna.
	Custos	Despesas na construção e manutenção de infraestruturas e atrações turísticas que não possuam um sistema de utilizador/pagador; Despesas na segurança; Despesas na recolha de resíduos sólidos.	Aumento dos serviços de segurança, saúde, proteção de incêndios e de limpeza.	Destruição da flora e da fauna.

Tabela 5 - Externalidades do turismo  
Fonte de Dados: Eusébio, M. (2006)

É possível por esse motivo imputar responsabilidade sobre intensos consumos de energia, matérias-primas, produtos e serviços, desagregação de recursos ambientais de elevado valor e fragilidade à atividade hoteleira?

Os princípios de sustentabilidade onde coabitam os aspetos ambientais, económicos e socioculturais exigem uma robusta liderança política, em que todos participam para a concretização de um turismo sustentável (Paula, B., Silva, F. & Faria, E., 2020).

Este processo contínuo em que os níveis de satisfação dos clientes têm definidos elevados padrões, faz com que o agente de turismo se consciencialize para questões de sustentabilidade promovendo, deste modo, práticas de turismo sustentável (Holmes, M., Dodds, R. & Frochot, I., 2021).

De acordo com Haulle, o turismo sustentável depende, entre outros, da cultura e interação entre os membros de uma determinada comunidade, do fluxo de turistas e do clima político do país anfitrião e da hospitalidade dos prestadores de serviços (Haulle, 2019).

Apesar da temática da sustentabilidade na hotelaria ter despertado um elevado interesse, no setor do turismo existem três fatores que atestam a importância relativamente às questões ambientais. Assim, segundo Aragon-Correa, Martin-Tapia e Torre-Ruiz (2014) temos:

- Em primeiro lugar, o aumento exponencial esperado das atividades turísticas e dos seus impactos diretos e indiretos.
- Em segundo lugar, as alterações ocorridas no setor do turismo que elevaram preocupações com novos e complexos impactos ambientais. Um exemplo é a ascensão de voos de curta e média distância efetuada pelos turistas, provoca um aumento exponencial das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) associadas à indústria do turismo.
- E, em terceiro, a atenção e o foco dos reguladores e do público está voltada para os múltiplos impactos ambientais, tais como o uso intensivo de energia para alterar a temperatura das instalações/edifícios, a elevada produção de resíduos, a excessiva utilização de água ou os embates absolutos da construção e expansão de determinadas instalações/edifícios.

O turismo sustentável desde sempre foi considerado muito importante visto que pressupõe o uso adequado dos recursos ambientais, respeita a autenticidade sociocultural das comunidades e assegura que as atividades económicas sejam viáveis a longo prazo. Requer ainda a participação informada dos *stakeholders*, a monitorização constante dos seus impactos, mantendo um elevado nível de satisfação dos turistas” (Organização Mundial do Turismo (OMT), 2005).

O Turismo de Portugal reforça que a sustentabilidade no turismo é, “um caminho incontornável e assumido com crescente consciência pelos agentes do setor, à escala mundial. Significa que tem em conta as necessidades dos visitantes, do setor e das comunidades e os seus impactos ambientais, económicos e sociais no presente e no futuro” (Turismo de Portugal, 2023a).

De acordo com McKercher, o turismo apresenta uma relação de amor/ódio com a comunidade recetora de turismo. Este apresenta oito verdades fundamentais relacionadas com todos os tipos de desenvolvimento turístico, são elas (McKercher, B.,1993):

- Enquanto atividade industrial o turismo consome recursos, gera resíduos e tem necessidades específicas de infraestruturas;
- O turismo enquanto consumidor de recursos tem a capacidade de os consumir em excesso;
- A indústria turística depende de recursos, por isso compete por recursos escassos para garantir a sua sobrevivência;
- Na sua maioria, o turismo é dominado pelo setor privado, com decisões de investimento baseadas predominantemente na maximização do lucro (Max  $\pi$ );
- A indústria do turismo é multifacetada e por esse motivo é praticamente impossível de se controlar;
- Os turistas são consumidores e não antropólogos;
- O turismo é entretenimento;
- Ao contrário de outras atividades industriais, o turismo gera receita ao importar clientes em vez de exportar o seu produto.

### 3.3.1. Áreas de intervenção

Tal como observámos anteriormente, os impactos no turismo são variados e multifacetados e, estes dependem de onde ocorre a atividade turística. Esta é responsável por um avultado consumo dos recursos, matérias-primas, produtos, energia e serviços que por vezes desencadeia a degradação ambiental, social ou económica dado o seu elevado uso.

Cada local onde ocorre o turismo, ou o tipo de turismo que nele acontece, provoca diferentes resultados no meio envolvente. Diferenciar espaço geográfico de espaço turístico, leva a compreender que estes não se limitam ao destino turístico. Engloba-se nesta discussão residentes e turistas, sociedade e natureza, e o global e o local entre outros aspetos (Valduga, V., 2012).

Na indústria da hotelaria e turismo a base do produto turístico consiste no capital natural, social e cultural de um destino (Moneva, J., Bonilla-Priego, M. & Ortas, E., 2019).

Mesmo com o aumento avultado de investigação sobre a temática da sustentabilidade, este conceito ainda continua aberto com inúmeras interpretações pelos seus diferentes contextos (Purvis, B., Mao, Y. & Robinson, D., 2018).

A definição para a nomeação das áreas da sustentabilidade difere ao longo dos diversos autores. Assim, existem diferentes definições para as designadas áreas de intervenção da sustentabilidade. A Tabela 6 - Termos para definir as três áreas de intervenção da sustentabilidade indica os termos utilizados para a sustentabilidade enquanto integrante das três áreas de intervenção.

Pilares	Pope, J., Annandale, D. e Morrison-Saunders, A. (2004); Gibson, R. (2006); Waas, T., Hüge, J., Verbruggen, A. e Wright, T. (2011); Moldan, B., Janousková, S. e Hák, T. (2012); Schoolman, E., Guest, J., Bush, K. e Bell, A. (2012); Boyer, R., Peterson, N., Arora, P. e Caldwell, K. (2016).
Dimensões	Lehtonen, M. (2004); Carter, K. e Moir, S. (2012); Mori, K. e Christodoulou, A. (2012).
Componentes	Du, P. (2006); Zijp, M., Heijungs, R., Voet, E., Meent, D., Huijbregts, M., Hollander, A., e Posthuma, L. (2015).
<i>Stool legs</i>	Dawe, N. e Ryan, K. (2003); Vos, R. (2007).

Aspetos	Lozano, R. (2008); Tanguay, G., Rajaonson, J., Lefebvre, J. e Lanoie, P. (2010).
Perspetivas	Arushanyan, Y., Ekener, E. e Moberg, A. (2017).

Tabela 6 - Termos para definir as três áreas de intervenção da sustentabilidade  
 Fonte de Dados: Adaptado de Purvis et. al. (2018)

O artigo de Du, P. retrata a evolução histórica do conceito de desenvolvimento sustentável, desde a sua raiz. No ano de 1987, no Relatório *Brundtland*, o conceito de desenvolvimento sustentável é descrito como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (Du, P., 2006).

O crescente avanço das noções de processo, crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, durante os séculos XIX, XX até ao século XXI, modificou-se substancialmente, o Relatório *Brundtland* revelou que as preocupações para com as gerações vindouras eram expressas através do destaque dos três componentes fundamentais, também designados como *triple bottom line*, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, economia e sociedade (Du, P., 2006).

Para Zijp, M. et al. (2015) as avaliações de sustentabilidade podem desempenhar um alto papel na tomada de decisões. A seleção de métodos adequados para exercer a tomada de decisões é proposta através da chave de identificação da avaliação de sustentabilidade, que tem como objetivo guiar as escolhas pela articulação de questões.

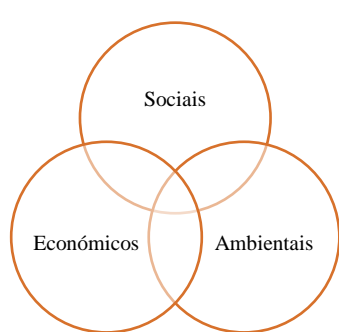


Figura 4 - Representação de sustentabilidade através de um diagrama de Venn

Fonte de Dados: Lozano, R. (2008)

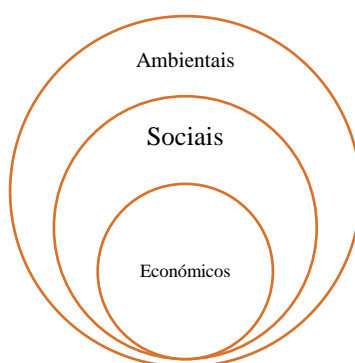


Figura 5 - Representação de sustentabilidade através de círculos não concêntricos

Fonte de Dados: Lozano, R. (2008)

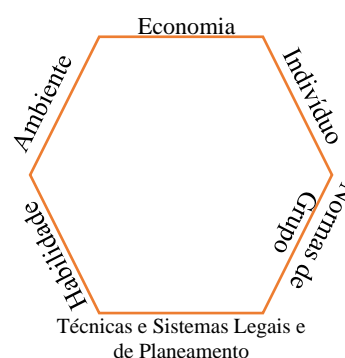


Figura 6 - Representação de sustentabilidade através de um Hexágono

Fonte de Dados: Lozano, R. (2008)

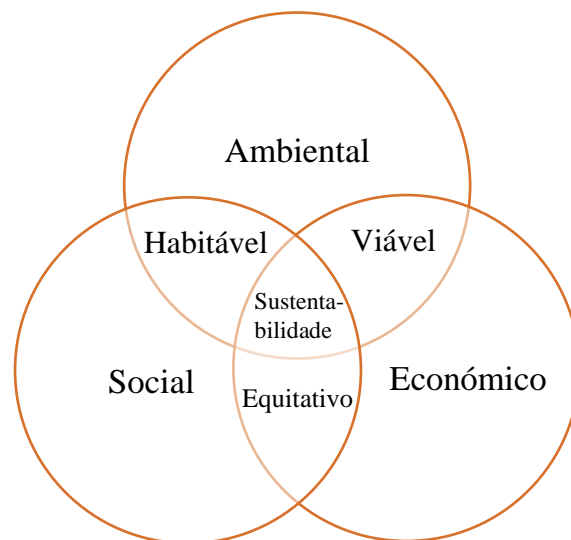
Com o futuro ameaçado, sem se garantir uma alternativa ao modelo de sustentabilidade, surgem críticas. De forma a representar a sustentabilidade graficamente, destaca-se um diagrama de Venn (Figura 4 - Representação de sustentabilidade através de um diagrama de Venn), três círculos (Figura 5 - Representação de sustentabilidade

através de círculos não concêntricos) e um hexágono (Figura 6 - Representação de sustentabilidade através de um Hexágono) onde constam as áreas de intervenção (Lozano, R., 2008).

Os danos resultantes da ação humana podem refletir-se em prejuízos às gerações futuras e ao ambiente totalmente irreparáveis. O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na hipótese de tentar reequilibrar e reestruturar os aspetos económicos, ambientais e sociais (Lozano, R., 2008).

A visão para com os diferentes aspetos muda dependendo do grau de desenvolvimento de cada país. Por exemplo, se num país as necessidades humanas básicas como a alimentação, a habitação e a segurança não é assegurada, certamente que a sustentabilidade ambiental irá ficar para segundo plano (Lozano, R., 2008).

Por outro lado, o trabalho de Tanguay, G. et al. (2010), mostra que para que exista desenvolvimento sustentável territorial devem coexistir interações e sobreposições dos três aspetos: económico, social e ambiental. Nesse sentido, apresentou uma nova representação do diagrama de Venn já existente (Figura 7 - Dimensões clássicas do desenvolvimento sustentável), uma vez que este apenas indicava uma comunicação mais clara (Tanguay, G. et al., 2010).



*Figura 7 - Dimensões clássicas do desenvolvimento sustentável  
Fonte de Dados: Tanguay, G. et al. (2010)*

Esta nova teoria explica que a interação entre os diferentes aspetos resulta das dimensões clássicas do desenvolvimento sustentável. A interação entre o aspeto económico e o social promove um desenvolvimento equitativo, a relação entre o ambiente e o aspeto social remete à qualidade de vida e à habitabilidade, já a interação entre os

aspectos económicos e ambientais deve garantir que sejam viáveis e que preservem a durabilidade dos recursos (Tanguay, G. et al., 2010).

A Tabela 7 - Indicadores para as três dimensões da sustentabilidade consiste num estudo de Tanguay, G. et al. (2010), que foram considerados 17 artigos em que se estudou a frequência de uso dos indicadores nos diferentes aspetos.

Ambiental		Social		Económico
Transporte.	Energia.	Demografia.	Saúde.	Receitas e despesas
Qualidade do ar.	Ruído.	Habitação.	Serviços sociais.	domésticas.
Água potável.	Património.	Educação.	Despesas e	Emprego.
Espaços verdes.	Desperdício.	Segurança.	administração	Negócios.
Ecosistemas.		Bem-estar.	pública.	

*Tabela 7 - Indicadores para as três dimensões da sustentabilidade*

*Fonte de Dados: Tanguay, G. et al. (2010)*

Na generalidade os estudos realizados nas empresas turísticas, são analisados tendo por base as três áreas de intervenção anteriormente descritas, o campo social, ambiental e económico. Estas recorrentemente tratam assuntos no âmbito de produtos, processos, gestão e inovação de marketing, inovações institucionais e tecnológicas existindo uma conectividade entre as distintas áreas (Hjalager, A., 2010).

A premissa de que os hoteleiros apenas sustentam o seu pensamento para a hotelaria em termos ambientais terá de ser alterada, uma vez que a sustentabilidade, como vimos anteriormente, não se remete meramente ao contexto ambiental, mas também para o económico e o social (Abranja, N., Almeida, A. & Almeida, M., 2020).

Relativamente a Portugal, vários foram os esforços que têm vindo a ser feitos de medição dos impactos ambientais, económicos e sociais. Assim, o Turismo de Portugal apresentou ainda em conjunto com o Instituto Nacional de Estatística uma proposta de sistema de indicadores para medir a sustentabilidade no turismo, estes englobam três pilares, onze domínios e quarenta e três indicadores que serão apresentados ao longo dos próximos subcapítulos (3.3.1.1., 3.3.1.2. e 3.3.1.3.) individualmente (Instituto Nacional de Estatística (INE) & Turismo de Portugal, 2017).

### 3.3.1.1. Social

O Turismo de Portugal apresentou para a sustentabilidade social, em conjunto com o INE, uma proposta de sistema de indicadores para medir a sustentabilidade no turismo, como se pode visualizar na Tabela 8 - Sustentabilidade social, estes englobam quatro domínios e nove indicadores (INE & Turismo de Portugal, 2017).

Sustentabilidade Social			
Satisfação do Turista	Satisfação dos Residentes	Pressão	Acessibilidade
Satisfação turistas. % Turistas que regressam.	Satisfação residentes com turismo. Satisfação residentes com impactos.	N.º camas turísticas por 100 residentes. Intensidade turística. Densidade turística. Taxa de ocupação.	% Quartos acessíveis.

Tabela 8 - Sustentabilidade social  
Fonte de Dados: INE e Turismo de Portugal (2017)

A massificação do turismo, fez com que as relações entre os turistas e a população local, que são o suporte da paz entre as nações que representam, desencadeassem situações geradoras de desentendimento (Ferreira, L., 2009).

As mudanças sociais e culturais associadas ao excesso de turismo podem provocar alterações na qualidade de vida local, no sentimento de pertença e na identificação com o local dos povos recetores de turistas (Ferreira, L., 2009).

Na Tabela 9 - Impactos sociais do turismo e hotelaria são apresentados os impactos positivos e negativos no turismo e na hotelaria no pilar social (Ferreira, L., 2009).

Impactos no Turismo e Hotelaria → Social	
Positivos	Negativos
Contacto entre diferentes povos, culturas, costumes e tradições.	Valorização da cultura dos visitantes em detrimento da cultura local.
Promoção do artesanato e interesse pelas artes locais.	Efeitos de aculturação à cultura dos visitantes com impacto na autenticidade da cultura e do património local.
Cultivo do orgulho das tradições culturais.	Alterações nos modos de vida familiares.

Valorização e preservação do património Histórico.	Insegurança (roubo de automóveis, assaltos a pessoas, habitações e viaturas).
Realização de eventos culturais e festivais.	Aumento do stress.
Redução da emigração dos locais rurais para as grandes cidades.	Excesso de trabalho no período sazonal com impactos na vida familiar, cultural e na saúde.
Criação de novos postos de trabalho.	Aumento da criminalidade, prostituição, vandalismo, jogo, alcoolismo, a delinquência juvenil e o consumo de drogas.
Desenvolvimento de novos acessos, serviços e infraestruturas.	Procura excessiva de artesanato pode alterar os processos produtivos.
Valorização da herança cultural (arte, o teatro, a música, o artesanato e a gastronomia local).	Choque de culturas, resultante das diferenças culturais, étnicas, religiosas, de valores e de língua.

Tabela 9 - Impactos sociais do turismo e hotelaria  
Fonte de Dados: Ferreira, L. (2009)

### 3.3.1.2. Ambiental

O Turismo de Portugal apresentou para a sustentabilidade ambiental em conjunto com o INE, uma proposta de sistema de indicadores para medir a sustentabilidade no turismo, como se pode visualizar na Tabela 10 - Sustentabilidade ambiental, estes englobam quatro domínios e vinte indicadores (INE & Turismo de Portugal, 2017).

Sustentabilidade Ambiental			
Gestão Ambiental	Gestão Energética	Gestão Resíduos	Gestão Água
%Turistas que utilizam diferentes meios de transporte.	%Estabelecimentos com sistemas de baixo consumo.	%Estabelecimentos que fazem separação resíduos.	%Estabelecimentos que otimizam consumo de água.
Pegada de carbono.	%Estabelecimentos com objetivos de redução energética.	Resíduos gerados.	%Utilização água reciclada.
Zonas balneares com Bandeira Azul.			%Estabelecimentos com objetivos de redução de
%Águas balneares Excelentes ou Boas.			

%Estabelecimentos que dão formação ambiental aos colaboradores. Despesas em ambiente. %Estabelecimentos com certificações.	% Utilização medidas eficiência energética. Consumo de energia direta. Emissões (energia direta). Emissões (consumo de eletricidade).		consumo de água. %Água controlada e de boa qualidade. %Utilização de medidas de uso eficiente de água.
--	---	--	--

Tabela 10 - Sustentabilidade ambiental  
 Fonte de Dados: INE e Turismo de Portugal (2017)

A idealização de progresso, advém do modelo de desenvolvimento concebido para a sociedade moderna. Este tem prezado por valores que exploram e desgastam de modo negativo a natureza, pautam-se na fragmentação da realidade, na dicotomia entre sociedade e natureza e visão mecanicista, tendo por referência a racionalidade económica (Girão, Í., Rabelo, D., Avelino, I., Cajuí, K. & Teixeira, N., 2017).

De acordo com o autor Sharma, a sustentabilidade ambiental eleva-se como prioridade, sendo que os benefícios financeiros aparecem caso os hoteleiros consigam minorar o consumo de energia, resíduos e água (Sharma, R. 2023).

De acordo com Ruschmann, existem cinco razões pelas quais se considera difícil a avaliação dos impactos no meio ambiente (Ferreira, L., 2009):

- Devido ao homem habitar e modificar a terra há milhares de anos;
- Impossibilidade de desagregar a função do homem do papel da natureza;
- Complexas interações do setor do turismo;
- Descontinuidade espacial e temporal entre causa e efeito;
- Complexidade na escolha de indicadores, criando a questão sobre quais utilizar e o que significam.

Na Tabela 11 - Impactos ambientais do turismo e hotelaria são apresentados os impactos positivos e negativos no turismo e na hotelaria no pilar ambiental (Ferreira, L., 2009).

Impactos do Turismo e Hotelaria → Ambiental	
Positivos	Negativos
Preservação e requalificação dos recursos naturais.	Destruição de ecossistemas e/ou recursos naturais.
Confraternização com a natureza.	Poluição do ar, da água e sonora.
Empreendedores turísticos investem em medidas de proteção da natureza.	Aumento da competitividade.
Aumento dos equipamentos de recreio.	Congestionamento no tráfego.
Contribuições financeiras.	Espaços comuns sobrelotados.
Conservação do património natural e cultural.	Má gestão.
Criação de programas de preservação para áreas naturais, lugares com valor arqueológico e monumentos históricos.	Degradação estética dos locais e da paisagem.
Investimento no turismo, passa por medidas de preservação e conservação ambiental, com o objetivo de manter a qualidade e a atração dos recursos naturais.	Excesso de construção (infraestruturas, estradas, aeroportos e instalações turísticas).
Descoberta e a acessibilidade a regiões naturais não exploradas.	Existência de conflitos durante a época alta do turismo (tensão social).
Rendimento da atividade turística, quer de forma indireta (impostos), como de forma direta (taxas).	Exploração descontrolada do desenvolvimento.
Utilização mais racional dos espaços e a valorização do contacto direto com a natureza.	Água, resíduos, contaminação e sistemas naturais.
Preservação de grandes extensões de florestas e de redes hidrográficas.	Mau planeamento.
Aperfeiçoamento da gestão e planeamento ambiental.	
Aumento da sensibilidade em relação aos problemas ambientais.	

Tabela 11 - Impactos ambientais do turismo e hotelaria  
Fonte de Dados: Ferreira, L. (2009)

### 3.3.1.3. Economia

O Turismo de Portugal apresentou para a sustentabilidade económica em conjunto com o INE, uma proposta de sistema de indicadores para medir a sustentabilidade no turismo, como se pode visualizar na Tabela 12 - Sustentabilidade económica, estes englobam três domínios e catorze indicadores (INE & Turismo de Portugal, 2017).

Sustentabilidade Económica		
Sazonalidade	Emprego	Benefícios Económicos
N.º dormidas por mês. % Colaboradores com carácter sazonal. Taxa de sazonalidade. % Estabelecimentos abertos todo o ano.	Emprego / total economia. Emprego por género.	Receitas turísticas/ PIB. Gasto médio por turista. Proveito médio por dormida. N.º excursionistas. N.º turistas. Estada média. Gasto médio por excursionista. % Estabelecimentos que utilizam produtos locais.

Tabela 12 - Sustentabilidade económica  
Fonte de Dados: INE e Turismo de Portugal (2017)

O turismo é visto para diversos países como fonte de atração de investimento, promoção de crescimento económico e criador de emprego. Deste modo, tem se revelado um importante motor de desenvolvimento económico. Contudo, esta procura crescente de desenvolvimento da atividade turística acarreta alguns fatores negativos (Ferreira, L., 2009).

Na Tabela 13 - Impactos económicos do turismo e hotelaria são apresentados os impactos positivos e negativos no turismo e na hotelaria no pilar económico (Ferreira, L., 2009).

Impactos no Turismo e Hotelaria → Económico	
Positivos	Negativos
Aumento de receitas.	Custos de oportunidade.
Criação de emprego.	Sazonalidade da procura turística.
Diversificação da economia.	Aumento do custo de vida.

Melhoria das infraestruturas.	Importar produtos do exterior para satisfazer as necessidades dos turistas.
Governos com os benefícios fiscais (receitas em impostos).	Pacotes de viagens turísticas do tipo “tudo incluído”.
Redistribuição do rendimento.	Competição por infraestruturas.
Melhores condições de saneamento, melhor qualidade da água, estradas, eletricidade e rede de transportes.	Inflação de diversos bens, terrenos e da habitação, movidos por efeitos da especulação.
Aumento do rendimento dos habitantes locais.	Emprego sazonal, mal remunerado e de baixa qualificação.
Expansão do setor da construção.	Dependência económica da atividade turística.
Industrialização básica nas economias regionais.	Competição por recursos escassos (mão-de-obra).
Modificação positiva da estrutura económica e social.	Desenvolvimento de infraestruturas essenciais para a atividade turística e que acarretam grandes custos para os governos locais.
Atração da mão-de-obra de outras localidades.	Inflação (subida dos preços) nas zonas turísticas e nas épocas de maior afluência.
Estímulo ao investimento.	

*Tabela 13 - Impactos económicos do turismo e hotelaria  
Fonte de Dados: Ferreira, L. (2009)*

### 3.4. Desafios para o futuro

A elevada necessidade de implementar novas medidas de sustentabilidade nas organizações / empresas, tem auxiliado o desenvolvimento do alargamento do conceito inicial de sustentabilidade e, conseqüentemente o seu objetivo (Soares, J., 2009).

Obter uma sustentabilidade universal acarreta uma modificação radical nos hábitos, costumes e rotinas, o que requer que a sociedade reveja as suas crenças, valores e construções cognitivas (Collado-Ruano, J., 2019).

Na atualidade, os consumidores tomam maiores preocupações com a sustentabilidade, para dar conhecimento do trabalho desenvolvido por parte do Turismo de Portugal, foi apresentado o Relatório de Sustentabilidade 2021 (Turismo de Portugal, 2022c).

A problemática associada às elevadas mudanças climáticas que atualmente estão a ocorrer em todo mundo, continua a provocar que o aquecimento global faça cada vez mais aumentos nas temperaturas. Este cenário afeta não só o ambiente como também a resiliência da economia e das pessoas (Kumari, P. & Manoj, S., 2023).

Sendo a água doce um recurso essencial para a existência de turismo, verifica-se que existe uma proporcionalidade direta com o crescimento contínuo do turismo e o intensivo uso de água. Atualmente existem regiões que enfrentam ameaças ao nível dos seus recursos hídricos (Gossling, S., 2015).

De acordo com o autor Gossling, o uso de água no turismo foi estudado através de três perspectivas diferentes, nomeadamente (Gossling, S., 2015):

- Uso direto e indireto, medido em m<sup>3</sup> ou L;
- As implicações na sustentabilidade no uso de água, como a escassez, a competição por recursos escassos entre o turismo e outros setores, a transferência do uso da água entre países e continentes como consequência dos fluxos de turismo;
- Gestão de água, particularmente em ações de sensibilização na redução da procura de água.

Em parceria com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), a Estratégia Turismo 2027 (ET27) reconheceu objetivos e metas ao nível da sustentabilidade ambiental, tais como impulsionar uma gestão racional do recurso água no turismo, promover a prática de uma gestão eficiente dos resíduos na atividade turística nacional e fomentar níveis de eficiência energética nas empresas pertencentes ao setor do turismo (Turismo de Portugal, 2022c).

Dada a efetiva necessidade de reduzir o consumo de água doce no turismo, foram desenvolvidos indicadores amplos que auxiliam aquando da tomada de ações na governação, gestão, inovação tecnológica e na própria mudança comportamental de funcionários e turistas. Os indicadores devem olhar à disponibilidade local de água, o consumo direto e indireto de água e o planeamento (Gossling, S., 2015).

Tendo conhecimento da crescente pressão existente para que o turismo reduza as emissões de CO<sub>2</sub> e se transforme numa indústria mais verde foi levado a cabo um estudo por Pace, cujo objetivo era investigar diferentes padrões de adoção de inovação energética em empresas turísticas (Pace, L., 2015).

Outro fator relevante é o consumo de energia uma vez que representa a maior proporção dos custos operacionais de um hotel após os custos com pessoal (Energy, L., 2008).

Deste modo, estima-se que boas práticas de gestão energética tragam uma poupança considerável entre os 10% e os 15% no consumo total de energia que os hotéis consomem (Chose, 2001; Hotel Energy Solutions, 2011).

Em Portugal, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) distinguem-se em emissões diretas resultantes dos consumos de gás natural, gás propano e gasóleo, e em emissões indiretas que corresponde à eletricidade consumida (Turismo de Portugal, 2022c).

A energia mais consumida com uma quota de 71% no consumo total é a energia indireta (eletricidade), a energia direta no alojamento contou com 49% do consumo global e o consumo do gás natural representou 72% dos consumos de energia direta (Turismo de Portugal, 2022c).

Apesar de terem sido efetuados estudos empíricos sobre o comportamento efetivo das empresas turísticas, estes demonstraram que ainda é considerado insustentável face à gestão de negócios turísticos. Por outras palavras, os interesses que movem ainda são meramente objetivos económicos de curto prazo o que realça a necessidade de investigar mudanças com o intuito de fazer cumprir o desenvolvimento sustentável do turismo (Cruz, A., Esquivel, M., Hincapié, J. & Martínez, E., 2021).

Tal como foi referido por Castro e Martinez, o setor turístico tem optado por diferentes modelos de gestão, que concentram a sua atenção em fornecer melhores serviços em que, grande parte das vezes são esquecidas variáveis ambientais e tecnológicas no modelo de negócios. Para introduzir uma nova alternativa o modelo designado por eco inovação tem como finalidade criar valor para os estabelecimentos

hoteleiros através da introdução de variáveis ambientais (Castro, J., & Martínez, E., 2015).

Assim, a eco inovação inclui uma utilização do uso eficiente de recursos naturais e tecnológicos onde é necessário identificar as melhores tecnologias disponíveis e boas práticas de gestão para compreender o contexto interno de cada unidade hoteleira tendo por fim alcançar as suas características e necessidades próprias (Castro, J., & Martínez, E., 2015).

Para atingir este objetivo, é preciso atender às mudanças constantes tanto no mercado como nas inovações ambientais, passando de modelos de negócio tradicionais para modelos mais dinâmicos que valorizem as tendências globais e em simultâneo as necessidades dos clientes (Castro, J., & Martínez, E., 2015).

Passar da teoria à prática é algo com agenda na atualidade, é frequente em debates a necessidade de medir o desenvolvimento sustentável com base em indicadores ou em critérios de avaliação. O exemplo mais frequente é a comparação de municípios, nomeadamente para apoiar os processos de tomada de decisão locais (Tanguay, G. et al., 2010).

Os investigadores de turismo e hotelaria acreditam que a economia partilhada pode mudar a dinâmica futura destas indústrias. De um ponto de vista geral, a literatura desta temática tem sido fragmentada, pelo que a economia partilhada fez com que o turismo e a hotelaria crescessem e permitiu aos turistas e residentes partilharem as suas casas, refeições e conhecimento (Cheng, M., 2016).

O futuro otimista da hotelaria depende em parte da mão-de-obra que esta indústria requer. As oportunidades de carreira, para os jovens, no turismo, devem passar por as universidades promoverem e alinharem as expectativas dos alunos. Assim, a tendência concede às universidades e à indústria uma frente comum para preparar as competências que os alunos precisam ter e desenvolver para alcançar as qualidades necessárias ao sucesso na hotelaria (Cesário, F., Sabino, A., Moreira, A., Portugal, M. & Correia, A., 2022).

Não é de hoje que o Homem teme pela sua própria substituição pela máquina, a história conta-nos alguns episódios tais como, a revolução industrial. Atualmente, os assistentes de voz são inumeramente capacitados, pelo que cada vez mais esta é uma realidade. Marcas como a *HiJiffy* e a *Amazon Alexa* já lançaram os seus assistentes de voz especificamente desenhados para a hotelaria (Huang, A., Chao, Y., Velasco, E., Bilgihan, A. & Wei, W., 2021).

Os principais atributos para o desenvolvimento de aplicações de Inteligência Artificial (IA) na indústria hoteleira e turística vêm representados no gráfico circular da Figura 8 - Atributos para avaliação de aplicações de IA na indústria hoteleira e turística.

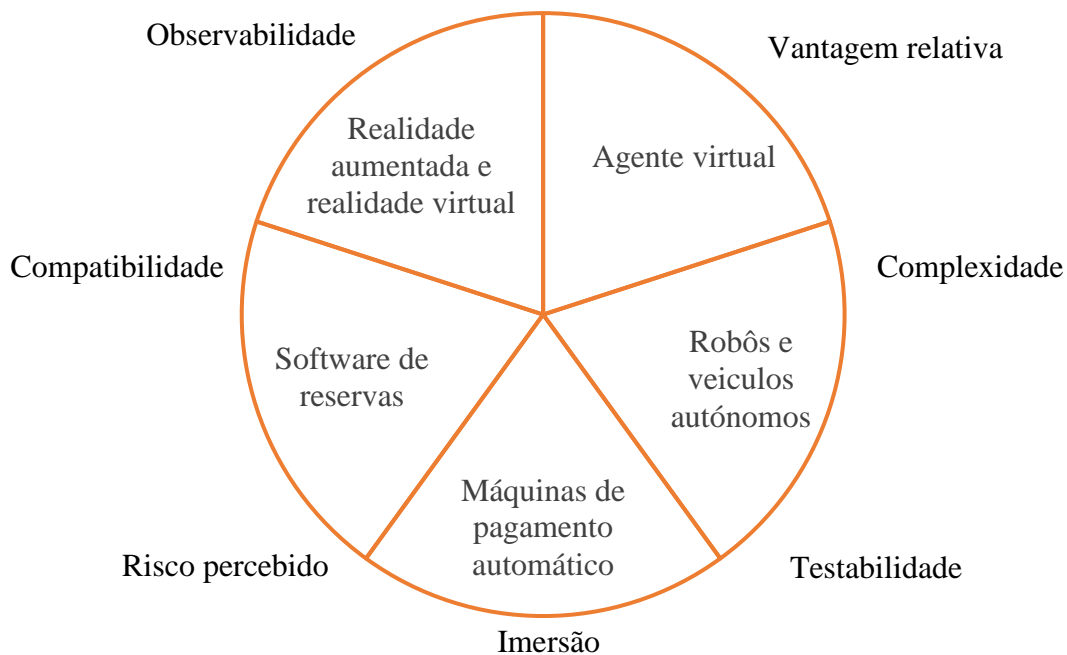


Figura 8 - Atributos para avaliação de aplicações de IA na indústria hoteleira e turística  
Fonte de Dados: Huang, A., et al. (2021)

Este tema tem sido âmbito de estudo, como no caso do artigo desenvolvido por Buhalis e Moldavska que indicam que o futuro dos assistentes virtuais está relacionado com o desenvolvimento da IA e a aquisição de um ecossistema entre o turismo e a hotelaria inteligente (Buhalis, D. & Moldavska, J., 2021).

Os autores acreditam que pode efetivamente melhorar a eficiência na hotelaria, um setor que requer uma comunicação ultra eficiente entre o hóspede e a prestação do serviço (Buhalis, D. & Moldavska, J., 2021).

Os custos relacionados com a implementação deste tipo de dispositivos ainda estão meramente nos pensamentos de muitos diretores hoteleiros pelo que não se perspectiva para o curto prazo um investimento na generalidade em IA (Buhalis et al., 2021).

Todavia, em Portugal já é possível assistir ao início de uma nova era de hotéis, no caso do *Yotel* Porto também designado por hotel do futuro, consiste numa experiência diferenciadora que no caso do serviço de quartos se o cliente precisar de uma toalha extra ou de uma garrafa de água, os seus robôs ficarão responsáveis por entregar no quarto (Yotel, 2023).

Os desafios que impactam a hotelaria podem ser divididos no curto prazo, no médio prazo e no longo prazo. Para cada estado do tempo, correspondem conseqüentemente tendências importantes que preocupam os académicos e profissionais do ramo.

Assim as tendências propostas para o curto prazo, i.é. na atualidade até um horizonte temporal de 3 anos, são: o saneamento, limpeza e saúde; a procura, oferta e receita; a tecnologia; o COVID-19; políticas e questões de viagens; questões económicas e competitivas; o bem-estar dos funcionários; e o consumidor (confiança/sentimento) (Aksoy, L., Choi, S., Dogru, T., Keiningham, T, Lorenz, M., Rubin, D. & Tracey, J., 2022).

Para o longo prazo, os mesmos autores apresentam algumas das prioridades já referidas no curto prazo, contudo por ordem de importância díspar, nomeadamente: a procura, oferta e receita; a tecnologia; questões económicas e competitivas; políticas e questões de viagens; o saneamento, limpeza e saúde; questões ambientais e de sustentabilidade; o bem-estar dos funcionários; e questões de clientes e hóspedes (Aksoy, L. et al., 2022).

De acordo com a Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) foram definidas tendências atuais para a hotelaria sustentável, tais como (AHP, 2023):

- Reduzir o desperdício de alimentos;
- Reduzir o consumo de água além dos quartos;
- Eliminar o plástico;
- Economizar energia;
- Criar um hotel sem papel;
- Integrar sustentabilidade na arquitetura do hotel;
- Ser sustentável: bom para o planeta, bom para atrair os hóspedes de hoje (e de amanhã).

As novas tendências para a hotelaria passam pelas mais diversas áreas, desde design, a arquitetura, a gestão ou a tecnologia. Algumas tendências que emergem no setor hoteleiro na atualidade são: controlo através do smartphone, atendimento hoteleiro via redes sociais, vídeos virais nas redes sociais, *self check-in*, *direct click*<sup>1</sup>, *chatbot*<sup>2</sup>, e-

---

<sup>1</sup> Definição: Dá a possibilidade à unidade hoteleira aparecer em sites de comparação de preços. Um exemplo será o *Facebook Booking Engine* que permite ao cliente efetuar a reserva diretamente pelo *Facebook*.

<sup>2</sup> Definição: Consiste na automatização das respostas face às perguntas efetuadas pelos utilizadores nas plataformas digitais.

*commerce*, IA no contexto hoteleiro, *detox* digital<sup>3</sup>, hotéis sustentáveis, *design* arrojado e contemporâneo e construções eficientes (Abranja et al., 2020).

No contexto deste trabalho é essencial compreender que o estilo sustentável acaba por ser uma aposta, para a sua capacidade de atrair e angariar novos hóspedes, que pretendam ter uma experiência diferenciada, inovadora e com responsabilidade (Abranja et al., 2020).

A sensibilização da unidade hoteleira será, uma mais-valia, uma vez que assim será possível reduzir custos, dada a escassez de recursos naturais e o elevado desperdício associado à hotelaria, em todas as suas áreas (Abranja et al., 2020).

Medidas como a redução da utilização de energia, a substituição da utilização do papel, a integração em programas comunitários, a criação de hortas para o *Food and Beverage* (F&B), a aquisição a fornecedores locais, as filtrações da água vêm contribuir para que seja possível alcançar objetivos sustentáveis nas unidades hoteleiras (Abranja et al., 2020).

---

<sup>3</sup> Definição: Infraestruturas, serviços e experiências que permitem aos hóspedes desconectarem-se e vivenciarem da inacessibilidade impulsiva da internet.

## Capítulo 4: Planeamento da sustentabilidade para o turismo

### 4.1. Sustentabilidade e principais documentos internacionais

#### 4.1.1. Agenda 2030

Entre 25 e 27 de setembro de 2015 decorreu a Cimeira da *United Nations* em Nova Iorque, Estados Unidos da América (EUA) com os representantes dos seus Estados-membros, onde se definiu a Agenda 2030, como havia sido referido anteriormente no capítulo 3.1. Sustentabilidade: Breve Perspetiva Histórica.

Na Cimeira da definição da Agenda 2030, foram estabelecidos 17 objetivos e 169 metas dos ODS. Os ODS vêm dar continuidade à resposta aos 8 ODM instituídos em setembro de 2000 na Cimeira do Milénio (*United Nations*, 2015). Assim, os 8 ODM cujos 189 Estados-membros das *United Nations* se comprometeram até 2015 encontram-se na Figura 9 - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.



Figura 9 - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio  
Fonte de Dados: *Impacta ODS – Desenvolvimento Sustentável* (2023)

A declaração *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development* assinada pelos líderes mundiais pretende englobar as alterações climáticas, a conservação dos ecossistemas terrestres, dos mares e oceanos, bem como outros objetivos de carácter sistémico e global (Collado-Ruano, J., 2019).

De acordo com a *United Nations*, a Agenda 2030 é uma agenda que trata as três dimensões do desenvolvimento sustentável, nomeadamente, social, económica e ambiental. A Agenda 2030 é composta pelos 17 ODS como se constata na Tabela 14 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Figura 10 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Instituto Nacional de Estatística, 2022).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
ODS 1	Erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares.
ODS 2	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura.
ODS 3	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
ODS 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
ODS 7	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e limpas para todos.
ODS 8	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
ODS 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 10	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
ODS 11	Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
ODS 12	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
ODS 13	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
ODS 14	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
ODS 17	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Tabela 14 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
Fonte de Dados: INE (2022)

## **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



Figura 10 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
 Fonte de Dados: United Nations (2015a)

Considera-se que o turismo pode cooperar direta e indiretamente com os 17 objetivos, contudo foi incluído como meta nos seguintes objetivos:

- Objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico (*United Nations, 2015b*);
- Objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis (*United Nations, 2015c*);
- Objetivo 14: Oceanos, mares e recursos marinhos (*United Nations, 2015d*).

As metas do objetivo 8, 12 e 14 encontram-se no anexo 1, 2 e 3 respetivamente.

Em específico no Objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico, o turismo está presente na meta 8.9. onde é referido que até 2030, é necessário elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que é gerador de emprego e promotor não só de cultura como também de produtos locais (*BCSD Portugal, 2022a*).

Esta meta apresenta como indicadores 8.9.1., designadamente, turismo em percentagem do PIB e a taxa de variação (*BCSD Portugal, 2022a*).

Ainda no Objetivo 8, advém a necessidade de promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos de um modo geral (*BCSD Portugal, 2022a*).

Na brochura produzida pelo Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental são apresentados pilares essenciais à concretização dos diferentes objetivos. A Tabela 15 - Objetivo 8 - Trabalho digno e crescimento económico faz um breve resumo do exposto relativamente ao Objetivo 8 (*Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2018*).

## Objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico

- Crescimento económico per capita de acordo com a realidade económica de cada país, contudo para países menos desenvolvidos estima-se pelo menos 7% do PIB de crescimento anual.
- Em setores de alto valor agregado e nos que requerem mão-de-obra intensiva é tomado por objetivo obter maior produtividade na economia a partir da diversificação, modernização tecnológica e inovação.
- Dissociar crescimento económico de degradação ambiental e melhorar até 2030 a eficiência de recursos no consumo e na produção.
- A meta de até 2030 todos poderem ter um emprego pleno e produtivo com remuneração igual para trabalho de igual valor.
- Até 2020 perspetivou-se reduzir a quantidade de jovens em situação de desemprego, sem educação ou formação.
- Erradicar o trabalho forçado, a escravidão moderna, o tráfico de pessoas e até 2025 acabar o trabalho infantil e especialmente as crianças soldado.
- Defender os direitos do trabalho e diligenciar ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos.
- Fortificar as instituições financeiras nacionais de modo a todos terem acesso aos serviços bancários, seguros e financeiros.
- Ampliar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio (*Aid for Trade*), a partir do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países em desenvolvimento.
- Até 2020 perspetivou-se desenvolver uma estratégia para o emprego jovem e a implementar o Pacto Mundial para o Emprego da OIT.

*Tabela 15 - Objetivo 8 - Trabalho digno e crescimento económico*

*Fonte de Dados: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (2018)*

No Objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis, o turismo está contido na meta 12.8. em específico na alínea 12.b. onde é mencionado que se deve desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para que haja turismo sustentável, gerador de emprego e que promova cultura e os produtos locais (BCSD Portugal, 2022b).

Os indicadores desta meta apontam a implementação de ferramentas standardizadas de contabilidade para monitorizar os aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade do turismo (BCSD Portugal, 2022b).

Na sequência do demonstrado relativamente ao Objetivo 8, apresenta-se agora o referido na brochura produzida pelo Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental para o Objetivo 12. A Tabela 16 - Objetivo 12 - Produção e consumo sustentáveis faz um breve resumo do descrito para o Objetivo 12 (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2018).

#### Objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis

- Executar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, em que os países desenvolvidos tomam a liderança e os restantes tomam medidas perspetivando o desenvolvimento e as capacidades dos países emergentes.
- Até 2030, obter a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
- Até 2030, diminuir para metade o desperdício alimentar per capita a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios dos alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, tendo em consideração os que ocorrem pós-colheita.
- Até 2020, conseguir uma gestão ambientalmente benigna dos produtos químicos e dos resíduos, no decorrer do seu ciclo de vida, cumprindo as normas internacionais acordadas e reduzir expressivamente a libertação destes para o ar, água e solo, reduzindo os seus impactos negativos para a saúde humana e o meio ambiente.
- Até 2030, reduzir a geração de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.
- Incentivar as empresas, sobretudo as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade.
- Promover compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
- Até 2030, garantir que as pessoas, independentemente do local, tenham informação pertinente e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
- Ajudar países em desenvolvimento a reforçar as suas capacidades científicas e tecnológicas para adquirirem modelos mais sustentáveis de produção e consumo.
- Desenvolver e implementar instrumentos para supervisionar os choques do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera emprego, diligência a cultura e os artigos locais.

→ Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que estimulam o consumo excessivo, excluindo as distorções de mercado, considerando as circunstâncias nacionais, através da reestruturação fiscal e da eliminação progressiva desses subsídios, de modo a refletir os seus impactos ambientais, considerando as necessidades próprias e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento, de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

*Tabela 16 - Objetivo 12 - Produção e consumo sustentáveis*

*Fonte de Dados: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (2018)*

O Objetivo 14: Oceanos, mares e recursos marinhos, inclui o turismo na meta 14.7. é fundamental, até 2030, aumentar os benefícios económicos para pequenos Estados insulares em desenvolvimento e para países menos desenvolvidos, através do uso sustentável dos recursos marinhos, como por exemplo, através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo (BCSD Portugal, 2022c).

Como indicadores esta meta apresenta, para o turismo, a percentagem do PIB atribuída à pesca sustentável nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países (BCSD Portugal, 2022c).

Na sequência do que foi apresentado relativamente aos Objetivos 8 e 12, mostra-se agora o referido na brochura produzida pelo Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental para o Objetivo 14. A Tabela 17 - Objetivo 14 - Proteger a vida marinha faz um breve resumo do descrito para o Objetivo 14 (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2018).

#### Objetivo 14: Proteger a vida marinha

→ Até 2025, prevenir e reduzir a poluição marítima, a que decorre de atividades terrestres, abrangendo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

→ Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos, através do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua requalificação a fim de garantir oceanos saudáveis e produtivos.

→ Minimizar e enfrentar os efeitos da acidificação dos oceanos, através do reforço da colaboração científica.

→ Até 2020, regular a extração de recursos, terminar com a sobrepesca e a pesca

ilegal, não reportada e não regulamentada e com as práticas de pesca destrutivas, e executar planos de gestão com base científica, para recuperar populações de peixes no menor período possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas.

→ Até 2020, conservar no mínimo 10% das zonas costeiras e marinhas, em concordância com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

→ Até 2020, proibir alguns tipos de subsídios à pesca, que auxiliam a sobre capacidade e a sobrepesca, eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios desse tipo, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio (OMC).

→ Até 2030, aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares e países em desenvolvimento, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

→ Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha, considerando os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países emergentes, em particular os pequenos Estados insulares e os países em desenvolvimento.

→ Proporcionar acesso dos pescadores artesanais aos recursos marinhos e mercados.

→ Atestar a conservação, o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que determina o enquadramento legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos.

*Tabela 17 - Objetivo 14 - Proteger a vida marinha*

*Fonte de Dados: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (2018)*

O INE elaborou um documento intitulado de Indicadores ODS para Portugal em que são comparados para cada um dos 17 indicadores os valores totais da União Europeia 28 (UE28) com o valor total de Portugal (INE, 2020).

A nível local foi criada uma Plataforma Municipal dos ODS que consiste em mobilizar os municípios e outras entidades relevantes para a concretização ao nível local dos ODS propostos pela Agenda 2030 das *United Nations* (Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & *2adapt.*, 2022).

#### **4.1.2. *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey To 2030, Highlights***

O *Tourism and the Sustainable Development Goals* tem como objetivo a formulação de conhecimento que permite aos intervenientes adotarem as devidas alterações para gerar uma mudança sustentável a par com políticas, operações comerciais e investimentos com os ODS (*UNWTO*, 2017).

A agenda para o desenvolvimento sustentável em conjunto com os seus 17 ODS traçam o futuro a cumprir até 2030. O *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030* está organizado por três etapas distintas, são elas (*UNWTO*, 2017):

- Os ODS nas políticas públicas - transformar as políticas para o turismo adequadas ao contexto dos ODS.
- Os ODS e o setor privado - visão comercial para atingir os ODS.
- Formas de financiar o turismo sustentável para o sucesso dos ODS.

Este fundamenta-se numa observação das Revisões Nacionais Voluntárias (RNV) de 64 países sobre os ODS. Estas RNV foram enviadas ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu entre 2016 e 2017, e fizeram parte oito roteiros nacionais de Integração, Aceleração e Apoio a Políticas (MAPS) e atividades de Responsabilidade Social Corporativa (RSE) de 60 empresas globais de turismo (*UNWTO*, 2017).

A Figura 11 - Relacionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com ações de responsabilidade social de empresas, por área e tipo de impacto, define os ODS enquadrando-os em ações de RSE, por área e tipo de impacto (*UNWTO*, 2017).

Este conjunto de medidas permite às empresas delinear um modelo que opte por práticas sustentáveis, sem pôr em causa o seu último objetivo, isto é, a maximização do lucro (*UNWTO*, 2017).

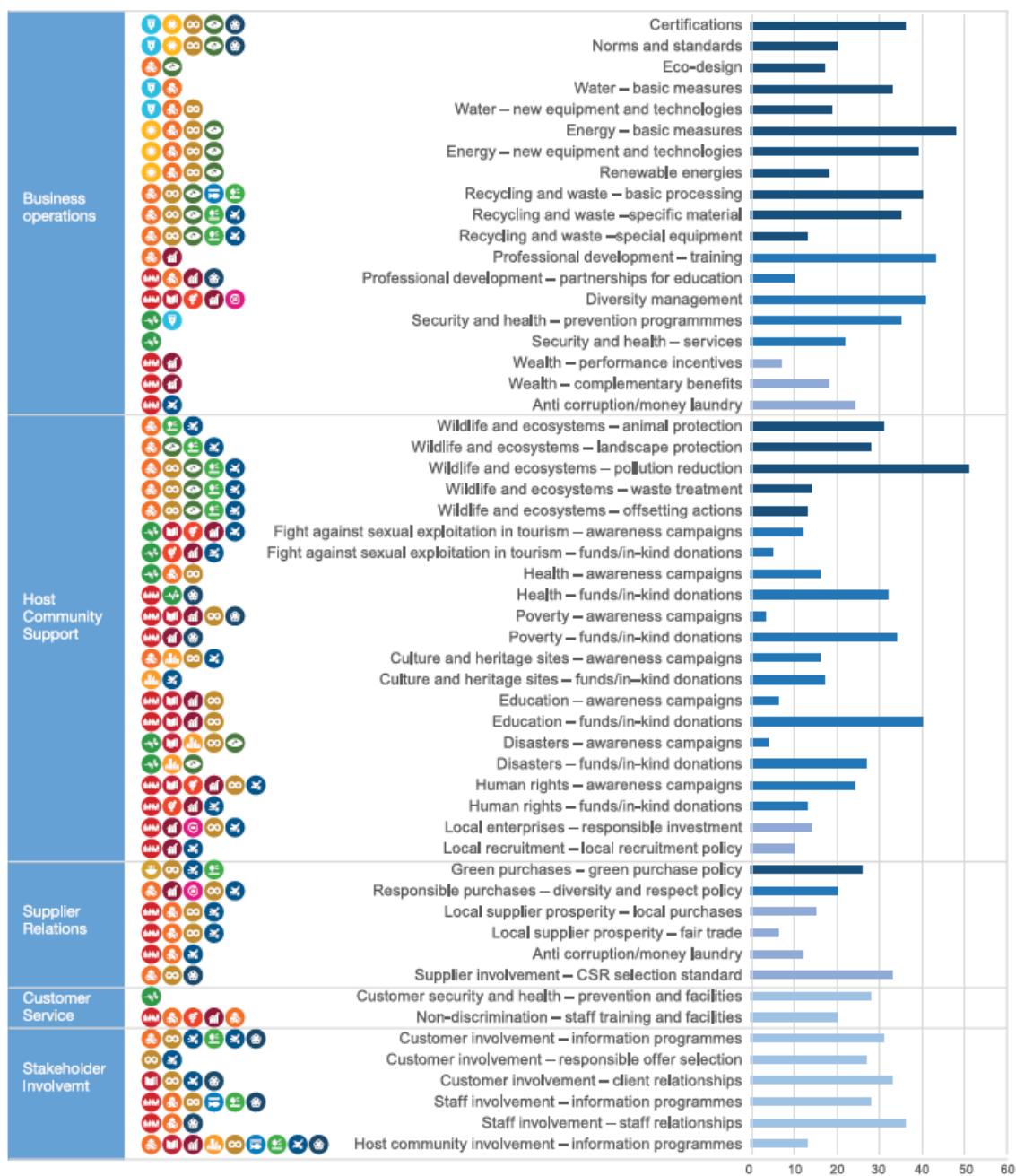


Figura 11 - Relacionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com ações de responsabilidade social de empresas, por área e tipo de impacto  
 Fonte de Dados: UNWTO (2017)

O documento conclui com as principais recomendações a desenvolver para alcançar um maior contributo do turismo para os ODS.

Assim, a Tabela 18 - Principais recomendações até 2030, espelha os contributos essenciais a seguir até 2030 de acordo com o *Tourism and the Sustainable Development Goals* (UNWTO, 2017).

<p>Financiamento para o setor do turismo implementando os ODS:</p>	<p>Integração do turismo no âmbito nacional orientado para os ODS, práticas de planeamento e negócios:</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Garantir que a cooperação para o desenvolvimento esteja alinhada com as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento.</li> <li>-Promover o turismo como setor prioritário.</li> <li>-Identificar os ODS e as áreas temáticas mais relevantes para os países doadores.</li> <li>-Incluir mecanismos de financiamento inovadores nos esforços de mobilização de recursos para o turismo sustentável.</li> <li>-Projetar e implementar subsídios e políticas inteligentes.</li> <li>-Estabelecer incentivos e políticas para influenciar o comportamento das empresas e investidores turísticos.</li> <li>-Fortalecer as oportunidades de crescimento inclusivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Participar no projeto e implementação de estratégias e processos nacionais para os objetivos de desenvolvimento sustentável.</li> <li>-Elaborar políticas de turismo mais inclusivas.</li> <li>-Fortalecer a integração do turismo e não-turismo em empresas ao longo da cadeia de valor do turismo.</li> <li>-Envolver no Programa de Turismo Sustentável o conjunto de programas de 10 anos em Padrões Sustentáveis de Consumo e Produção.</li> <li>-Desenhar e implementar uma Estratégia Nacional de Exportação de Turismo.</li> </ul>
<p>Sensibilização e medição do impacto</p>	<p>Parcerias eficazes para o turismo e os ODS</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Avaliar e monitorizar a contribuição do turismo com os ODS.</li> <li>-Melhorar a capacitação estatística.</li> <li>-Aumentar a consciencialização dos ET.</li> <li>-Sensibilizar as empresas do setor do turismo</li> <li>-Promover educação de alta qualidade e formação profissional.</li> <li>-Desenvolver capacidades e criar incentivos para a investigação e desenvolvimento o setor privado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fortalecer as parcerias público-privadas.</li> <li>-Garantir uma cooperação eficaz entre todas as principais partes interessadas.</li> </ul>

*Tabela 18 - Principais recomendações até 2030  
Fonte de Dados: UNWTO (2017)*

#### ***4.1.3. Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies***

O *Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies* consiste num documento de política internacional para a sustentabilidade que reúne um conjunto de indicações políticas. Este foi originado no seguimento da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (UNWTO, 2019a).

A sua finalidade é que o setor do turismo participe no avanço dos ODS, em específico no ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis, para que tal seja possível, será necessário ter em consideração os desafios inerentes ao desenvolvimento do turismo sustentável, nomeadamente no pilar social e ambiental (UNWTO, 2019a).

Este relatório do UNWTO e da UNEP, englobou 101 países e permitiu uma crescente integração da sustentabilidade em políticas direcionadas ao setor do turismo (UNWTO, 2019b). Foram enumeradas conclusões através do Documento de Posição sobre Política de Turismo e Planeamento Estratégico apresentado pela UNWTO, são elas (UNWTO, 2019b):

- Os decisores políticos do turismo aparentam estar cientes da necessidade de desenvolver de forma sustentável o setor do turismo;
- Existe um vasto conhecimento das essenciais áreas ambientais de preocupação para o setor do turismo, dado que são frequentemente mencionadas nas políticas nacionais de turismo;
- As referências a instrumentos políticos com potencial para transformar compromissos em ações ainda não são suficientemente abrangentes e apelam, portanto, ao reforço das componentes ambientais das políticas nacionais de turismo;
- Os governos nacionais que trabalharam proativamente na implementação da Agenda 2030 a nível nacional consideram o turismo como um setor com potencial para contribuir para o avanço dos ODS, contudo a relação direta entre o turismo e o ODS 12 ainda não é completamente associado;
- Apesar das conclusões sugerirem que existe uma favorável consciencialização entre os decisores políticos do turismo sobre a necessidade de garantir que as políticas sobre consumo e produção sustentáveis são realizadas, as conclusões também demonstram a presença de uma lacuna de implementação entre a formulação de políticas nacionais de turismo e a ação no terreno.

#### **4.1.4. *Baseline Report on Climate Action in Tourism***

Na sequência do *Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies* apresentado em 2019, a UNWTO em 2022 desenvolveu o *Baseline Report on Climate Action in Tourism* que pretende dar resposta a uma era marcada pelas alterações climáticas, pela crise pandémica e pelas mudanças políticas (UNWTO, 2022).

Este documento procura esclarecer o nível do planeamento da ação climática, os esforços de mitigação, a medição de emissões, e o processo de adaptação de integração dos *stakeholders* (UNWTO, 2022).

O relatório está estruturado em cinco capítulos, estes permitem que o Relatório seja a Base sobre Ação Climática no turismo, são eles (UNWTO, 2022):

1. Planos de ação climática (ao nível empresarial, de destino e da organização)
2. Medição (de negócios e de destino)
3. Mitigação
4. Adaptação
5. Compromisso

Foi elaborado um inquérito global sobre Ação Climática no turismo que teve como foco (UNWTO, 2022):

- O perfil do entrevistado;
- Os impactos das mudanças climáticas sentidos mundialmente pelos destinos e pelas empresas;
- Os *stakeholders* estão envolvidos na ação climática, contudo não estão integrados nos planos climáticos;
- Os *stakeholders* requererem mais apoio técnico para a preparação e implementação de planos climáticos;
- Medição de emissões, definição de metas e respetiva divulgação;
- Inúmeras ações de mitigação implementadas, mas não necessariamente selecionadas;
- Os *stakeholders* não aplicam mecanismos de compensação, nem tradicionais nem de remoção de carbono;
- Os *stakeholders* não estão a reduzir completamente a sua vulnerabilidade aos impactos gerados pelas mudanças climáticas;

- Colaboração dos *stakeholders* e a valorização do compromisso com os parceiros do setor, respetivas equipas internas e convidados;
- O rumo para o futuro exige construção de capacidades e abordagens práticas.

## **4.2. A Importância em estabelecer critérios de avaliação para o turismo e hotelaria sustentáveis: várias escalas territoriais**

### **4.2.1. *The European Tourism Indicator System (ETIS)***

O *ETIS*, consiste num sistema europeu de indicadores de turismo criado pela Comissão Europeia de modo a auxiliar os destinos turísticos a medir o seu desempenho relativo à sustentabilidade, nomeadamente perante adversidades sociais, culturais, económicas e ambientais (Comissão Europeia, 2016).

O *ETIS* é um sistema de indicadores adequados a todos os destinos turísticos, incentivando-os a adotar uma abordagem mais inteligente para o planeamento turístico, auxilia como uma ferramenta de gestão, apoiando destinos que desejam adotar uma abordagem sustentável para a gestão de destinos (Comissão Europeia, 2016).

Enquanto instrumento que observa e quantifica as realidades, o *ETIS* é um observatório que permite planear o futuro, que tem como objetivo geral avaliar o impacto do turismo num destino (Comissão Europeia, 2016).

Os objetivos específicos visam contribuir para melhorar a gestão sustentável dos destinos e ajudá-los e as partes interessadas a medir os seus processos de gestão da sustentabilidade, permitindo-lhes monitorizar o seu desempenho e progresso ao longo do tempo (Comissão Europeia, 2016).

O *ETIS* é composto por 43 indicadores principais que constituem aspetos fundamentais para a monitorização da sustentabilidade e são uma base sólida para a gestão eficaz do destino, estes encontram-se subdivididos em 4 secções distintas (Comissão Europeia, 2016).

A Tabela 19 - Kit de ferramentas *ETIS* para gestão sustentável de destinos apresenta as quatro secções relativas ao kit de ferramentas *ETIS* para gestão sustentável de destinos.

<i>The European Tourism Indicator System</i>	
Secção A: Gestão do destino	
A.1. Política pública de turismo sustentável.	A.2. Satisfação do cliente.

Secção B: Valor económico	
B.1. Fluxo turístico (volume e valor) no destino.	B.2. Desempenho do(s) empreendimento(s) turístico(s).
B.3. Quantidade e qualidade do emprego.	B.4. Cadeia produtiva do turismo.
Secção C: Impactos sociais e culturais	
C.1. Impacto comunitário/social.	C.2. Saúde e segurança.
C.3. Igualdade de género.	C.4. Inclusão/acessibilidade.
C.5. Proteger e valorizar o património cultural, a identidade e os bens locais.	
Secção D: Impacto ambiental	
D.1. Reduzir o impacto do transporte.	D.2. Alterações Climáticas.
D.3. Gestão de resíduos sólidos.	D.4. Tratamento de esgotos.
D.5. Gestão da água.	D.6. Uso de energia.
D.7. Proteção da paisagem e da biodiversidade.	

Tabela 19 - Kit de ferramentas ETIS para gestão sustentável de destinos  
 Fonte de Dados: Comissão Europeia (2016)

#### 4.2.2. *International Network of Sustainable Tourism Observatories (INSTO)*

A Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da OMT é uma rede de observatórios de turismo que monitoriza o desenvolvimento do turismo sustentável e os seus impactos económicos, ambientais e sociais ao nível de destino (UNWTO, 2023).

A *INSTO* foi concebida em 2004 e é sustentada no compromisso de longo prazo da OMT com o crescimento sustentável e resiliente do setor através de medição e monitorização, apoiando a gestão do turismo baseada em evidências (UNWTO, 2023).

A missão da Rede “procura apoiar e conectar destinos que estão comprometidos com a monitorização regular dos impactos económicos, ambientais e sociais do turismo, para libertar o poder da tomada de decisões baseada em evidências ao nível do destino, promovendo práticas de turismo sustentável a nível local e global” (UNWTO, 2023).

A Tabela 20 - As 11 questões obrigatórias para a *INSTO* demonstra as 11 áreas de assuntos obrigatórios que os observatórios da rede têm de monitorizar regularmente de acordo com a Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da OMT (UNWTO, 2023).

Gestão de água.	Sazonalidade do turismo.	Emprego.
Acessibilidade.	Gestão de resíduos sólidos.	Benefícios económicos.
Ação climática.	Satisfação local.	Gestão de energia.
Governança.	Gestão de águas residuais (esgotos).	

Tabela 20 - As 11 questões obrigatórias para a INSTO  
Fonte de Dados: UNWTO (2004)

#### 4.2.3. Global Sustainable Tourism Council (GSTC) Industry Criteria & Indicators for Hotels

Os Critérios *GSTC* para Hotéis foram estabelecidos com o objetivo de construir um entendimento comum e global relativamente ao turismo sustentável, onde são estabelecidas as metas base para os hotéis (*GSTC*, 2016).

A 3ª versão, apresentada a 21 de dezembro de 2016, está estruturada tendo em consideração quatro áreas distintas, nomeadamente (*GSTC*, 2016):

- Planeamento eficaz de sustentabilidade;
- Maximização dos benefícios sociais e económicos para a comunidade local;
- Valorização do património cultural;
- Redução de impactos ambientais negativos.

A execução dos critérios indica o que deve ser feito. A sua implementação requer indicadores de desempenho que permitem medir a conformidade com os Critérios *GSTC* para Hotéis (Tabela 21 - Critérios e os Indicadores do *GSTC Industry Criteria & Indicators* para Hotéis) (*GSTC*, 2016).

Secção A: Demonstrar gestão sustentável eficaz	
A1 Sistema de gestão da sustentabilidade.	A2 Conformidade legal.
A3 Relatórios e comunicação.	A4 Envolvimento dos colaboradores.
A5 Experiência do cliente.	A6 Promoção rigorosa.
A7 Edifícios e infraestruturas.	A8 Terra, água e direitos de propriedade.
A7.1 Conformidade.	
A7.2 Impacto e integridade.	
A7.3 Práticas e materiais sustentáveis.	
A7.4 Acesso para todos.	
A9 Informação e interpretação.	A10 Envolvimento no destino.
Secção B: Maximizar benefícios económicos e sociais para a comunidade local e minimizar impactos negativos	
B1 Apoio da comunidade.	B2 Emprego local.

B3 Compras locais.	B4 Empresários locais.
B5 Exploração e assédio.	B6 Igualdade de oportunidades.
B7 Trabalho decente.	B8 Serviços da comunidade.
B9 Meios de subsistência locais.	
Secção C: Maximizar benefícios para o património cultural e minimizar impactos negativos	
C1 Interações culturais.	C2 Proteção do património cultural.
C3 Apresentação da cultura e património.	C4 Artefactos.
Secção D: Maximizar benefícios para o meio-ambiente e minimizar impactos negativos	
D1 Conservação dos recursos.	D2 Redução da poluição.
D1.1 Preferência por compras respeitadoras do ambiente.	D2.1 Gases de efeito estufa.
D1.2 Compras eficientes.	D2.2 Transporte.
D1.3 Conservação de energia.	D2.3 Águas residuais.
D1.4 Conservação da água.	D2.4 Resíduos sólidos.
	D2.5 Substâncias nocivas.
	D2.6 Redução da poluição.
D3 Conservação da biodiversidade, ecossistemas e paisagens.	
D3.1 Conservação da biodiversidade.	
D3.2 Espécies invasoras.	
D3.3 Visitas a sítios naturais.	
D3.4 Interações com animais silvestres.	
D3.5 Bem-estar animal.	
D3.6 Criação e comércio de animais silvestres.	

Tabela 21 - Critérios e os Indicadores do GSTC Industry Criteria & Indicators para Hotéis  
Fonte de Dados: Global Sustainable Tourism Council (2016)

#### **4.2.4. Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável (SITS)**

De acordo com as três grandes áreas de intervenção, económica, social e ambiental, o Turismo de Portugal desenvolveu um conjunto de indicadores que vêm monitorizar a sustentabilidade com o intuito de avaliar o desempenho de Portugal enquanto destino turístico (Turismo de Portugal, 2022a).

Assim, o Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável (SITS) (Tabela 22 - Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável (SITS)) teve como suporte recomendações de organizações internacionais como é o caso da OMT e da *Eurostat* (Turismo de Portugal, 2022a).

Ambiental	Económica	Social
Águas Balneares Consideradas Boas/Excelentes.	Emprego no Turismo por Escalão Etário, Género e Escolaridade.	Unidades de Alojamento Adaptadas a Hóspedes com Necessidades Especiais.
Despesas em Ambiente por Residente por 1000 Residentes.	Estabelecimentos Abertos Todo o Ano.	Densidade Turística.
Consumo de Energia e Emissões de CO2 no Turismo.	Estada Média.	Intensidade Turística.
Estabelecimentos com Certificação.	Número de Dormidas.	Número de Camas Disponíveis por 1000 Residentes.
Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Água.	Receitas Turísticas.	Emprego no Turismo por Escalão Etário, Género e Escolaridade.
Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Energia.	Gasto Médio por Turista.	
Estabelecimentos que Separam Resíduos.	Número de Turistas.	
Resíduos Urbanos Gerados pelo Turismo.	Proveito Médio por Dormida.	
Zonas Balneares com Bandeira Azul.	Receitas Turísticas no PIB.	
Emissões de CO2 no Transporte Aéreo.	Taxas de Ocupação.	
Dependência de mercados de longa distância.	Taxa de Sazonalidade.	
	Dependência dos 3 principais mercados.	

Tabela 22 - Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável (SITS)  
 Fonte de Dados: Turismo de Portugal (2022a)

### **4.3. Preocupações com a sustentabilidade em Portugal**

#### **4.3.1. Portugal 2030**

O Portugal 2030 consiste na execução do Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia estabelecido para decorrer entre 2021 e 2027 através do artigo 10, nº6. Portugal 2030 é cumprido por 12 programas, estes programas temáticos concedem os fundos por áreas de atividade enquanto os programas regionais atribuem os fundos por área geográfica (Governo de Portugal, 2021).

Os programas temáticos são: Pessoas 2030, COMPETE 2030, SUSTENTÁVEL 2030, MAR 2030 (Portugal & Comissão Europeia, 2021).

Os programas regionais são: Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030, Algarve 2030, Açores 2030, Madeira 2030 (Portugal & Comissão Europeia, 2021).

Faz parte ainda do Portugal 2030 o programa de assistência técnica, designado por o PAT 2030 (Governo de Portugal, 2021).

Portugal 2030 conta com o total de ≈23 mil milhões (22 996 milhões) de euros provenientes de 5 fundos europeus, nomeadamente, FEDER (11 497 milhões), FSE+ (7 777 milhões), Fundo de Coesão (3 105 milhões), FEAMPA (393 milhões) e Fundo de Transição Justa (224 milhões) (Governo de Portugal, 2021).

Os fundos europeus têm como objetivo principal apoiar as pessoas, as empresas e outras organizações a desenvolverem iniciativas que tornem Portugal um país coeso (internamente) e competitivo (com o exterior) (Governo de Portugal, 2021).

Os projetos tencionam orientar Portugal para ser mais inteligente, conectado, próximo, verde, social e com uma transição justa para uma economia sustentável (Governo de Portugal, 2021).

#### **4.3.2. Programa Nacional Investimentos (PNI) 2030**

O PNI 2030 abrange quatro setores distintos no âmbito dos investimentos, nomeadamente, os transportes e mobilidade, o ambiente, a energia e o regadio (República Portuguesa, 2020).

O PNI tem como objetivo ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional. Os investimentos contemplam o território de Portugal continental entre 2021 e 2030 em infraestruturas e equipamentos e em programas e projetos de valor superior a 75 milhões de euros (República Portuguesa, 2020).

Para cada um dos diferentes setores foram definidos três desígnios estratégicos, mais precisamente, coesão, competitividade e inovação e sustentabilidade e ação climática (República Portuguesa, 2020).

O setor dos transportes e mobilidade divide-se em cinco eixos estratégicos, particularmente, acessibilidade equitativa, conectividade alargada, mobilidade inteligente, mobilidade sustentável e neutralidade carbónica e infraestruturas e equipamentos resilientes (República Portuguesa, 2020).

O setor dos transportes e mobilidade (Tabela 23 - Transportes e mobilidade - PNI 2030) fragmenta-se em Mobilidade e Transportes Públicos com cerca de 9 programas que equivale a 5825 milhões de euros, Ferrovia com cerca de 16 Programas e Projetos que equivale a 10510 milhões de euros, Rodovia que equivale a 8 Programas e Projetos que equivale a 1980 milhões de euros, Marítimo-portuário com cerca de 8 Programas que equivale a 2088 milhões de euros e, por fim, Aeroportuário com cerca de 3 Programas que equivale a 1257 milhões de euros. De um modo geral, este setor contará com 17694 milhões de euros de investimento público e 3966 milhões de euros de investimento privado que soma um total de 21660 milhões de euros (República Portuguesa, 2020).

Ferrovia	Rodovia	Marítimo-Portuário
- Nova linha de alta velocidade Porto – Lisboa.	- Ligações às áreas empresariais.	-Novos terminais e expansão de terminais existentes.
- Nova linha Porto – Vigo.	- Coesão territorial e transfronteiriça.	- Melhoria dos acessos marítimos.
- Modernização e eletrificação.	- Segurança rodoviária e redução de ruído.	- Via navegável do Douro.
- Aumento de capacidade nas áreas metropolitanas.	- Conclusão do IP8 Sines – Beja.	
-Material circulante.		

Tabela 23 - Transportes e mobilidade - PNI 2030  
 Fonte de Dados: República Portuguesa (2020)

O setor do ambiente e ação climática (Tabela 24 - Ambiente e ação climática - PNI 2030) tem como visão “Criar riqueza e bem-estar social a partir de projetos que beneficiem a redução de emissões, promovam a transição energética, a mobilidade sustentável, a circularidade da economia, a promoção da biodiversidade e a valorização do território” e como missão “Garantir que os investimentos ambientais são comumente aceites como aqueles que melhor podem contribuir para a recuperação da economia e para

o combate à pobreza, no curto prazo, e, em simultâneo, construir uma sociedade mais justa e um território mais sustentável, no longo prazo” (República Portuguesa, 2020).

Este setor segmenta-se em mobilidade sustentável que computará 4819 milhões de euros de investimento público e um investimento global de 5825 milhões de euros, sustentabilidade ambiental que computará 6901 milhões de euros de investimento público e um investimento global de 7418 milhões de euros e transição energética que computará 724 milhões de euros de investimento público e um investimento global de 13060 milhões de euros (República Portuguesa, 2020).

Mobilidade sustentável	Sustentabilidade ambiental	Transição energética
- Mobilidade elétrica.	- Floresta.	- Gases renováveis.
- Redes de metro e transporte em sítio próprio.	- Resíduos urbanos.	- Reforço da produção de energia renovável.
- Redes cicláveis.	- Gestão de recursos hídricos.	- Eficiência Energética.
- Descarbonização do transporte público.	- Ciclo urbano da água.	- Redes de energia.
	- Litoral.	

Tabela 24 - Ambiente e ação climática - PNI 2030  
 Fonte de Dados: República Portuguesa (2020)

Este programa vem reforçar a coesão, a competitividade e a sustentabilidade devido ao seu foco prioritário no combate às alterações climáticas. O PNI prossegue com a preocupação no ambiente, e nas energias renováveis, permitindo canalizar e selecionar investimentos para contribuir para o combate às mudanças climáticas (República Portuguesa, 2020).

A dinâmica empresarial, o turismo e a hotelaria dependem de investimentos. O PNI surge com três desígnios estratégicos para este novo ciclo de investimentos. Nomeadamente, a coesão uma vez que reforça a conectividade dos territórios, a atividade económica e valoriza os recursos naturais. O segundo consiste na competitividade e inovação que proporcionam o desenvolvimento do território a partir do aumento e melhoria de infraestruturas. E por fim, a sustentabilidade e a ação climática procura descarbonizar a economia e promover a transição energética.

#### 4.3.3. Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

O PRR foi incorporado no pacote extraordinário de financiamento autorizado pela Comissão Europeia. Este pretende que os países da zona euro utilizem instrumentos de

recuperação económica e social (*Next Generation EU*) (Ministério do Planeamento, 2021).

Dado o seu carácter extraordinário, o PRR poderá acelerar a recuperação económica e social e promover uma transformação resiliente e justa, colocando Portugal no caminho da dupla transição, verde e digital (Ministério do Planeamento, 2021).

Com o objetivo de recuperar Portugal, o PRR abrange uma visão estratégica, reformas e investimentos estruturantes a implementar até 2026 e está organizado em três dimensões estratégicas: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital (Tabela 25 - Dimensões estratégicas e componentes - PRR). Estas agrupam-se em 20 componentes, 83 investimentos e promovem 37 reformas (Ministério do Planeamento, 2021).

As reformas e investimentos proporcionados pelo PRR vêm impulsionar o país no caminho da retoma, do crescimento económico sustentado e da convergência com a Europa, tendo em consciência a sustentabilidade inspirada nos ODS (Ministério do Planeamento, 2021).

O PRR está alinhado com os seis pilares relevantes da Estratégia Europeia 2030 (Ministério do Planeamento, 2021):

1. Transição verde;
2. Transformação digital;
3. Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo coesão económica, emprego, produtividade, competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, e um Mercado Único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas (PME) fortes;
4. Coesão social e territorial;
5. Saúde e resiliência económica, social e institucional, inclusive com vista ao aumento da capacidade de reação e preparação para crises;
6. Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e competências.

A utilização eficaz e eficiente dos recursos pressupõe um modelo de governação estruturado, que tenha presente a simplificação, a transparência e prestação de contas, a participação, a centralização da gestão e a descentralização na execução, a segregação de funções e a orientação para resultados (Ministério do Planeamento, 2021).

O Modelo de governação tem quatro níveis de coordenação:

1. Nível estratégico de coordenação política;
2. Nível de acompanhamento;

3. Nível de coordenação técnica e de monitorização;
4. Nível de auditoria e controlo.

Resiliência	Transição Climática	Transição Digital
Serviço Nacional de Saúde. Habitação. Respostas sociais. Cultura. Capitalização e inovação empresarial. Qualificações e competências. Infraestruturas. Florestas. Gestão hídrica.	Mar. Descarbonização da indústria. Bioeconomia sustentável. Eficiência energética em edifícios. Hidrogénio e renováveis. Mobilidade sustentável.	Empresas 4.0. Qualidade e sustentabilidade das finanças públicas. Justiça económica e ambiente de negócios. Administração Pública - Digitalização, interoperabilidade e cibersegurança. Escola digital.

*Tabela 25 - Dimensões estratégicas e componentes - PRR  
Fonte de Dados: Ministério do Planeamento (2021)*

#### **4.3.4. Estratégia de turismo 2027**

A ET 27 é uma estratégia partilhada que com o lema pensar o turismo dos próximos 10 anos projeta para o turismo em Portugal os seguintes objetivos gerais (Turismo de Portugal, 2017):

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;
- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.

A ET 27 visa até 2027 a implementação de projetos assentes nos 5 eixos estratégicos (Figura 12 - Metas para o turismo em Portugal 2017 - 2027): valorizar o território e as comunidades, impulsionar a economia, potenciar o conhecimento, gerar redes e conectividade e projetar Portugal. A partir da concretização dos eixos será viável

alcançar as metas e ambições permitindo assim afirmar o turismo como ponto central para o desenvolvimento económico social e ambiental (Turismo de Portugal, 2017).



Figura 12 - Metas para o turismo em Portugal 2017 - 2027  
 Fonte de Dados: Turismo de Portugal (2017)

De um modo geral a ET 27 caracteriza-se como uma estratégia que se pretende aberta, participada e dinâmica, que abranja vários setores ligados ao turismo. Esta estratégia considera o mercado e as suas tendências em que o Estado assume a sua responsabilidade e mobiliza os agentes da sociedade (Turismo de Portugal, 2017).

A ET 27 é um documento estratégico a 10 anos que se foca em 10 ativos estratégicos divididos em quatro tipos de ativos do turismo nacional (Turismo de Portugal, 2017):

Ativo único transversal: Pessoas;

Ativos diferenciadores: Clima e luz; História, cultura e identidade; Mar; Natureza e Água;

Ativos qualificadores: Gastronomia e vinhos e Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócio;

Ativos emergentes: Bem-Estar e *Living* - Viver em Portugal.

#### 4.3.5. Plano de Turismo +Sustentável 20-23

Para dar respostas ao setor do turismo, face à crise pandémica do COVID-19, foi desenvolvido o Plano Turismo +Sustentável 20-23, que é um plano de turismo que está alinhado com os objetivos da ET 27. Assim, o Turismo de Portugal pretende projetar para

Portugal um destino competitivo, seguro e sustentável (Turismo de Portugal, 2020).

O Plano Turismo +Sustentável 20-23 rege-se por cinco princípios, nomeadamente (Turismo de Portugal, 2020):

1. Contribuir para alcançar as metas da ET 27;
2. Reforçar o papel do Turismo nos 17 ODS das *United Nations*;
3. Promover a transição energética e a agenda para a economia circular das empresas do setor;
4. Envolver os stakeholders do setor num compromisso conjunto de transformação da oferta e sustentabilidade do destino;
5. E, por último, estimular uma mudança de atitude em toda a cadeia de valor do setor.

A 26 de outubro de 2020, o Turismo de Portugal apresentou 119 ações distribuídas por 4 eixos de atuação. Assim, o plano abrange os seguintes quatro eixos estratégicos, cujos objetivos estão alinhados com estes cinco princípios anteriormente enumerados (Turismo de Portugal, 2020):

1. Estruturar uma oferta cada vez mais sustentável;
2. Qualificar os agentes do setor;
3. Promover Portugal como um destino sustentável;
4. Monitorizar o desempenho do setor para a sustentabilidade;

De acordo com o plano, um turismo sustentável deve fazer um uso adequado do território e dos recursos naturais, respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades e assegurar que as atividades económicas sejam viáveis a longo prazo. Até 2023 é esperado atingir as seguintes metas (Turismo de Portugal, 2020):

- Ter 75% de empreendimentos turísticos com sistemas de eficiência energética, hídrica e gestão de resíduos;
- Ter 75% dos empreendimentos turísticos que não utilizam Plásticos de Uso Único;
- Atingir os 25 000 aderentes, 30 000 formados e mil auditados no selo *Clean & Safe*;
- Formar 50 000 profissionais nas áreas da sustentabilidade;
- Obter 200 referências internacionais sobre Portugal associado à sustentabilidade.

A 28 de junho de 2022 deu-se o 2º encontro do grupo de acompanhamento para a sustentabilidade, este fez um balanço do Plano Turismo +Sustentável 20-23. Até à data

foram concluídas 15% das ações, 66% das ações encontram-se em curso, 17% das ações irão iniciar-se ainda em 2022 e apenas 2% das ações irão iniciar-se em 2023 (Turismo de Portugal, 2022b).

Em suma, podemos dizer que tal como o slogan do Plano Turismo +Sustentável 20-23 indica, mais do que um desafio, é um caminho 2020-2023, e que para um planeta melhor, um turismo melhor (Turismo de Portugal, 2022b).

#### **4.3.6. Guia de Boas Práticas para uma Economia Circular no Alojamento Turístico**

O Turismo de Portugal, na sequência da visão definida na ET 27, na concretização dos ODS e no Plano Turismo +Sustentável 20-23, elaborou o Guia de Boas Práticas para uma Economia Circular no Alojamento Turístico (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) & Turismo de Portugal, 2021).

Este promete ser proveitoso para os diversos agentes turísticos, de forma a atingirem uma modificação de atitudes e a implementação de práticas sustentáveis com o objetivo de transformar o negócio existente num mais sustentável e com maior resultado económico e ambiental (AHRESP & Turismo de Portugal, 2021).

O Guia foi realizado pelo Turismo de Portugal e a AHRESP, em parceria com a AHP, a Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP) e a Associação do Turismo de Habitação (TURIHAB). Este está organizado em volta de nove temas relevantes a tornar Portugal um destino cada vez mais sustentável, são eles: a Oferta Completa e Sustentável, Energia, Água, Alimentação e Bebidas, Embalagens, Consumíveis, Gestão de Resíduos, Gestão de Infraestruturas, Transporte e Fornecedores (AHRESP & Turismo de Portugal, 2021).

Estes nove temas relevantes são capazes de assegurar às gerações seguintes o usufruto dos ativos que hoje nos distinguem. O aumento de habitantes no planeta, os padrões de crescimento das sociedades, e o consumo per capita de recursos naturais e de energia são os principais fatores de preocupação (AHRESP & Turismo de Portugal, 2021).

## **4.4. Preocupações com a sustentabilidade turística no Algarve e no concelho de Loulé**

### **4.4.1. Algarve 2030**

O Algarve 2030 foi desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Alg) e aprovado na reunião do Conselho Regional do Algarve a 11 de setembro de 2020 (CCDR Alg, 2020).

O Algarve 2030 é a atual estratégia de desenvolvimento regional do Algarve que visa contruir o futuro. Esta está dividida em cinco capítulos distintos, designadamente, os principais constrangimentos da região (revisitar a estratégia), o contexto regional – notas de um percurso, a estratégia de desenvolvimento Algarve 2030, a governação do Algarve 2030 e, por fim, a visão estratégica (CCDR Alg, 2020).

Inicialmente foi feito um balanço entre 2014 e 2020. O segundo capítulo diz respeito ao contexto regional, este define o Algarve como uma região com características distintas. Do ponto de vista da organização administrativa existem concelhos que se estendem do litoral ao interior fazendo fronteira com o Alentejo (CCDR Alg, 2020).

É uma região com uma vasta diversidade morfológica, ambiental, paisagística, demográfica e económica. Na região algarvia destaca-se a atividade turística com um impacto relevante na economia e na sociedade (CCDR Alg, 2020).

A estratégia de desenvolvimento para a próxima década, de acordo com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), diz que o território terá relevância (CCDR Alg, 2020).

Foram criados 5 Objetivos de Política (OP) que estabelecem linhas de força e direcionam a região algarvia durante a próxima década para um desenvolvimento sustentável, são eles (CCDR Alg, 2020):

- OP1: Um Algarve mais inteligente;
- OP2: Um Algarve mais verde e hipocarbónico;
- OP3: Um Algarve mais conectado;
- OP4: Um Algarve mais social;
- OP5: Um Algarve mais próximo das pessoas.

Para o OP1 considera-se como investimento prioritário a Agência Regional de Inovação, a Plataforma RIA: Região Inteligente Algarve e o Algarve Acolhe (CCDR Alg, 2020).

Relativamente ao OP2, deve-se investir preferencialmente na disponibilidade hídrica, no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) e na Estratégia Regional de Energia 2030 (CCDR Alg, 2020).

No OP 3, o foco do investimento deve reger-se pela requalificação e ordenamento integrado da estrada nacional 125, pela ligação ferroviária ao Aeroporto Internacional de Faro e desenvolvimento de estudo de ligação à Andaluzia e pela Plataforma logística regional para articulação funcional entre o espaço Atlântico e Mediterrâneo (CCDR Alg, 2020).

No âmbito do OP4, os investimentos cruciais são no Hospital Central Universitário do Algarve, na Rede de Serviços de Interesse Geral, no Programa regional de habitação e na estruturação de rede de centros de formação e qualificação média e superior (CCDR Alg, 2020).

Por último, no OP5 perspetiva-se investir na regeneração urbana, em amenidades territoriais qualificadoras e na valorização patrimonial (CCDR Alg, 2020).

#### **4.4.2. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas**

A AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve é formada pelos 16 municípios do Algarve, nomeadamente, Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, n.d.).

Tem como missão “Potenciar o desenvolvimento dos municípios e reforçar a identidade da Região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias”. Os seus objetivos estratégicos consistem em desenvolver e promover a região através do reforço da capacidade de resposta a necessidades comuns dos associados e aumentar a coesão intermunicipal (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, n.d.).

De modo a fazer face às alterações climáticas, a AMAL desenvolveu o PIAAC que comportou um financiamento do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, 2019).

O PIAAC tem como visão contribuir para a “prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência

face aos riscos climáticos e às catástrofes” (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, 2019).

De um modo geral as alterações climáticas são uma preocupação mundial, dados indicam que a concentração de GEE é a mais elevada dos últimos 800 mil anos. De acordo com o PIAAC as mudanças climáticas implicam diretamente alterações nos diversos parâmetros climáticos. Assim, estas implicações carecem a economia dado que estas modificações afetam o turismo de sol e mar o que conduzirá a impactos negativos e vulnerabilidades (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, 2019).

#### **4.4.3. Loulé: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas**

O município de Loulé desenvolveu em parceria com uma equipa técnica externa o documento Loulé: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC do município de Loulé). Esta estratégia visa abordar a identificação de opções e ações de adaptação planeada que promovam a minimização dos efeitos das alterações climáticas (Câmara Municipal de Loulé, 2016).

A visão estratégica da EMAAC do município de Loulé consiste na transformação para um município consciente, informado e capacitado perante as alterações climáticas e que integre na ação municipal e na gestão territorial os fatores, ameaças e oportunidades associados às novas dinâmicas climáticas (Câmara Municipal de Loulé, 2016).

A EMAAC do município de Loulé está assente em quatro objetivos, são eles (Câmara Municipal de Loulé, 2016):

1. Reduzir a vulnerabilidade aos eventos climáticos extremos e aumentar a capacidade adaptativa do município, bem como tomar partido de potenciais oportunidades;
2. Acrescentar conhecimento sobre Alterações Climáticas;
3. Criar dinâmicas de envolvimento dos agentes sociais e económicos no sentido de os mobilizar para a mudança;
4. Difundir o processo estratégico desenvolvido.

#### **4.4.4. Plano Municipal de Ação Climática de Loulé (PMAC)**

O PMAC de Loulé, é assim, como outros planos um importante instrumento de planeamento, neste caso para fazer face às alterações climáticas. Este é pioneiro em

Portugal por integrar as vertentes da mitigação e da adaptação (Câmara Municipal de Loulé, 2021).

O PMAC é um referencial estratégico de implementação da Política Local de Ação Climática, este plano vem suceder à EMAAC. A PMAC conta com 5 princípios fundamentais, são eles (Câmara Municipal de Loulé, 2021):

1. Integração da política climática no processo de desenvolvimento local;
2. Clarificação da missão da ação climática e mobilização dos atores;
3. Seletividade Territorial;
4. Flexibilidade face à incerteza;
5. Operacionalidade.

A operacionalização da estratégia está assente em 3 eixos estratégicos (EE): EE1 - Adaptação, EE2 - Mitigação e EE3 - Gestão e Conhecimento. Relativamente aos objetivos estratégicos (OE) temos de ter em consideração a Tabela 26 - Objetivos estratégicos - Plano Municipal de Ação Climática de Loulé (Câmara Municipal de Loulé, 2021).

OE 1	Reduzir a vulnerabilidade aos riscos climáticos, aumentando a resiliência das comunidades, das atividades e do território;
OE 2	Promover a redução das emissões de GEE e a descarbonização progressiva e sustentável da economia local, contribuindo para o crescimento verde;
OE 3	Promover uma economia suportada na utilização eficiente e sustentável dos recursos, baseada no princípio da circularidade;
OE 4	Promover a integração da ação climática nas políticas locais, aumentando a capacidade de resposta do município;
OE 5	Mobilizar a comunidade local para participar na definição e implementação de ações individuais e coletivas de resposta aos desafios das alterações climáticas, em linha com um modelo de governança que potencie sinergias locais, regionais e nacionais;
OE 6	Estimular e promover a investigação, inovação, monitorização e produção de conhecimento sobre vulnerabilidades, impactos das alterações climáticas e respetivas medidas de resposta.

*Tabela 26 - Objetivos estratégicos - Plano Municipal de Ação Climática de Loulé  
Fonte de Dados: Câmara Municipal de Loulé (2021)*

O município de Loulé tem desenvolvido inúmeros documentos e projetos relacionados com o ambiente, as alterações climáticas e a sustentabilidade dado que

considera como um dos desafios mais prementes do século XXI (Câmara Municipal de Loulé, n.d. b). A Tabela 27 - Documentos/projetos desenvolvidos pelo município de Loulé enumera o contributo do município uma vez que acredita no poder da ação conjunta (Loulé Adapta, n.d.).

Documentos/projetos desenvolvidos pelo município no âmbito da temática em estudo

1. Observatório Municipal de Ambiente e Território
2. Plano Municipal de Contingência para Períodos de Seca do Município de Loulé
3. Resumo Não Técnico — Plano Municipal de Contingência para Períodos de Seca do Município de Loulé
4. Plano Local de Ação Integrada do Município de Loulé
5. Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática do Município de Loulé
6. Brochura “Alterações Climáticas em Loulé: Desenvolvimento de uma Estratégia Municipal de Adaptação”
7. Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé
8. Revista *Smart Cities* — Artigo: A mobilidade sustentável como resposta ao desafio do clima
9. Adaptação — Um resumo temático para empresas
10. Alterações Climáticas — Saúde Humana
11. AJAP — Alterações Climáticas e Agricultura
12. APEA — Energias e Alterações Climáticas
13. CE — Alterações Climáticas: de que se trata?
14. BD — Reportagem Especial: Adaptação às alterações climáticas em Portugal
15. ADENE — Guia da Eficiência Energética
16. ECOSAFE: Guia para utilização eficiente de eletrodomésticos
17. EDP — Guia Prático da Eficiência Energética
18. LC Sustentável — Newsletter 12
19. CML — Frio Intenso: Aprenda como proteger-se
20. CML — Incêndios Florestais: A prevenção depende de todos
21. CML — Linhas de Água: Medidas preventivas
22. CML — Onda de calor: Aprenda como proteger-se
23. CML — Temporais: Aprenda como proteger-se
24. Agenda Urbana para a UE — Pacto de Amesterdão

25. Metrominuto de Loulé
26. Carta de Compromisso — Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas
27. Preserve o seu ambiente e conserve a sua rua limpa
28. Quarteira Lab - Newsletter #1 — janeiro de 2019
29. Agenda Urbana para a UE — Plano de Ação da Parceria Adaptação Climática
30. Composição e Normas de Funcionamento do Conselho Local de Acompanhamento da EMAAC de Loulé
31. Metrominuto de Quarteira
32. Para fazer uma queima é obrigatório informar
33. BEACON (*flyer*)
34. BEACON (*booklet*)
35. Programa da VI Reunião do Conselho Local de Acompanhamento da EMAAC de Loulé - Ação Climática Local
36. Guia de Boas Práticas para a Sustentabilidade na Gestão e Uso Eficiente da Água em Loulé
37. Guia para Consumir Local
38. Quarteira Lab - Newsletter #2 - agosto de 2020
39. Brochura “Campos de Lapiás”
40. Brochura “Encostas do Cadoiço”
41. Semana do Clima 2023
42. 101 Maneiras Divertidas de Poupar Água

*Tabela 27 - Documentos/projetos desenvolvidos pelo município de Loulé*  
*Fonte de Dados: Loulé Adapta, (n.d.)*

Estes documentos/projetos apresentados anteriormente podem estar relacionados direta ou indiretamente com o turismo e a hotelaria. Por exemplo, fatores como a seca, a poupança de água, o clima, afetam os setores em causa. No caso do Observatório Municipal de Ambiente e Território desenvolvido pelo município de Loulé dá indicadores concretos de planeamento e monitorização no turismo e na hotelaria.

## Capítulo 5: Estudo de caso

### 5.1. O Município de Loulé: Caracterização

A cidade de Loulé (Figura 13 - 16 municípios do Algarve) localiza-se no maior e mais populoso concelho do Algarve. Atualmente o concelho é composto por 9 freguesias, nomeadamente, Almancil, Alte, Ameixial, Boliqueime, Quarteira, União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim, Salir, São Clemente e São Sebastião. O concelho abrange ainda quatro zonas com características díspares, a Serra, a Beira Serra, o Barrocal e o Litoral (Câmara Municipal de Loulé, n.d. a).

Esta autarquia faz parte da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve que tem como missão “Potenciar o desenvolvimento dos municípios e reforçar a identidade da Região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias”. A AMAL é formada pelos 16 municípios do Algarve, os seus objetivos estratégicos consistem em desenvolver e promover a região através do reforço da capacidade de resposta a necessidades comuns dos associados e aumentar a coesão intermunicipal (AMAL, n.d).



Figura 13 - 16 municípios do Algarve

Os dados da Tabela 28 - Indicadores-chave do município de Loulé são extraídos da Pordata, para os anos 2019 (poder de compra) e 2021 (população residente, % da população jovem e % da população entre os 15 e 64 anos) (Pordata, 2021).

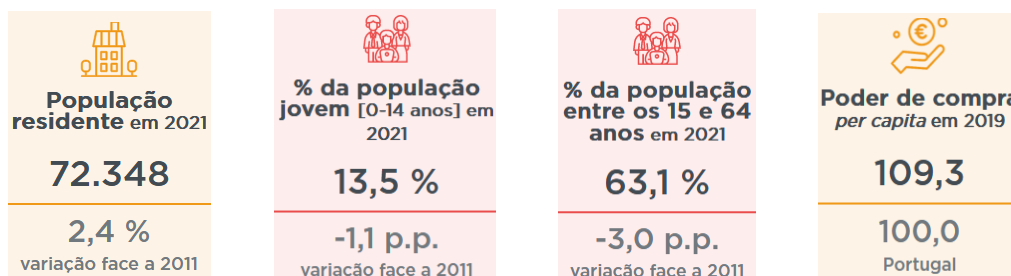


Tabela 28 - Indicadores-chave do município de Loulé  
Fonte de Dados: Pordata (2021)

Com base na plataforma do Registo Nacional de Turismo desenvolvida pelo Turismo de Portugal, procedeu-se à análise de indicadores extraídos da SIGTUR (Tabela 29 - Indicadores SIGTUR).

Partindo da consideração Portugal para o concelho, considera-se inicialmente o caso da NUT I – Continente. Para o caso do Continente a capacidade de alojamento em ET é de 458 908 camas/utentes, a capacidade de alojamento em Alojamento Local (AL) é de 670 817 utentes e a capacidade total de alojamento a turistas em ET e AL é de 1 129 725 camas/utentes (Turismo de Portugal, 2023b).

Relativamente ao Continente o nº camas/utentes em ET por 1000 hab. é de 45,69, o nº utentes em AL por 1000 hab. é de 66,78 e o nº camas/utentes em ET e AL por 1000 hab. é de 112,47 (Turismo de Portugal, 2023b).

No caso das NUT II e NUT III – Algarve a capacidade de alojamento em ET é de 126 403 camas/utentes, a capacidade de alojamento em AL é de 235 597 utentes e a capacidade total de alojamento a turistas em ET e AL é de 362 000 camas/utentes (Turismo de Portugal, 2023b).

Os indicadores mencionados para as NUTS II e NUT III – Algarve é o número total de ET que corresponde a 643, o total de AL é de 45 112, a população residente em 2011 correspondia a 448 722, a área é de 4 996,79 Km<sup>2</sup> (Turismo de Portugal, 2023b).

Relativamente ao Algarve o nº camas/utentes em ET por 1000 hab. é de 281,70, o nº utentes em AL por 1000 hab. é de 525,04 e o nº camas/utentes em ET e AL por 1000 hab. é de 806,74 (Turismo de Portugal, 2023b).

Indicadores	Valores
Capacidade total de alojamento a turistas por área territorial	362000
Capacidade de alojamento em ET e AL a turistas por 1000 habitantes	806,74
Capacidade de alojamento em ET e AL a turistas por km <sup>2</sup>	72,45%
Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas	25,41%
Qualidade da oferta em empreendimentos turísticos	64,37%
Concentração relativa dos agentes de animação turística (Estabelecimentos)	12,68%
Concentração relativa das Agências de Viagens e Turismo (Balcões)	22,01%

Tabela 29 - Indicadores SIGTUR

Fonte de Dados: Turismo de Portugal (2023b)

No caso concreto da NUTS III – Loulé a capacidade de alojamento em ET (Tabela 30 - Capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos (camas/utentes) por

freguesia) é de 17 815 camas/utentes, a capacidade de alojamento em AL é 40 179 utentes e a capacidade total de alojamento a turistas em ET e AL corresponde a 57 994 camas/utentes (Turismo de Portugal, 2023b). Relativamente a Loulé o nº camas/utentes em ET por 1000 hab. é de 253,91, o nº utentes em AL por 1000 hab. é de 572,65 e o nº camas/utentes em ET e AL por 1000 hab. é de 826,56 (Turismo de Portugal, 2023b).

Capacidade de alojamento em ET (camas/utentes)	
Almancil	6 621
Alte	60
Ameixial	0
Boliqueime	200
Loulé (São Clemente)	62
Loulé (São Sebastião)	117
Quarteira	10 661
Salir	28
União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim	66

*Tabela 30 - Capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos (camas/utentes) por freguesia  
Fonte de Dados: Turismo de Portugal (2023b)*

É possível constatar que existe uma grande disparidade entre as freguesias e respetiva capacidade de alojamento, como é o caso de Quarteira com 10 661 camas/utentes, de Almancil com 6 621 camas/utentes e Boliqueime com 200 camas/utentes, as 3 freguesias do concelho com maior oferta face às restantes. Pode por esse motivo subentender-se que uma vez que as três freguesias com maior capacidade de alojamento se situam no litoral este é um indício determinante no investimento e empreendedorismo.

Assim, Loulé na sua oferta turística contraria, por este motivo, tende a evidenciar concentração da oferta turística junto ao litoral, o que apela igualmente a um ordenamento, planeamento e gestão territoriais em concordância, de modo a respeitar os ODS.

### **5.1.1. O Município de Loulé: Sustentabilidade no turismo e na hotelaria**

O município de Loulé disponibiliza no seu site autárquico, relativamente aos ODS propostos pelas *United Nations* na Agenda 2030, indicadores, projetos e boas práticas implementadas (CMLoulé, n.d.).

Loulé foi um dos membros iniciais a integrar a plataforma ODSlocal, a Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta plataforma permite uma visão transversal do trabalho relativamente ao cumprimento das metas dos ODS. Num total, são apresentados 131 indicadores, 56 projetos e 87 boas práticas (Ambiente & 2adapt, 2022).

Dado que o objetivo neste trabalho consiste em estudar a sustentabilidade hoteleira no município de Loulé, o foco incidirá nos objetivos 8, 12 e 14 (Tabela 31 - Indicadores de referência - ODS Local) (Ambiente & 2adapt, 2022).

#### No objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico

- Índice de renovação da população em idade ativa (n.º) → Meta 8.1
- Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante em relação ao valor nacional (%) → Meta 8.1
- Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por 100 indivíduos residentes com 15 ou mais anos → Meta 8.5
- Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%) → Meta 8.5
- Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem → Meta 8.5
- Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%) → Meta 8.5
- Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo (%) → Meta 8.8
- Estabelecimentos de outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) por 10.000 habitantes (n.º) → Meta 8.10
- Caixas multibanco por 10.000 habitantes (n.º) → Meta 8.10

#### Indicadores específicos do objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico

- Despesas correntes do Município per capita (€/pessoa) → Meta 8.1
- Receita de capital do Município (€) → Meta 8.1
- Despesas de capital do Município (€) → Meta 8.1
- Receita corrente do Município per capita (€/hab) → Meta 8.1
- Taxa de emprego (%) → Meta 8.6
- Atividades dinamizados pelo programa Loulé Criativo (n.º) → Meta 8.6
- Visitantes nas Áreas Protegidas (n.º) → Meta 8.9

→ Intensidade turística (%) → Meta 8.9

No objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis

→ Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.) → Meta 12.5

→ Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) → Meta 12.5

→ Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%) → Meta 12.5

→ Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (%) → Meta 12.5

Indicadores específicos do objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis

→ Resíduos orgânicos evitados pelo Movimento Zero Desperdício (t) → Meta 12.3

→ Pontos de recolha de óleos alimentares usados integrados na rede municipal (nº) → Meta 12.4

→ Ecopontos (nº) → Meta 12.5

→ Resíduos de embalagem recolhidos seletivamente (t) → Meta 12.5

→ Produção de Resíduos Urbanos (t) → Meta 12.5

→ Produção diária de resíduos urbanos (kg/hab) → Meta 12.5

No objetivo 14: Oceanos, mares e recursos marinhos

→ Plástico recolhido (t) por 10.000 habitantes → Meta 14.1

→ Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Má" (%) → Meta 14.1

→ Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Excelente" ou "Boa" (%) → Meta 14.1

Indicador específico do objetivo 14: Oceanos, mares e recursos marinhos

→ Proporção de praias com bandeira azul (%) → Meta 14.2

*Tabela 31 - Indicadores de referência - ODS Local*

*Fonte de Dados: Ambiente & 2adapt (2022)*

A monitorização no turismo requer informação clara, objetiva, fidedigna, representativa e comparável. Desta forma é possível cada município averiguar a sua própria evolução em cada uma das metas definidas. Assim, foram considerados dois tipos de indicadores, os indicadores de referência e os indicadores específicos.

Os indicadores de referência (Tabela 31 - Indicadores de referência - ODS Local) são comuns a todos os municípios, e no caso do município de Loulé em particular na meta 8.9 (Promover o turismo sustentável e benéfico) verifica-se um crescimento tanto no nº

de Visitantes nas Áreas Protegidas (consultar anexo 4) como na percentagem de Intensidade turística (consultar anexo 5).

Relativamente ao objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis nenhum dos indicadores nem de referência nem específicos apresentam metas relacionadas com o turismo (meta 12.8. em particular 12.B.).

No caso do objetivo 14: Oceanos, mares e recursos marinhos a meta 14.2. (Gestão sustentável e proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros) relaciona-se com o turismo como verificamos anteriormente. No indicador específico apresentado verifica-se que entre 2015 e 2021 a percentagem correspondeu a 100% (consultar anexo 6).

Assim, a Tabela 32 - Projetos de referência - ODS Local diz respeito aos projetos.

No objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico

→ *Wyndham Grand* Algarve; *Afro Gypsy* Costura; *Desafio MAR StartUp*; *JOB - Juntos por Oportunidades Brilhantes*; *Roupeiro Solidário*; *Smart Resort by Infralobo*; *Descarbonização INFRALOBO 2021*; *FertiAlte - Unidade de Compostagem de Alte*; *ASAS- Aldeia dos Saberes e dos Afetos*; *Parque Fotovoltaico do Mercado Municipal*; *Passeio das Dunas*; *Parque Urbano e Agrícola de Loulé*; e *Incubadora Ameixial*.

No objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis

→ *Mais olhos do que barriga!*; *Wyndham Grand* Algarve; *Workshop "Juntos, pela Água"*; *Ser+Sustentável&Solidário*; *Sistema de Telegestão no Abastecimento de Águas e Águas Residuais*; *Utilização de Água para Reutilização*; *Utilização de Água Não Potável para Rega*; *Sistema de Telegestão de Rega*; *Smart Resort by Infralobo*; *Rede de carregadores de veículos elétricos*; *FertiAlte - Unidade de Compostagem de Alte*; *Central Fotovoltaica Cimpor Loulé*; *ZERO DESPERDÍCIO*; *Quarteira Lab*; *Reutilização de Águas Residuais para rega Quinta do Lago*; *Centro Azul de Quarteira*; e *Pólo Museológico da Água*.

No objetivo 14: Oceanos, mares e recursos marinhos

→ *Separação Resíduos Orgânicos*; *Mais olhos do que barriga!* *Wyndham Grand* Algarve; *Workshop "Juntos, pela Água"*; *FertiAlte - Unidade de Compostagem de Alte*; *ZERO DESPERDÍCIO*; *Reutilização de Águas Residuais para rega Quinta do Lago*; *Centro Azul de Quarteira*; e *Pólo Museológico da Água*.

*Tabela 32 - Projetos de referência - ODS Local*  
*Fonte de Dados: Ambiente & 2adapt (2022)*

Os projetos anteriormente definidos têm de ser projetos georreferenciáveis no território. Desta forma apenas são elegíveis projetos que cumpram requisitos como serem

sustentáveis, atuais, regulares, consequentes, sistémicos, coletivos e *bottom-up* (promovidos por atores locais).

Por outro lado, as boas práticas municipais indicam que o poder local, neste caso a autarquia de Loulé tem dinamizado iniciativas que promovem os ODS. As boas práticas devem ser atuais, regulares, consequentes e sistémicas.

Assim, a Tabela 33 - Boas práticas de referência - ODS Local diz respeito às boas práticas.

No objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico

→ Aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira; Agenda de Sustentabilidade, Florestas, Biodiversidade e Desenvolvimento Rural 2020-2025; Gestão do Risco de Emissões de GEE em incêndios florestais – *REMAS Interreg Sudoe*; Condomínios de Aldeia; Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática; Classificação de uma Área Protegida: Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal; Reutilização de Águas Residuais Tratadas para Rega; Atribuição de Participação Financeira; Apoio Psicológico – SAF; Banco Local de Voluntariado de Loulé; Oficina Móvel Loulé Sénior - A Câmara Mais Perto do Cidadão; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social; Regulamento Municipal Loulé Solidário; Mercadinho de Loulé; Programa de Atividades Pedagógicas "Visita Brincando"; Famílias no Museu; Programa de Apoio a Jovens Artistas Locais; Intervenções de Resiliência dos territórios face ao risco; Voluntariado Jovem – Vigilância Florestal; Aquisição de viaturas para primeira intervenção de combate a incêndios; Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias; Espaço Cidadão Loulé; Aquisição de destróidores de sobrantes; Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Loulé; Promoção da Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal; Plano de Formação Interna e Formação Externa; *Pressreader* – serviço online de acesso gratuito a 7 000 publicações online (jornais e revistas); Implementação dos Serviços Online do Município de Loulé; Centro de Recursos Educativos para a Inclusão; *LouleXLab* – Laboratório de Experimentação Municipal; Avaliação, Mapeamento e Valorização dos Serviços Ecosistémicos do concelho de Loulé; Caracterização Ambiental das Paisagens Protegidas Locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola; Loulé *Design Lab*; Plano de Ação para a Reabilitação Urbana dos Centros Históricos de Loulé e Quarteira; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Estratégia Local de Habitação 2019-2030

do Município de Loulé; Observatório Municipal de Ambiente e Território de Loulé; Estudo de Avaliação da Subida do Nível Médio do Mar e Sobrelevação da Maré em Eventos Extremos de Galgamento e Inundação Costeira; Loulé Criativo; e Plano Municipal de Contingência para Períodos de Seca.

No objetivo 12: Produção e consumo sustentáveis

→ Cozinha Partilhada de Salir; Implementação da fatura eletrónica das refeições escolares; *Pressreader* – serviço online de acesso gratuito a 7 000 publicações online (jornais e revistas); Desmaterialização / economia processual; Gestão de resíduos urbanos + sustentável; Recolha seletiva de bioresíduos; Aquisição de destroçadores de sobrantes; Estratégia para redução de perdas de água; Na piscina cuidamos da água; Classificação de uma Área Protegida: Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal; Voluntariado Jovem – Vigilância Florestal; Projeto VITALIZAR; Espaços públicos seguros e inclusivos; Desenvolvimento de infraestruturas cicláveis e de estacionamento de bicicletas; Mercadinho de Loulé; Implementação dos Serviços Online do Município de Loulé; Programa “Uma praça no meu bairro” – Requalificação urbana; Certificação - Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Ambiente e Conciliação); Plano Municipal de Contingência para Períodos de Seca; Metrominuto – mobilidade pedonal; Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática; Aplicação Móvel para georreferenciação e caracterização das roturas de água e saneamento; Hortas Urbanas do Município de Loulé; Oficina Móvel Loulé Sénior - A Câmara Mais Perto do Cidadão; Avaliação, Mapeamento e Valorização dos Serviços Ecosistémicos do concelho de Loulé; Plano Municipal de Ação Climática de Loulé; Reutilização de Águas Residuais Tratadas para Rega; Renovação e ampliação dos bebedouros nos estabelecimentos escolares; Loulé *Design Lab*; Semana do Clima; Movimento Zero Desperdício; Brincando e Aprendendo; Intervenções de Resiliência dos territórios face ao risco; Bibliomóvel – Biblioteca Itinerante; Condomínios de Aldeia; GeoLoulé; GeoEscola; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social; Distribuição Gratuita de Produtos de Higiene Menstrual; Agenda de Sustentabilidade, Florestas, Biodiversidade e Desenvolvimento Rural 2020-2025; Aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira; Bora Lá Brincar – Brincar na Cidade Educadora; Famílias no Museu; Loulé Criativo; Plano de Ação para a Reabilitação Urbana dos Centros Históricos de Loulé e Quarteira; Tertúlias “Vamos tirar dúvidas sobre...”; Inventariação da Biodiversidade nas Paisagens Protegidas Locais da Rocha da Pena e

da Fonte Benémola; Estratégia Local de Habitação 2019-2030 do Município de Loulé; Centro Azul; Centro Ambiental - Polos de Loulé e da Pena; Conselho Local de Acompanhamento da Ação Climática de Loulé; *Coastwatch* Portugal; Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé; Subsídio ao Arrendamento Habitacional; Programa de Atividades Pedagógicas "Visita Brincando"; Aquisição de viaturas para primeira intervenção de combate a incêndios; Promoção da Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal; Gestão do Risco de Emissões de GEE em incêndios florestais – REMAS *Interreg Sudoe*; Plano de Formação Interna e Formação Externa; Reabilitação do Bairro Municipal; Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias; Regulamento Municipal Loulé Solidário; Banco Local de Voluntariado de Loulé; e Observatório Municipal de Ambiente e Território de Loulé.

No objetivo 14: Oceanos, mares e recursos marinhos

→ Centro Azul; Centro Ambiental (CA) - Polos de Loulé e da Pena; *Coastwatch* Portugal; Gestão de Resíduos Urbanos (+) Mais Sustentável; Recolha seletiva de bioresíduos; Condomínios de Aldeia; Estratégia para redução de perdas de água; Banco Local de Voluntariado de Loulé; Semana do Clima; Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé; Gestão do Risco de Emissões de GEE em incêndios florestais – REMAS *Interreg Sudoe*; Plano Municipal de Ação Climática de Loulé; Promoção da Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal; Agenda de Sustentabilidade, Florestas, Biodiversidade e Desenvolvimento Rural 2020-2025; Famílias no Museu; Plano de Formação Interna e Formação Externa; Voluntariado Jovem – Vigilância Florestal; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social; Oficina Móvel Loulé Sénior - A Câmara Mais Perto do Cidadão; e Regulamento Municipal Loulé Solidário.

*Tabela 33 - Boas práticas de referência - ODS Local*  
*Fonte de Dados: Ambiente & 2adapt (2022)*

### **5.1.2. Local da pesquisa e Amostragem**

O presente estudo foi realizado no município de Loulé, este município algarvio preza pela sua centralidade e boas acessibilidades o que o enaltece como destino turístico.

Oferece à sua população e a quem o visita uma vasta diversidade de alojamento turístico, nomeadamente através de Apartamentos Turísticos, Hotéis, ET em Espaço Rural, Aldeamentos Turísticos, AL e Parques de Campismo e de Autocaravanismo.

Neste estudo de caso, o foco foi em estabelecimentos hoteleiros, particularmente, hotéis de 3, 4 e 5 estrelas. Atualmente, o município de Loulé conta com vinte e cinco hotéis enquadrados nesta classificação (Tabela 34 - Lista de Estabelecimentos Hoteleiros - Hotéis de 3, 4 e 5 estrelas no município de Loulé).

Designação	Classificação	Capacidade	Localização
Magnólia Art & Wellness Hotel	****	118	Almancil
Domes Lake Algarve	*****	384	Quarteira
Alte Hotel	***	60	Alte
Hotel Dona Filipa	*****	310	Almancil
Hotel Praia Sol	***	80	Quarteira
Hotel Parque das Laranjeiras	***	46	Quarteira
Hotel Quinta Jacintina	****	22	Almancil
Crowne Plaza Vilamoura Algarve - Hotel & SPA	*****	656	Quarteira
Dom Pedro Vilamoura	****	532	Quarteira
Dom Pedro Marina	****	342	Quarteira
Hotel Ria Park Garden	****	153	Almancil
Hotel Ria Park	*****	332	Almancil
Hotel Atismar	***	185	Quarteira
Hotel Pinhal do Sol	***	112	Quarteira
Hotel São Sebastião de Boliqueime	***	48	Boliqueime
Hotel Quinta do Lago	*****	282	Almancil
Pestana Vila Sol SPA & Golf Resort	*****	378	Quarteira
Hotel Vila Galé Marina	****	508	Quarteira
Aquashow Park Hotel	****	296	Quarteira
Tivoli Marina Vilamoura	*****	766	Quarteira
Anantara Vilamoura	*****	560	Quarteira
Hotel Zodíaco	***	120	Quarteira
Loulé Jardim Hotel	***	93	Loulé
Dom José Beach Hotel	***	308	Quarteira
Vilamoura Garden	****	118	Quarteira

Tabela 34 - Lista de Estabelecimentos Hoteleiros - Hotéis de 3, 4 e 5 estrelas no município de Loulé  
Fonte de Dados: Turismo de Portugal (n.d.)

Assim, no total remeteu-se o questionário a nove hotéis de 3 estrelas, a oito hotéis de 4 estrelas e a oito hotéis de 5 estrelas, perfazendo o total da população de vinte e cinco hotéis. Entre os vinte e cinco hotéis inquiridos, responderam ao estudo quinze hotéis, ou seja, 60% do total da população.

Esta população foi extraída a partir do site do Turismo de Portugal, e ao longo da implementação do questionário dados como o nome, a morada, contactos telefónicos e de email foram cruciais para a obtenção de respostas e o bom sucesso das mesmas.

Durante o período em que ocorreu a aplicação do inquérito os diferentes hotéis mostraram-se parcialmente disponíveis, dada a altura do ano em que o questionário lhes foi entregue.

O período de abertura e término do questionário (3 de julho de 2023 a 3 de agosto de 2023) compreendeu a época alta do turismo na região, pelo que considero que este fator possa ter dificultado a disponibilidade para preenchimento do questionários.

## 5.2. Estrutura do questionário

Para os fins deste estudo com a temática “Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé”, desenvolveu-se um questionário como instrumento de diagnóstico com o intuito de aferir como são implementadas práticas de sustentabilidade na hotelaria, nomeadamente nos hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, no município de Loulé.

O questionário assenta em três grupos de questões. O primeiro grupo engloba desde a questão nº1 à questão nº8, neste grupo visou-se compreender de forma geral as características do estabelecimento inquirido e a sua relação com a sustentabilidade na perspetiva económica, social e ambiental.

O segundo grupo de perguntas corresponde às questões 9 e 10, este pretendeu explorar a preocupação dos inquiridos com práticas sustentáveis relativamente ao presente e ao futuro.

Por fim, o terceiro grupo abrange as perguntas 11, 12, 13 e 14, procura, enquanto *output* às respostas a construção de uma *SWOT*. Portanto, o questionário contou com um total de 14 perguntas, inquiridas a partir da aplicação *Google Forms* desenvolvida pela *Google*, esta permite aos seus utilizadores pesquisar e reunir informações automaticamente.

Assim, os dados obtidos foram utilizados apenas em contexto académico, com vista a proceder à discussão dos resultados e elaboração de propostas de melhoria. Em momento algum é revelada a identidade dos estabelecimentos nem dos inquiridos(as) que colaboraram para o sucesso deste questionário.

O questionário foi disponibilizado em formato físico e online, como referido anteriormente pelo *Google Forms* (ver apêndice A).

O questionário foi aplicado aos diretores hoteleiros de 3 de julho de 2023 a 3 de agosto de 2023, e tem como objetivo compreender em que medida os hotéis em análise implementam práticas e medidas de sustentabilidade, e em que nível está o município na sustentabilidade hoteleira.

### 5.3. Resultados e discussão

De modo a compreender-se o quadro de atuação e a postura dos hotéis que fizeram parte do estudo, como referido anteriormente, o questionário contou com um total de 14 perguntas, e seguidamente será feita a análise de todas as questões.

#### Pergunta 1: Qual a categoria da unidade hoteleira?

Entre os hotéis que participaram no estudo, sete eram de 3 estrelas, três de 4 estrelas e, cinco de 5 estrelas. Sendo que corresponde a aproximadamente 47%, 20% e 33% respetivamente, como se pode verificar no Gráfico 1 - Qual a categoria da Unidade Hoteleira? (Pergunta 1).

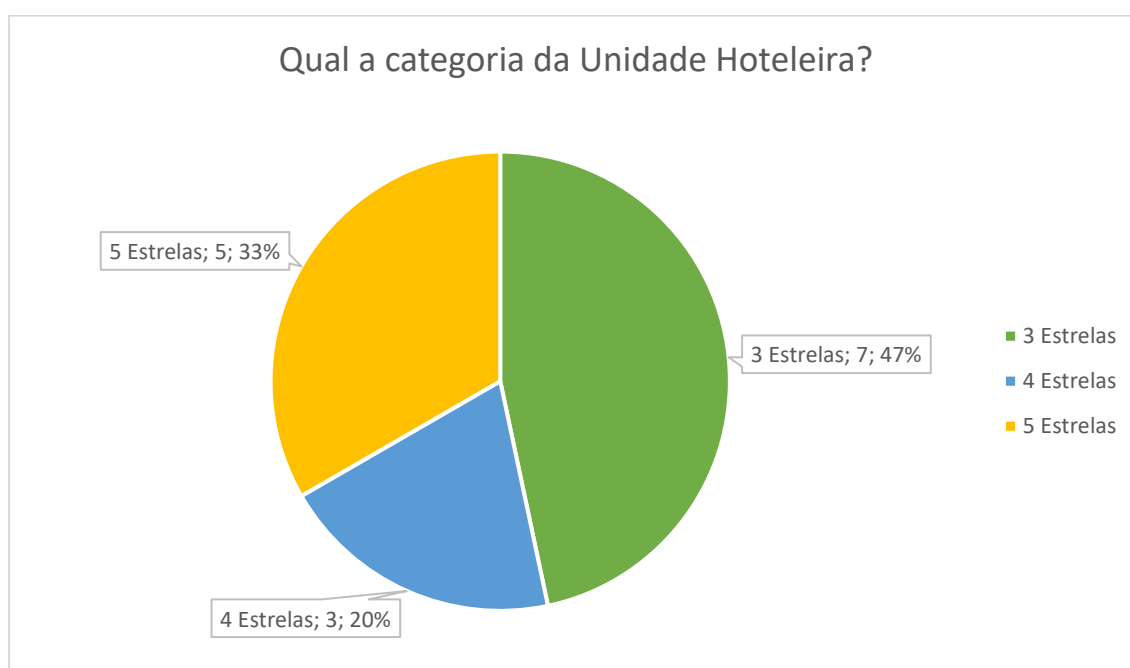


Gráfico 1 - Qual a categoria da Unidade Hoteleira? (Pergunta 1)  
Fonte de Dados: Elaboração própria

É mais elevada a percentagem de hotéis de 3 estrelas comparativamente com os restantes. Na Tabela 35 - Comparação entre número total de hotéis e a amostra de hotéis (Pergunta 1) apresentada adiante, é exposta a comparação entre o número total de hotéis que fizeram parte do estudo (população) e, os hotéis que, efetivamente, responderam ao questionário (amostra).

Categoria	Número total de Hotéis (Qt/%)		Amostra de Hotéis (Qt/%)	
3 Estrelas	9	36%	7	47%
4 Estrelas	8	32%	3	20%
5 Estrelas	8	32%	5	33%

Tabela 35 - Comparação entre número total de hotéis e a amostra de hotéis (Pergunta 1)  
Fonte de Dados: Elaboração própria

É notório que entre os hotéis de 3 estrelas apenas 2 em 9 não responderam. Relativamente aos hotéis de 4 estrelas, a taxa de respostas foi consideravelmente inferior, sendo que somente foram obtidas 3 respostas em 8. E, nos hotéis de 5 estrelas verificou-se que só ficaram por responder 3 hotéis em 8.

### Pergunta 2: Qual o número de quartos da unidade hoteleira?

Nas respostas referentes à pergunta 2, são expostos os resultados referentes às dimensões dos hotéis. As respostas obtidas foram: 24, 24, 52, 56, 60, 97, 154, 154, 155, 189, 260, 266, 323, 357 e 383.

Para que fosse mais simples a leitura foi elaborada uma tabela de frequências (Tabela 36 - Qual o número de quartos da Unidade Hoteleira? (Pergunta 2)) organizada por classes<sup>4</sup>, que contempla o ponto médio, a frequência absoluta, frequência relativa, frequência absoluta acumulada e a frequência relativa acumulada.

Classes	Ponto médio	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência absoluta acumulada	Frequência relativa acumulada
[0, 90[	52	5	$\frac{5}{15} = \frac{1}{3} \approx 0,3(3)$	5	$\approx 0,3(3)$
[90, 180[	154	4	$\frac{4}{15} \approx 0,2(6)$	9	$\approx 0,6$
[180, 270[	260	3	$\frac{3}{15} = 0,2$	12	$\approx 0,8$
[270, 359[	357	3	$\frac{3}{15} = 0,2$	15	1

Tabela 36 - Qual o número de quartos da Unidade Hoteleira? (Pergunta 2)  
Fonte de Dados: Elaboração própria

<sup>4</sup> Para determinar o número de classes utilizou-se a Regra de *Sturges*. Esta, refere que o número de classes  $k$ , é o menor natural tal que  $2^k \geq n$ , em que  $n$  é a dimensão da amostra. Assim, como a dimensão da amostra é  $n=15$ , então para determinar o número de classes adequado  $k$  considera-se a regra  $2^k \geq 15$ . Logo,  $k=4$  ( $2^4 \geq 15$ ) pois 4 é o menor número natural que verifica a condição estipulada pela Regra de *Sturges*.

Para determinar a amplitude de cada classe calculou-se inicialmente a amplitude total dos dados,  $A_t$ . Em que  $A_t = \text{Máximo} - \text{Mínimo}$ . Assim:  $A_t = 383 - 24 = 359$ .

Considerou-se classes com a mesma amplitude, logo a amplitude de cada classe ( $A_c$ ) é dada pela seguinte formula:

$$A_c = \frac{A_t}{k}$$

Assim:

$$A_c = \frac{359}{4} = 89,75 \approx 90$$

### Pergunta 3: A unidade hoteleira está integrada numa cadeia/grupo hoteleiro?

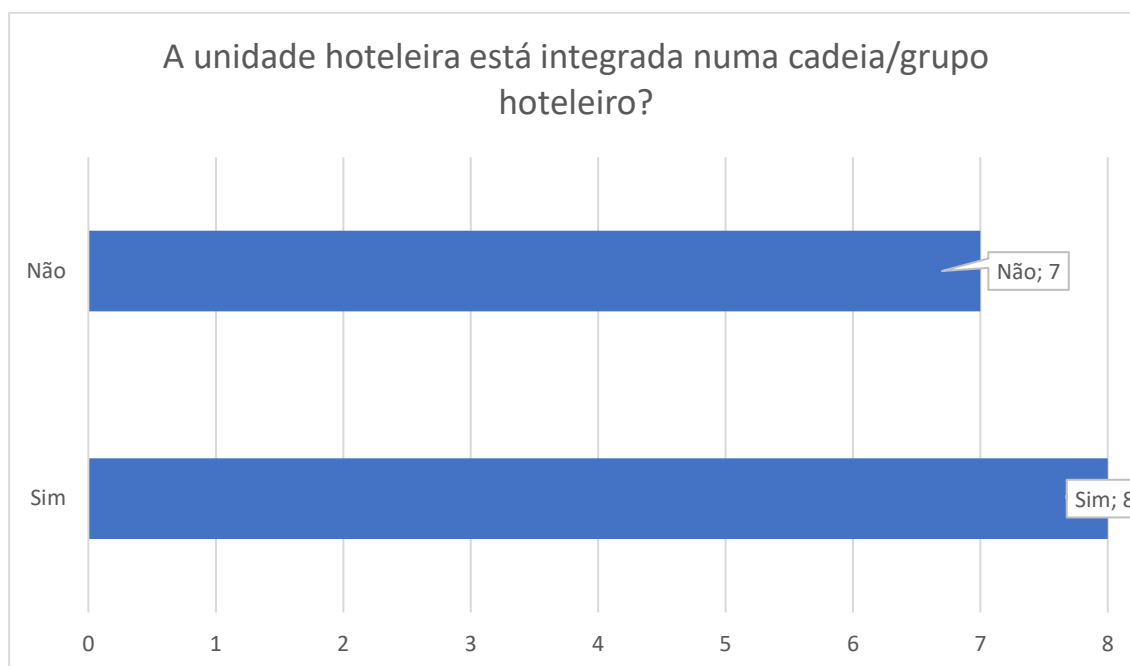


Gráfico 2 - A unidade hoteleira está inserida numa cadeia/grupo hoteleiro? (Pergunta 3)  
Fonte de Dados: Elaboração própria

O gráfico de barras horizontal (Gráfico 2 - A unidade hoteleira está inserida numa cadeia/grupo hoteleiro? (Pergunta 3)) espelha que oito dos hotéis inquiridos encontram-se inseridos em cadeias hoteleiras, e apenas sete não se encontram. Assim, à pergunta “a unidade hoteleira está integrada numa cadeia/grupo hoteleiro” a resposta sim corresponde a aproximadamente 53% e a resposta não corresponde a aproximadamente 47%. Com os dados extraídos não se verifica uma discrepância acentuada entre a resposta sim e a resposta não.

#### Pergunta 3.1.: Se respondeu sim, diga qual.

O Gráfico 3 - Se respondeu sim, diga qual? (Pergunta 3.1) expõe as respostas obtidas à pergunta que associa as unidades hoteleiras aos seus respetivos grupos hoteleiros. A maioria dos hotéis como podemos concluir na pergunta anterior, pertence a um grupo hoteleiro. Assim, as respostas obtidas são: *Minor Hotels Group* (2), *Dom Pedro Hotels* (2), *Vila Galé Hotéis* (1), *Baratahotels* (1), *JJW Hotel e Resorts* (1), *Crowne Plaza Hotels & Resorts* (1) e *Pestana Hotel Group* (1).

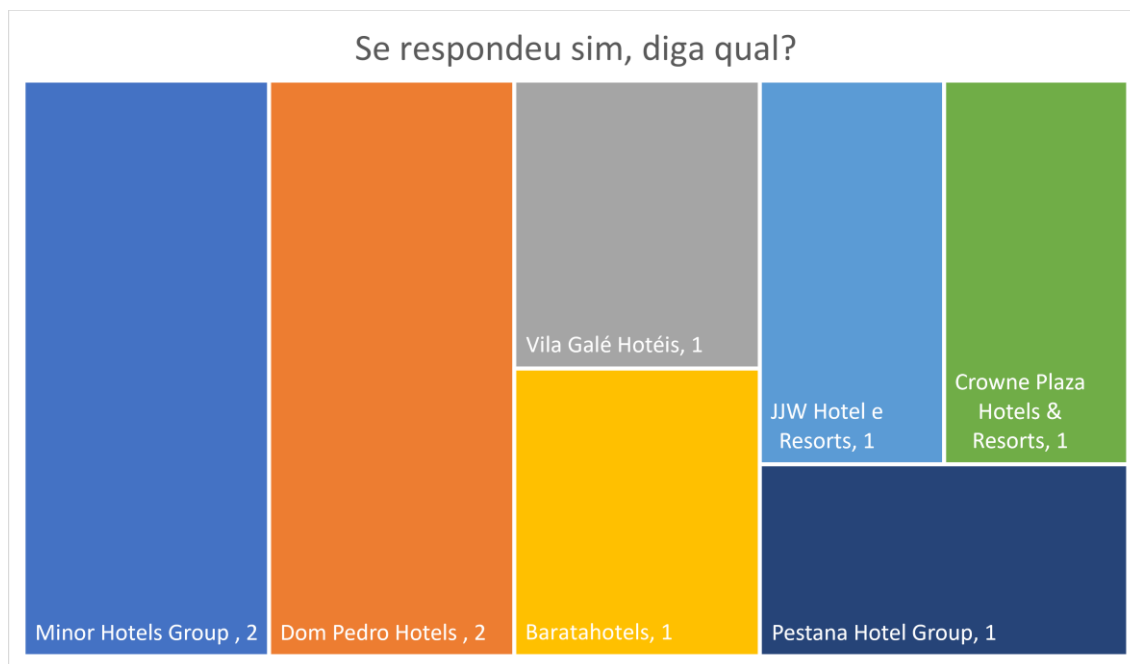


Gráfico 3 - Se respondeu sim, diga qual? (Pergunta 3.1)  
 Fonte de Dados: Elaboração própria

**Pergunta 4: Em que medida a sua unidade hoteleira aposta na sustentabilidade nas seguintes áreas de intervenção.**

No que respeita às áreas de intervenção, estas dividem-se em ambiental, económica e social, esta questão revelou-se pertinente para salientar qual a valorização adotada por cada unidade hoteleira.

De salientar que relativamente à área ambiental as respostas obtidas foram (Gráfico 4 - Em que medida a sua unidade hoteleira aposta na sustentabilidade nas seguintes áreas de intervenção? (Pergunta 4)): (1) Reduzido, (4) Médio e Muito elevado e (6) Elevado. No que concerne à área económica as respostas obtidas foram: (1) Muito reduzido, (3) Médio, (4) Muito elevado e (7) Elevado. Quanto à área social as respostas obtidas foram: (1) Reduzido, (4) Elevado e Muito elevado e (6) Médio.

De seguida é apresentado o Gráfico 4 - Em que medida a sua unidade hoteleira aposta na sustentabilidade nas seguintes áreas de intervenção? (Pergunta 4) que expõe os resultados à questão.

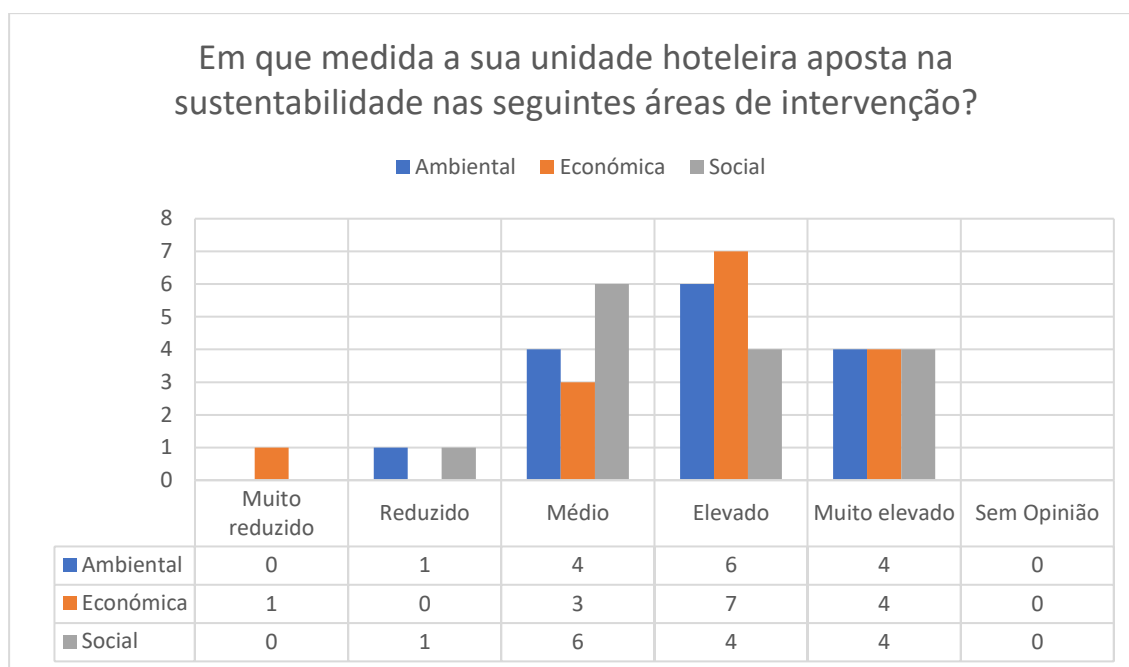


Gráfico 4 - Em que medida a sua unidade hoteleira aposta na sustentabilidade nas seguintes áreas de intervenção? (Pergunta 4)

Fonte de Dados: Elaboração própria

As unidades hoteleiras perspetivam as áreas de intervenção ambiental e económica com elevada preocupação na aposta da sustentabilidade. Por outro lado, a área de intervenção social foi considerada pela maioria das unidades hoteleiras de média aposta na sustentabilidade, este resultado demonstra que existe maior preferência nas áreas ambiental e económica em detrimento da área social.

**Pergunta 5: Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis?**

Nesta questão os hotéis podiam referir mais do que um departamento por ser uma pergunta de resposta aberta. De seguida é apresentada a Tabela 37 - Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis? (Pergunta 5) que explica os resultados obtidos na questão.

Departamentos do hotel	Nº respostas	%
F&B	10	28,57%
Limpeza/Lavandaria/Andares/Housekeeping	9	25,71%
Recepção / Front Office	4	11,43%

Economato	2	5,71%
Manutenção	2	5,71%
Direção	2	5,71%
Departamento Financeiro	1	2,86%
Recursos Humanos	1	2,86%
Golfe	1	2,86%
Alojamento	1	2,86%
Áreas técnicas	1	2,86%
Reciclagem, Economia na eletricidade	1	2,86%

*Tabela 37 - Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis? (Pergunta 5)*

*Fonte de Dados: Elaboração própria*

Os departamentos mais avançados a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis foram (Tabela 38 - Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis? (Pergunta 5)) (10) F&B, (9) Limpeza / Lavandaria / Andares / Housekeeping e (4) Receção / Front Office.

Num patamar intermédio com 2 respostas cada encontram-se os departamentos Economato, Manutenção e Direção.

E, com apenas 1 resposta temos o Departamento Financeiro, Recursos Humanos, Golfe, Alojamento, Áreas técnicas e Reciclagem, Economia na eletricidade.

Uma das possíveis razões da aposta na implementação de boas práticas sustentáveis reside no facto dos departamentos de F&B e de Limpeza serem aqueles que mais gastos económicos têm (energia e água), o que pode explicar a preocupação de adotar medidas para combater estes custos.

Assim, uma vez que a maximização do lucro é o principal objetivo das empresas, a aplicação de práticas sustentáveis deverá ser vista com bons olhos. Segue-se o gráfico que apresenta visualmente os resultados à questão.

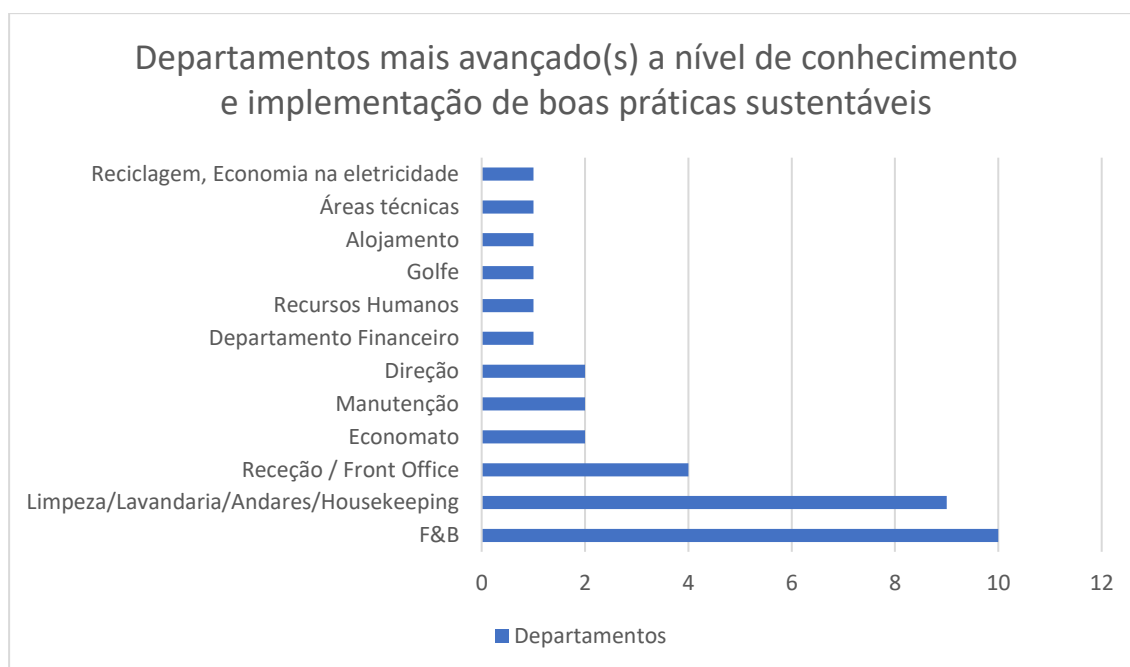


Tabela 38 - Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis? (Pergunta 5)

Fonte de Dados: Elaboração própria

**Pergunta 6: O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade.**

No que se refere à certificação no domínio da sustentabilidade, a maioria dos hotéis responderam que têm (7) nomeadamente: *Green Key*; *Sustainability Engaged*; *Ecolabel*; e *Breem*, (5) responderam que não têm e (3) hotéis responderam sem opinião. De seguida é apresentada a Tabela 39 - O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade. (Pergunta 6) que demonstra os resultados obtidos na questão.

Não		5
Sem opinião		3
Sim (7)	<i>Green Key</i>	3
	<i>Sustainability Engaged</i>	2
	<i>Ecolabel</i>	1
	<i>Breem</i>	1

Tabela 39 - O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade. (Pergunta 6)

Fonte de Dados: Elaboração própria

A partir das respostas obtidas, pode-se extrapolar que existe associação entre o número de respostas das opções não e sem opinião com o facto de a percentagem mais elevada de hotéis a responder ao inquérito ser de 3 estrelas. Segue-se o Gráfico 5 - O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade. (Pergunta 6) que mostra visualmente os resultados à questão.

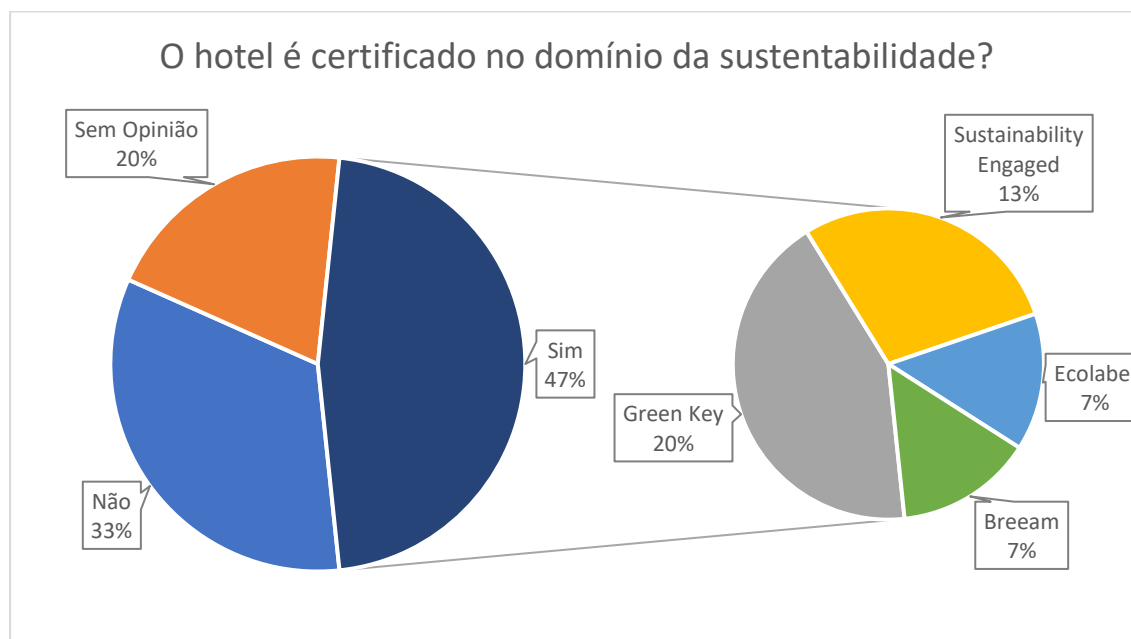


Gráfico 5 - O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade. (Pergunta 6)  
 Fonte de Dados: Elaboração própria

**Pergunta 7: Em que medida o investimento e financiamento (interno e externo) tem estado associado à aposta em práticas sustentáveis?**

Foram apresentadas 5 opções de resposta (Muito pouco sustentável, Pouco sustentável, Neutro, Sustentável e Muito sustentável), e apenas se obteve respostas para 3 opções (Muito pouco sustentável, Neutro e Sustentável).

Para a opção Sustentável foram obtidas 9 respostas, para a opção Neutro foram obtidas 4 respostas e para a opção Muito pouco sustentável foram obtidas 2 respostas.

A pergunta em análise foca-se na interação entre investimento ou financiamento e a aposta em práticas sustentáveis (Gráfico 6 - Em que medida o investimento e financiamento (interno e externo) tem estado associado à aposta em práticas sustentáveis? (Pergunta 7)). Uma vez que a maioria dos inquiridos (60%) respondeu sustentável o investimento e financiamento (interno e externo) associado a práticas sustentáveis, podemos relacionar que os hotéis têm em consideração o *Tourism and the Sustainable*

*Development Goals – Journey to 2030* onde é mencionado incluir mecanismos de financiamento inovadores nos esforços de mobilização de recursos para o turismo sustentável.

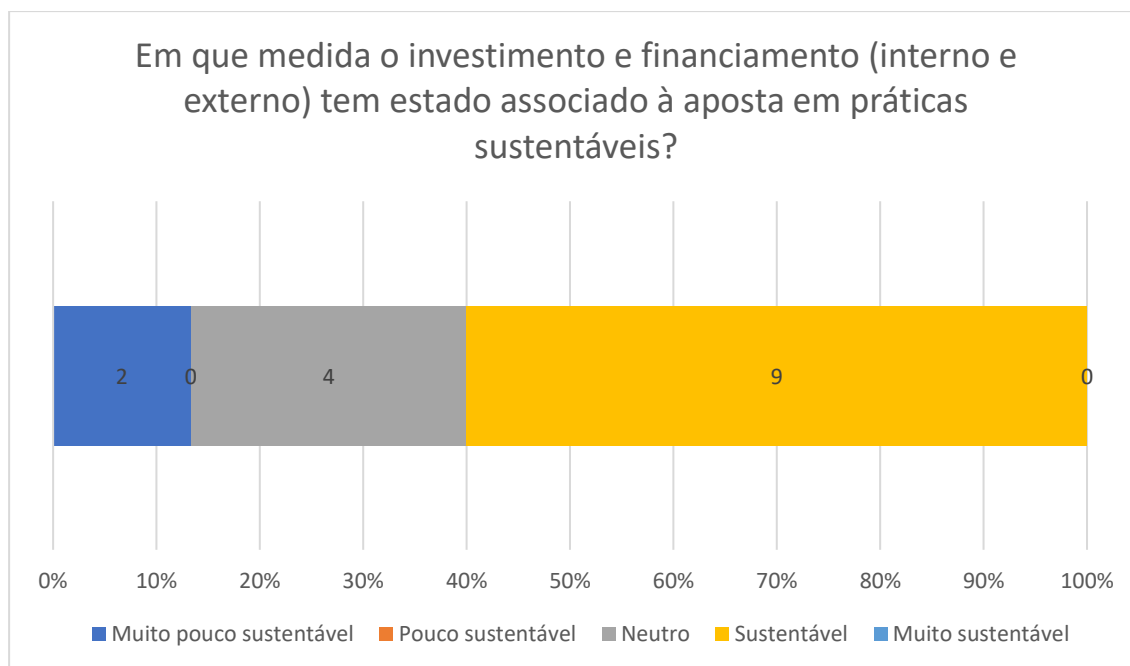


Gráfico 6 - Em que medida o investimento e financiamento (interno e externo) tem estado associado à aposta em práticas sustentáveis? (Pergunta 7)  
 Fonte de Dados: Elaboração própria

**Pergunta 7.1.: Deverá também referir as áreas mais importantes de intervenção neste domínio (até três).**

Esta pergunta prende-se com a análise à incidência dos investimentos e financiamentos (internos e externos) em práticas sustentáveis.

Nesta questão as unidades hoteleiras podiam referir mais do que uma área de intervenção neste domínio por ser uma pergunta de resposta aberta. Segue-se a Tabela 40 - Deverá também referir as áreas mais importantes de intervenção neste domínio (até três). (Pergunta 7.1) com a contagem dos resultados.

Respostas Obtidas	Contagem	
Consumo Energético, Energia, Energias Renováveis, Painéis Solares, Consumo Energético, Painéis solares (produzimos 27% da energia consumida), Monitorização diária dos consumos	7	
Cozinha, Restaurante, F&B, Cozinha, Restaurante / Bar	5	7
Gestão do desperdício alimentar, Aproveitamento comidas	2	

Receção	3
Racionalização da água, Sustentabilidade de água, Economizadores de Água	3
Responsabilidade social corporativa, Programa de doação 1€ por cada reserva	2
Plástico, Colocação de Ecopontos	2
Housekeeping, Andares	2
Piscina, Jardim	2
Sem opinião	2
Alojamento	1
Contabilidade	1
Áreas técnicas	1
Direção	1

*Tabela 40 - Deverá também referir as áreas mais importantes de intervenção neste domínio (até três). (Pergunta 7.1)  
Fonte de Dados: Elaboração própria*

Os financiamentos e investimentos são canalizados para fatores energéticos e para o F&B com 7 respostas em cada. Do ponto de vista dos fatores energéticos, o PNI propõe ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, este prima por criar riqueza e bem-estar social a partir de projetos que promovam, entre outros aspetos, a transição energética.

Para que exista transição energética o PNI atenta nos seguintes aspetos: Gases renováveis; Reforço da produção de energia renovável; Eficiência Energética; e Redes de energia.

No que se refere aos investimentos na área do F&B, existem materiais e equipamentos que têm uma reduzida vida útil (quebras de loiça) e por este motivo o departamento está associado a constantes custos relacionados com a própria atividade.

### **Pergunta 8: Em que grau considera o hotel sustentável?**

Foi solicitado aos inquiridos que respondessem à questão com base numa escala de 1 a 5, em que (1) significa Muito pouco sustentável, (2) Pouco sustentável, (3) Neutro, (4) Sustentável e (5) Muito sustentável. O Gráfico 7 - Em que grau considera o hotel sustentável? (Pergunta 8) apresenta os resultados obtidos.

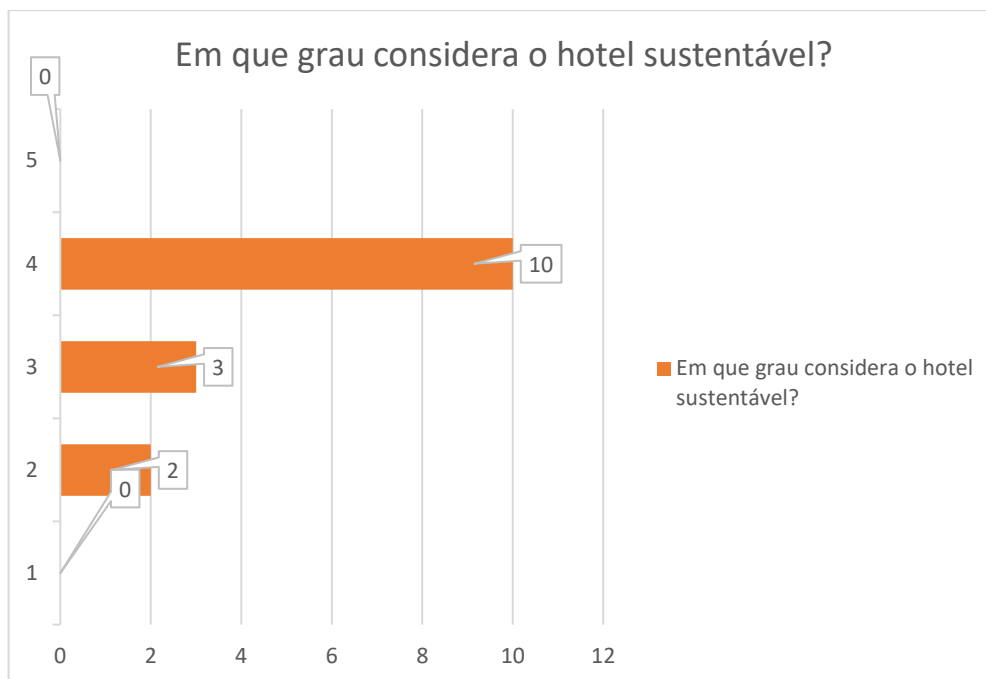


Gráfico 7 - Em que grau considera o hotel sustentável? (Pergunta 8)  
 Fonte de Dados: Elaboração própria

Não foram obtidas respostas relativamente aos níveis (1) Muito pouco sustentável e (5) Muito sustentável. A maioria dos inquiridos (10) considera o seu hotel sustentável, 3 unidades hoteleiras entendem que o hotel é neutro em termos de sustentabilidade e apenas 2 assumem que o seu hotel é pouco sustentável. Esta pergunta exigiu dos inquiridos uma autoavaliação quanto ao seu nível de sustentabilidade.

**Pergunta 9: Em que medida a sua unidade hoteleira se preocupa em avançar na sustentabilidade com práticas nos seguintes domínios:**

Para a construção da pergunta em análise, considerou-se o *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030* na medida em que, se relacionam os ODS com ações de RSE, por área e tipo de impacto (Anexo 6). A Tabela 41 - Em que medida a sua unidade hoteleira se preocupa em avançar na sustentabilidade com práticas nos seguintes domínios (Pergunta 9) expõe os resultados à questão por práticas sustentáveis.

Práticas sustentáveis	Nunca	Raramente	Eventualmente	Frequentemente	Muito frequentemente	Sem opinião
Certificação e normas	0	0	2	8	5	0
Eco-design	0	2	5	6	1	1

Água – medidas de poupança	0	0	1	8	6	0
Água – novos equipamentos e tecnologias	0	1	3	6	5	0
Energia – medidas de poupança	0	0	3	4	7	1
Energia – novos equipamentos e tecnologias	0	0	4	7	3	1
Energias renováveis	1	2	1	4	4	3
Reciclagem e desperdício - 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar)	0	1	0	7	6	1
Reciclagem e desperdício – Material/equipamento especial	0	0	3	5	5	2
Reciclagem e tratamento do desperdício	0	0	3	5	5	2
Oferta de formação profissional	1	0	3	7	4	0

dos colaboradores						
Hipóteses de desenvolvimento profissional	0	0	4	8	3	0
Gestão da diversidade	0	0	4	5	4	2
Serviços de prevenção de Saúde e Segurança no Trabalho	0	0	1	7	7	0
Clima organizacional - sistema de incentivos	0	0	1	8	5	1
Clima organizacional - satisfação dos colaboradores	0	1	1	8	5	0
Investimento responsável	0	0	4	5	4	2
Direitos humanos - doações	1	0	2	5	4	3
Direitos humanos - campanhas de sensibilização	1	0	2	7	2	3
Compras verdes e responsáveis	0	0	6	5	3	1

Tabela 41 - Em que medida a sua unidade hoteleira se preocupa em avançar na sustentabilidade com práticas nos seguintes domínios (Pergunta 9)

Fonte de Dados: Elaboração própria

A tabela aparece com preenchimento laranja nas células onde foram apresentadas um maior número de respostas.

Analisados os resultados, conclui-se que entre as 20 práticas sustentáveis apresentadas apenas a Energia – medidas de poupança e as Compras verdes e responsáveis não obtiveram uma maior constância nos resultados no nível frequentemente. Assim, no caso da Energia – medidas de poupança a maior incidência recaiu na resposta muito frequentemente, enquanto, para as Compras verdes e responsáveis a maior ocorrência foi no nível eventualmente.

**Pergunta 10: Indique com um X, se a unidade hoteleira já implementa ou pretende implementar no futuro medidas concretas para práticas sustentáveis nos seguintes itens.**

Para a construção da pergunta em estudo, considerou-se o Guia de Boas Práticas para uma Economia Circular no Alojamento Turístico (AHRESP & Turismo de Portugal, 2021). A Tabela 42 - Indique com um X, se a unidade hoteleira já implementa ou pretende implementar no futuro medidas concretas para práticas sustentáveis nos seguintes itens. (Pergunta 10) expõe os resultados à questão por práticas sustentáveis.

Práticas sustentáveis	Sim	Não	Se não no futuro pretende implementar de 1 a 5 anos	Se não no futuro pretende implementar de 6 a 10 anos	Não se enquadra
Menus sazonais adaptados às estações do ano	5	3	2	2	3
Aquisição a produtores locais ou regionais	8	2	1	3	1
Controlo do desperdício alimentar (promoção de doses individuais, reaproveitamento da comida dos buffets, ...)	7	2	2	2	2
Aquisição de alimentos e bebidas com certificação	9	1	1	3	1
Cultivo próprio de alimentos (hortas verticais/horizontais)	3	4	1	1	6

Existência de sistema de gestão de stocks, gestão de consumo interno e controlo de quebras	10	3	0	2	0
Utilização de fontes renováveis de energia	5	7	1	2	0
Economia de energia (tempo de utilização, sensores de movimento, lâmpadas LED, etc.)	10	2	1	2	0
Monitorização e limpeza de equipamentos de refrigeração, radiadores, frigoríficos, congelador, etc.	11	1	0	3	0
Monitorização e limpeza de equipamentos de sistemas de climatização, filtros de ar, etc.	11	1	0	3	0
Existem contadores específicos para os diferentes departamentos	8	2	0	3	2
Descongelamento prévio de alimentos	6	1	1	1	6
Aproveitamento da água da chuva para a lavagem de pavimentos	2	7	2	2	2
Existência de sensores e/ou pedais nas torneiras	5	3	2	4	1
Estimular os clientes para a reutilização de toalhas e lençóis	9	1	2	2	1
Ações de formação para a sensibilização de boas	8	2	2	3	0

práticas de poupança de água, energia e reciclagem				
--	--	--	--	--

Tabela 42 - Indique com um X, se a unidade hoteleira já implementa ou pretende implementar no futuro medidas concretas para práticas sustentáveis nos seguintes itens. (Pergunta 10)

Fonte de Dados: Elaboração própria

À semelhança da questão anterior, a tabela aparece com preenchimento laranja nas células onde foram apresentadas um maior número de respostas.

A maioria das respostas obtidas, de um total de 16 práticas sustentáveis, incidiu na resposta Sim. Apenas foi obtida a resposta Não na prática de utilização de fontes renováveis de energia e no aproveitamento da água da chuva para a lavagem de pavimentos.

Relativamente à prática de cultivo próprio de alimentos (hortas verticais/horizontais) a maioria dos inquiridos considerou que Não se enquadra. Na prática descongelamento prévio de alimentos além de Não se enquadra os inquiridos responderam na mesma medida o Sim.

#### **Perguntas 11,12, 13 e 14:**

Com base nas respostas dos inquiridos, ou seja, dos gestores hoteleiros dos hotéis em estudo o objetivo das perguntas 11, 12, 13 e 14 era a construção de uma análise *SWOT*. Para que fosse possível através da Pergunta 11 foram questionados os Pontos fortes / Forças, na Pergunta 12 foram interrogados relativamente aos seus Pontos fracos / Fraquezas, na Pergunta 13 foram inquiridos acerca das Oportunidades e na Pergunta 14 foram auscultados quanto às Ameaças.

A amostra é representativa dado que nos 15 inquéritos preenchidos, todos eles apresentaram indicadores para a construção da *SWOT*. A sigla *SWOT* representa *Strenghts* (pontos fortes / forças), *Weaknesses* (Pontos Fracos / Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Estas quatro áreas da matriz *SWOT* consistem numa análise técnica de planeamento estratégico.

Aquando da reflexão e estruturação do questionário, tive por base o *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey To 2030, Highlights*, o *Global Sustainable Tourism Council (GSTC) Industry Criteria & Indicators for Hotels* e o Guia de Boas Práticas para uma Economia Circular no Alojamento Turístico do Turismo de Portugal.

Considerando o UNWTO - 2017 relativamente ao *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey To 2030, Highlights*, o *Business Operations* bem como no Turismo de Portugal entre outros documentos verifica-se que frequentemente a questão

energética é referenciada quer em termos de novos equipamentos como em termos de novas tecnologias e energias renováveis.

De facto, este aspeto está considerado na *SWOT* obtida, uma vez que foi contemplado com muita recorrência, visto que nos pontos fortes aparecem painéis solares: autoconsumo, aquecimento da água, fotovoltaicos, mobilidade elétrica e energias renováveis.

Também simultaneamente no que respeita à água como medidas básicas ou novos equipamentos tecnológicos surgem questões relacionadas com redutores de caudal nos chuveiros e torneiras, reaproveitamento e consumo eficiente.

Se considerarmos os pontos fracos e fraquezas verifica-se que nas respostas dos inquiridos existe uma grande incidência relativamente a questões internas ao hotel, nomeadamente em aspetos de oferta de formação profissional e clima organizacional.

Relativamente às oportunidades encontradas pelos diretores hoteleiros considera-se que o clima e a localização são fundamentalmente os mais relevantes. Por outro lado, as principais ameaças são provenientes da necessidade de requerer financiamentos, à elevada instabilidade económico-financeira mundial e nacional sentida atualmente e aos custos de implementação associados a práticas sustentáveis.

De seguida é apresentada a Tabela 43 - Análise *SWOT* (Perguntas 11, 12, 13 e 14) que, ao juntar as quatro perguntas representa a Análise *SWOT* onde são referidos os resultados obtidos a partir das questões.

Pontos fortes / Forças (Pergunta 11)	Pontos fracos / Fraquezas (Pergunta 12)
1. Medidas de poupança de água (redutores de caudal nos chuveiros e torneiras, reaproveitamento, consumo eficiente)	1. Oferta de formação profissional (falta literacia sobre sustentabilidade, mão-de-obra com fraca sensibilidade para práticas sustentáveis, poucas ações de formação)
2. Medidas de poupança de energia (iluminação led)	2. Clima organizacional (baixo salário, turnover elevado, falta de pessoal, hipótese de desenvolvimento profissional reduzida)
3. Energias renováveis (painéis solares: autoconsumo, aquecimento da água, fotovoltaicos; mobilidade elétrica)	3. Investimentos (Pouca capacidade, Custos elevados para a implementação de práticas sustentáveis, dificuldade a longo prazo)
4. Clima organizacional (hotel familiar, pouca hierarquia, fácil adaptação às situações, <i>staff</i> , imagem da marca, conforto)	4. Reciclagem e desperdício (Separação lixo nos quartos, recolha diferenciada de resíduos das áreas públicas)
5. Reciclagem e desperdício (redução de amenities (recarregáveis), Doseadores automáticos de químicos)	

6. Investimento responsável (Construção de elementos, Utilização Produtos Locais) 7. Doações (1€ por cada reserva) 8. Campanhas de sensibilização (Departamento dedicado à sustentabilidade)	5. Água (Consumo extremo, pouca reutilização de recursos hídricos) 6. Energia (falta de sensores de movimento, fraca capacidade térmica) 7. Gás (Consumo extremo) 8. Localização
<b>Oportunidades (Pergunta 13)</b>	<b>Ameaças (Pergunta 14)</b>
1. Localização 2. Clima 3. Campanhas de sensibilização (crescente preocupação do cliente para práticas sustentáveis, ecoturistas) 4. Redução de custos operacionais 5. Investimento responsável (desenvolvimento tecnológico, consumir de produtores locais, mais frota para recolha de lixo) 6. Procura/oferta de hotéis sustentáveis 7. Oferta de formação profissional 8. Mudar tipo de consumo energia 9. Mudar serviços 10. Rede de dessalinização 11. Economia (crescimento económico, Economia local dinâmica, facilidade de emprego local) 12. Certificação e normas	1. Instabilidade económico-financeira mundial e nacional 2. Falta de financiamento 3. Custos de implementação 4. Saneamento básico 5. Poluição 6. Clima 7. Alterações climáticas 8. Concorrência 9. Barreiras culturais 10. Clima organizacional (Turnover elevado, falta de reconhecimento) 11. Covid 12. Guerra 13. Dimensão (nº quartos) 14. Legislação

Tabela 43 - Análise SWOT (Perguntas 11, 12, 13 e 14)

Fonte de Dados: Elaboração própria

Uma vez identificados os fatores essenciais da análise *SWOT*, torna-se possível estruturar as linhas orientadoras para o concelho de Loulé. O município tem um papel fundamental no incentivo constante à aplicação de práticas sustentáveis como verificámos nos documentos, Loulé: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, Plano Municipal de Ação Climática de Loulé e nos indicadores, projetos e boas práticas implementados tendo por base os ODS.

Esta elevada responsabilidade associada ao desígnio de “transformar” o município sustentável, imputa um comprometimento acrescido aos hotéis do concelho de Loulé, e, por conseguinte, aos respetivos diretores hoteleiros.

Esta análise surge como aliada para a implementação e execução do plano estratégico para o concelho. Podendo servir como auxílio e base na tomada de decisões.

De facto, aqui verificámos que no que toca aos *Business Operations* provenientes do *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey To 2030* estão identificados ao longo da análise *SWOT*, nomeadamente:

Certificação e normas → Oportunidades nº12 e Ameaças nº14;

Água – medidas de poupança → Pontos fortes nº1 e Pontos fracos nº5;

Água – novos equipamentos e tecnologias → Oportunidades nº10;

Energia – medidas de poupança → Pontos fortes nº2 e 7;

Energia – novos equipamentos e tecnologias → Pontos fracos nº6;

Energias renováveis → Pontos fortes nº3, Oportunidades nº8 e Ameaças nº5 e 7;

Reciclagem e desperdício – 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) → Pontos fracos nº4;

Reciclagem e desperdício – Material/equipamento especial → Pontos fortes nº5;

Oferta de formação profissional dos colaboradores e Hipóteses de desenvolvimento profissional → Pontos fracos nº1, Oportunidades nº7 e Ameaças nº10;

Clima organizacional – sistema de incentivos → Pontos fracos nº2;

Clima organizacional – satisfação dos colaboradores → Pontos fortes nº4;

Investimento responsável → Pontos fortes nº6, Pontos fracos nº3, Oportunidades nº5 e 11 e Ameaças nº1, 2 e 3;

Direitos humanos – doações → Pontos fortes nº7;

Direitos humanos – campanhas de sensibilização → Pontos fortes nº8 e Oportunidades nº3.

Fatores como barreiras culturais e a falta de literacia relacionada com o tema enquadram-se no ponto de educação no *Host Community Support*.

## **Capítulo 6: Conclusão**

### **6.1. Reflexões Finais**

Atualmente a preocupação com a sustentabilidade está na ordem do dia, e a hotelaria e o turismo não são exceção.

A economia nacional depende tanto da hotelaria como do turismo, dado o crescimento constante dos setores e a sua vocação estratégica na economia nacional. Por esse motivo estes têm um papel crucial a desempenhar no âmbito da sustentabilidade.

Para analisar, planear e monitorizar a atividade turística é necessário compreender o turismo, o que significa compreender o seu funcionamento. Para que tal fosse possível, foram analisados os principais documentos internacionais e nacionais.

O sucesso da implementação de políticas relacionadas com o turismo pode ser gerador de insucesso pois pode condicionar a qualidade de vida das populações se não aplicado de forma sustentável e ponderada.

As políticas requerem valores como a participação das comunidades envolventes, o que pode afetar positiva ou negativamente o comportamento dos visitantes.

Distinguir crescimento de desenvolvimento auxilia a compreensão do conceito de sustentabilidade. Assim, se se pretende um desenvolvimento sustentável será necessário existir um equilíbrio entre o pilar ambiental (proteção do ambiente), o pilar social (coesão social) e o pilar económico (desenvolvimento económico).

Realçando o que já foi objeto de análise anteriormente, este estudo permitiu tirar ilações relativamente ao grau de sustentabilidade dos hotéis em observação, se estes implementam práticas e medidas de sustentabilidade, e em que nível está o município de Loulé na sustentabilidade hoteleira.

Existe uma preocupação na aplicação de práticas e medidas de sustentabilidade associadas às reduções nos custos financeiros. No entanto, a sustentabilidade ainda não é vista como uma prioridade para todas as unidades hoteleiras, principalmente na área de intervenção social.

Fatores como a falta de literacia sobre sustentabilidade, não separação dos lixos, custos elevados para a implementação de práticas sustentáveis e requerer um investimento inicial elevado e dificuldade na sua manutenção a longo prazo, foram identificados como as principais razões para a não aposta na sustentabilidade.

Urge a necessidade de realçar que a sustentabilidade requer conformidade entre as suas três áreas de intervenção. O turismo representa um dos setores que mais emprego gera, é por isso necessário tornar a sustentabilidade um fator importante e necessário para a continuidade do setor.

Perante este triplo desafio (áreas de intervenção) eleva-se a necessidade de o crescimento económico se traduzir no progresso ou desenvolvimento sustentável. O sentido de pertença da atual geração ao modo de vida praticado hoje em dia não pode impedir gerações futuras de terem os mesmos direitos.

Aquando da tomada de decisões, o decisor político ou, no nosso caso, o diretor hoteleiro terá de ter em consideração que habitamos num planeta com recursos finitos. E que essa finitude deverá guiá-lo em direção à aplicação de práticas sustentáveis de modo a que se transite para um turismo e hotelaria plenamente sustentáveis.

Do inquérito implementado à hotelaria de 3, 4 e 5 estrelas no município de Loulé obteve-se 60% de respostas da amostra total. A categoria de 3 estrelas é a com maior expressividade no mercado.

Considerando os resultados obtidos a partir do inquérito implementado, é possível apresentar algumas recomendações para que haja aplicação das práticas de sustentabilidade dos hotéis. A preocupação compreendida das respostas está fundamentalmente associada à execução de práticas sustentáveis com o objetivo essencial de redução de custos.

O investimento e financiamento é apontado como um dos principais entraves à progressão e desenvolvimento sustentável no setor do turismo e da hotelaria.

## **6.2. Investigação futura**

Ao longo desta dissertação, identifiquei hipóteses de pesquisa que podem reforçar o desenvolvimento científico local, regional e nacional em termos de sustentabilidade hoteleira. Neste sentido, proponho como investigações futuras:

- Replicar o mesmo trabalho noutros municípios;
- Comparar a sustentabilidade hoteleira entre municípios;
- Estudar a sustentabilidade hoteleira a nível regional;
- Compreender sustentabilidade hoteleira a nível nacional;
- Estender a investigação a outros tipos de oferta turística, além dos hotéis de 3, 4 e 5 estrelas.

### **6.3. Limitações**

A presente dissertação comporta algumas limitações inerentes aos constrangimentos sentidos no decorrer da sua realização. A crença em que o investigador se rege ao longo da pesquisa de que o percurso será cumprido com sucesso vem relativizar algumas das limitações e pressões experienciadas.

À semelhança de tantos outros estudos, esta investigação também passou por períodos mais complexos devido a obstáculos da vida que acabam por destabilizar o principal foco, a boa realização desta dissertação.

A segunda dificuldade está associada a um recurso escasso, o fator tempo. Admito que, apesar de me encontrar a trabalhar durante os dois anos do mestrado, senti que este segundo ano foi consideravelmente mais complicado, uma vez que, requer disciplina e força de vontade, o que por vezes se torna difícil após um dia de trabalho.

Outra limitação sentida prendeu-se com a falta de conhecimento sobre o tema da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, para combater esta lacuna, procurei desenvolver competências através da realização de microcredenciais “Turismo Sustentável” e “Circularizar a Economia e o Turismo” da Universidade Aberta.

A última limitação encontrada compreendeu o processo de recolha de respostas através de um inquérito por questionário. Os diretores hoteleiros mostraram pouca receptividade no preenchimento do inquérito, tendo sido necessário realizar inúmeros contactos quer presenciais, quer telefónicos, quer por email para que procedessem à sua resposta.

## Referências bibliográficas

- Abranja, N., Almeida, A. & Almeida, M. (2020). *Gestão Hoteleira: O produto, o serviço e as técnicas*, 1ª edição. Lisboa, Lidel – Edições Técnicas, Lda., 23.
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2008). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015, Parte I – Estratégia Portugal*, Presidência do Conselho de Ministros. Dezembro de 2006, 25.
- AHRESP & Turismo de Portugal. (2021). *Guia de Boas Práticas para uma Economia Circular no Alojamento Turístico*.
- Aksoy, L., Choi, S., Dogru, T., Keiningham, T, Lorenz, M., Rubin, D. & Tracey, J. (2022). Global trends in hospitality. *Journal of Business Research*, 142, 957–973. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.12.068> .
- AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve. (n.d.). *Missão e Objetivos*. Disponível em: <https://amal.pt/amal/missao-e-objetivos> .
- AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve. (2019). *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve*.
- Aragon-Correa, J., Martin-Tapia, I. & Torre-Ruiz, J. (2014). Sustainability issues and hospitality and tourism firms’ strategies: Analytical review and future directions. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 27(3), 498-522. Doi: <https://doi.org/10.1108/IJCHM-11-2014-0564> .
- Arushanyan, Y., Ekener, E., Moberg, A. (2017) Sustainability assessment framework for scenarios—SAFS. *Environ Impact Assess Rev* 63:23–34. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2016.11.001> .
- Associação da Hotelaria de Portugal. (2023). *Hotelaria sustentável: tendências do setor e dicas ecológicas*. Disponível em: <https://www.hoteis-portugal.pt/news/2064/23> .
- Bailoa, S. & Cravo, P. (2021). O efeito da pandemia na estratégia nacional para o turismo em Portugal: O desafio da sustentabilidade. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 40, 31-47. Doi: <https://doi.org/10.18089/DAMeJ.2021.40.2> .
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo* Lisboa: Edições 70.
- Bastos, D. (2018). The right to subsistence in check: a look upon the poor laws and the amendment act of 1834. *História econômica & história de empresas*, 21 (1), 135-173.
- Batista, B., Rodrigues, D., Moreira, E. & Silva, F. (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados (Vol. 2)*.
- BCSD Portugal. (s.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://ods.pt/ods/> .
- BCSD Portugal. (2022a). Disponível em: <https://ods.pt/objectivos/8-trabalho-e-crescimento-economico/?portfolioCats=24> .
- BCSD Portugal. (2022b). Disponível em: <https://ods.pt/objectivos/12-producao-e-consumo-sustentaveis/?portfolioCats=24> .
- BCSD Portugal. (2022c). Disponível em: <https://ods.pt/objectivos/14-oceanos-mares-e-recursos-marinhos/?portfolioCats=24> .
- Bentsen, N., Fich, L. & Viola, S. (2022). Jevons Paradox: Sustainable Development Goals and Energy Rebound in Complex Economic Systems. *Energies*, 15 (16), 5821. Doi: <https://doi.org/10.3390/en15165821> .
- Boyer, R., Peterson, N., Arora, P. & Caldwell, K. (2016). Five approaches to social sustainability and an integrated way forward. *Sustainability*, 8, 1–18. Doi: <https://doi.org/10.3390/su8090878> .

- Buhalis, D. & Moldavska, J. (2021). Voice assistants in hospitality: using artificial intelligence for customer service. *Journal of Hospitality and Tourism Technology*, 13(3), 386-403. Doi: <https://doi.org/10.1108/JHTT-03-2021-0104> .
- Câmara Municipal de Loulé. (n.d.a) Freguesias. Disponível em: <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/12/freguesias.aspx> .
- Câmara Municipal de Loulé. (n.d.b) Política Local de Ação Climática - Loulé Adapta - Ação Climática. Disponível em: <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/991/politica-local-de-acao-climatica---loule-adapta---acao-climatica.aspx> .
- Câmara Municipal de Loulé. (2016). Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.
- Câmara Municipal de Loulé. (2021). Plano Municipal de Ação Climática de Loulé.
- Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (2018). Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, pp.3. Disponível em: <https://ened-portugal.pt/pt/introducao> .
- Carter, K. & Moir, S. (2012). Diagrammatic representations of sustainability— a review and synthesis. In: Smith SD (ed) Proceedings of the 28th annual ARCOM conference, 1479–1489.
- Castro, J., & Martínez, E. (2015). De la innovación a la ecoinnovación: gestión de servicios en cadenas hoteleras. *Revista Venezolana de gerência*, 20(70), 268–281.
- Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. (2018). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável, 17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo.
- Cesário, F.; Sabino, A.; Moreira, A.; Portugal, M.; Correia, A. (2022). Students' Motivation for a Sustainable Career in the Hospitality Industry in Portugal. *Sustainability* 2022, 14, 6522. Doi: <https://doi.org/10.3390/su14116522> .
- Cheng M. (2016). Sharing economy: A review and agenda for future research. *International Journal of Hospitality Management*, 57, 60–70. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijhm.2016.06.003> .
- Chose. (2001). Energy Savings by Combined Heat Cooling and Power Plants in the Hotel Sector Final Report (May). Commission of the European Communities, Directorate General for Energy, SAVE II Programme, 1-128.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2018). *Research Methods in Education* (8<sup>th</sup> ed.). Routledge.
- Collado-Ruano, J. (2019). Reflexões filosóficas sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem complexa, transdisciplinar e biomimética. *Foro de Educación*, 17(26), 135-152. Doi: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.575> .
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Alg). (2020). Algarve 2030.
- Comissão Europeia. (2002). Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: a Comissão quer resultados palpáveis e uma globalização que beneficie todos. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP\\_02\\_1133](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_02_1133)
- Comissão Europeia. (2016). The European Tourism Indicator System, ETIS toolkit for sustainable destination management.
- Comissão Europeia. (2019). Pacto Ecológico Europeu. Disponível em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt) .
- Comissão Nacional da UNESCO. (s.d.). Educação para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/um-planeta-um-oceano/educacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel> .

- Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & 2adapt. (2022). ODS Local – Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odslocal.pt/>.
- Cruz, A., Esquivel, M., Hincapié, J. & Martínez, E. (2021). Sustainable Innovation: Concepts and Challenges for Tourism Organizations. *Academica Turistica*, Year 14, 2. Doi: <https://doi.org/10.26493/2335-4194.14.175-187>
- Curi, R. & Pereira, S. (2012). Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental. *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 2 (4), 35-57.
- Dawe NK & Ryan KL (2003) The faulty three-legged-stool of sustainable development. *Conserv Biol* 17:1458–1460. Doi: <https://doi.org/10.1046/j.1523-1739.2003.02471.x>.
- Du, P. (2006). Sustainable development—historical roots of the concept. *Environ Sci*, 3, 83–96. Doi: <https://doi.org/10.1080/15693430600688831>.
- Dwyer, L., & Gill, A. (2019). Coastal and marine tourism: Addressing some wicked problems. *Acta Turistica*, 31 (2), 213-242. Doi: <https://doi.org/10.22598/at/2019.31.2.213>.
- Energy, L. (2008). Power Quality and Utilization Guide - Hotels, 1-21. Disponível em: <http://www.leonardo-energy.org/hotels>.
- Estender, A. & Pitta, T. (2008). O conceito do desenvolvimento sustentável. *Revista Terceiro Setor*, 2(1), 22–28.
- EUR-Lex. (s.d.). Desenvolvimento sustentável. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:sustainable\\_development](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:sustainable_development).
- European Environment Agency. (s.d). Charter of European Cities and Towns Towards Sustainability. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/help/glossary/eea-glossary/charter-of-european-cities-and>.
- EUSÉBIO, M. (2006). Avaliação do Impacte Económico do Turismo a Nível Regional: O Caso da Região Centro de Portugal, Universidade de Aveiro. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/1839>.
- Feil, A. (2020). Níveis de sustentabilidade: Revisão sistemática da literatura. *Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade*, ISSN: 2237-3667, 12(4), 2022. Universidade Federal de Campina Grande, PB, Brasil. Disponível em: [www.reunir.revistas.ufcg.edu.br](http://www.reunir.revistas.ufcg.edu.br).
- Ferreira, L. (2009). Impactos do turismo nos destinos turísticos. *Revista Científica do ISCET, Percursos & Ideias*, 1(2), 106-114
- Franz, N., Andreoli, C. & Silva, C. (2021). Gestão participativa, práticas de governança e o desenvolvimento sustentável em cidades turísticas de pequeno porte. *Revista de Geografia Norte Grande*, 47 (141), 95-115. Doi: <https://doi.org/10.7764/eure.47.141.05>
- Gibson, R. (2006). Beyond the pillars: sustainability assessment as a framework for effective integration of social, economic and ecological considerations in significant decision-making. *J Environ Assess Policy Manag*, 8, 259–280
- Girão, Í., Rabelo, D., Avelino, I., Cajuí, K. & Teixeira, N. (2017). O Desenvolvimento Sustentável no eixo da Interdisciplinaridade: uma breve reflexão crítica. *Revista ESPACIOS*. ISSN 0798 1015, 38(47), 15.
- Global Compact Network Portugal. (s.d.). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 Metas: para

- transformar o Mundo em nome dos Povos e do Planeta. Disponível em: <https://globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030> .
- Global Sustainable Tourism Council. (2016). Critérios GSTC para Hotéis, Indicadores de Desempenho Sugeridos, versão 3.
- Gossling, S. (2015). New performance indicators for water management in tourism. *Tourism Management* 46, 233-244.
- Governo de Portugal. (2021). Portugal 2030. Disponível em: <https://portugal2030.pt> .
- Haulle, E. (2019). Accumulation Tendency, Sustainable Tourism and Hospitality in Tanzania. *International and Multidisciplinary. Journal of Social Sciences*, 8(1), 79-100. Doi: <https://doi.org/10.17583/rimcis.2019.3314>
- Henriques, A. (2008). Estratégia Nacional De Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015, 1º Relatório Intercalar de Execução, fevereiro de 2008, 1.
- Hitchcock, D. & Willard, M. (2002). Sustainability: Enlarging Quality's Mission. *Quality Progress*, 35(2), 43-47.
- Hjalager, A. (2010). A review of innovation research in tourism. *Tourism Management*, 31(1), 1–12.
- Holmes, M., Dodds, R. & Frochot, I. (2021). At Home or Abroad, Does Our Behavior Change? Examining How Everyday Behavior Influences Sustainable Travel Behavior and Tourist Clusters. *Journal of Travel Research* 2021, Vol. 60(1) 102–116. Doi: <https://doi.org/10.1177/0047287519894070>
- Hotel Energy Solutions. (2011). Analysis on Energy Use by European Hotels: Online Survey and Desk Research. Hotel Energy Solutions Project Publications, 1-48.
- Huang, A., Chao, Y., Velasco, E., Bilgihan, A. & Wei, W. (2021). When artificial intelligence meets the hospitality and tourism industry: an assessment framework to inform theory and management. *Journal of Hospitality and Tourism Insights*, 5(5), 1080-1100. Doi: <https://doi.org/10.1108/JHTI-01-2021-0021>
- Impacta ODS – Desenvolvimento Sustentável. (2023). O que são os ODS. Disponível em: <https://impactaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>
- Instituto Nacional de Estatística & Turismo de Portugal. (2017). Medir Sustentabilidade no Turismo - Uma Proposta De Sistema De Indicadores. Workshop Estatísticas de Turismo.
- Instituto Nacional de Estatística. (2020). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores ODS para Portugal. Portugal 2020. Disponível em: [https://www.ine.pt/ine\\_novidades/Indicadores-ODS-para-Portugal/2/](https://www.ine.pt/ine_novidades/Indicadores-ODS-para-Portugal/2/) .
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal: 2015-2021. Disponível em: [www.ine.pt/xurl/pub/31592402](http://www.ine.pt/xurl/pub/31592402) .
- Koeller, P., Miranda, P., Lustosa, M. & Podcameni, M. (2020). EcoInovação: Revisitando o conceito, Texto para Discussão, 2556, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília
- Kumari, P. e Manoj, S. (2023). Green Banking Practices and Strategies for Sustainable. *Res Militaris*, 13(1).
- Lehtonen, M. (2004). The environmental-social interface of sustainable development: capabilities, social capital, institutions. *Ecol Econ*, 49, 199–214. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2004.03.019> .
- Lin, B., Zhu, D., Liu, C. e Kim, P. (2021). A systematic review of empirical studies of pro-environmental behavior in hospitality and tourism contexts. School of Hospitality and Tourism, Auckland University of Technology, Auckland, New Zealand. Doi: <https://doi.org/10.1108/IJCHM-12-2021-1478> .
- Loulé Adapta. (n.d.). Recursos. Disponível em: <http://www.louleadapta.pt/recursos> .

- Lozano, R. (2008). Envisioning sustainability three-dimensionally. *J Clean Prod*, 16, 1838–1846. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.02.008> .
- McKercher, B. (1993). Some fundamental truths about tourism: understanding tourism's social and environmental impacts. *Journal of Sustainable Tourism*, 1(1), 6-15.
- Ministério do Planeamento. (2021). Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro.
- Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território e Desenvolvimento Territorial e/ou Coesão Territorial. (2020). Territorial Agenda 2030. Disponível em: <https://territorialagenda.eu/pt-pt/#>
- Moldan, B., Janousková, S. & Hák, T. (2012). How to understand and measure environmental sustainability: indicators and targets. *Ecol Indic*, 17, 4–13. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2011.04.033> .
- Moneva, J., Bonilla-Priego, M. & Ortas, E. (2019). Corporate social responsibility and organisational performance in the tourism sector. *Journal of Sustainable Tourism*, 28:6, 853–872, Doi: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1707838> .
- Mota, I., Pinto, M., Sá, J., Soromenho-Marques, V. & Ribeiro, J. (2005). Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ENDS 2005-2015, 8.
- Moreira, A., Sá, P. & Costa, A. (2021). Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: métodos (Vol. 1). Doi: <https://doi.org/10.34624/hmtj-qg49> .
- Mori, K. & Christodoulou, A. (2012). Review of sustainability indices and indicators: towards a new city sustainability index (CSI). *Environ Impact Assess Rev*, 32, 94–106. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2011.06.001> .
- Nações Unidas. (s.d.). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – 17 Objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> .
- National Geographic Portugal (2022). James Watt e o caminho para a Revolução Industrial. Disponível em: [https://www.nationalgeographic.pt/historia/james-watt-e-o-caminho-para-a-revolucao-industrial\\_3002](https://www.nationalgeographic.pt/historia/james-watt-e-o-caminho-para-a-revolucao-industrial_3002) .
- Organização Internacional do Trabalho. (2000). Disponível em: [https://www.ilo.org/lisbon/temas/WCMS\\_650854/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/lisbon/temas/WCMS_650854/lang--pt/index.htm) .
- Organização Mundial do Turismo. (2005). Adaptado do conceito de Turismo Sustentável. Disponível em: <http://business.turismodeportugal.pt/pt/crescer/sustentabilidade/Paginas/default.aspx> .
- Pace, L. (2015). How do tourism firms innovate for sustainable energy consumption? A capabilities perspective on the adoption of energy efficiency in tourism accommodation establishments. *Journal of Cleaner Production*, 111, 409-420. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.01.095> .
- Parlamento Europeu. (2011). Conferência "Rio + 20". Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20110926STO27432/conferencia-rio-20> .
- Paula, B., Silva, F. & Faria, E. (2020). Políticas Públicas para o Turismo Sustentável: o caso de Armação dos Búzios – RJ. *Revista Turismo em Análise – RTA*. ISSN: 1984-4867, 316-338. Doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p316-338> .
- PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública. (2023). PlanAPP coordena a elaboração do Relatório Voluntário Nacional 2023. Disponível em: <https://planapp.gov.pt/planapp-rvn-2023-agenda-2030/> .

- Pope, J., Annandale, D. & Morrison-Saunders, A. (2004). Conceptualising sustainability assessment. *Environ Impact Assess Rev*, 24, 595–616. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2004.03.001> .
- Pordata. (2021). Conheça o seu Município. Disponível em: <https://www.pordata.pt/municipios> .
- Portal Diplomático. (2019). Agenda 2030. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/agenda-2030> .
- Portal do Estado do Ambiente. (2023). Economia e Ambiente - Impostos com relevância ambiental. Disponível em: <https://rea.apambiente.pt/content/impostos-com-relev%C3%A2ncia-ambiental> .
- Purvis, B., Mao, Y. & Robinson, D. (2018). Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability Science*14, 3, 681–695. Doi: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5> .
- Ribeiro, S. & Soromenho-Marques, V. (2021). The Techno-Optimists of Climate Change: Science Communication or Technowashing?. *Societies* 2022, 12 (2), 64. Doi: <https://doi.org/10.3390/soc12020064> .
- Ruggerio, C. (2020). Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of the Total Environment*. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.147481> .
- Santos, A. (1979). Política económica e política de emprego: o modelo dos anos 50-60. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. 15 (59), 611-653.
- Santos, L., Gomes, C., Malheiros, C. & Lucas A. (2021). Impact Factors on Portuguese Hotels' Liquidity. *Journal of Risk and Financial Management* 14 (144). Doi: <https://doi.org/10.3390/jrfm14040144> .
- Schoolman, E., Guest, J., Bush, K. & Bell, A. (2012). How interdisciplinary is sustainability research? Analyzing the structure of an emerging scientific field. *Sustain Sci*, 7, 67–80. Doi: <https://doi.org/10.1007/s11625-011-0139-z> .
- Severo, E. & Guimarães, J. (2022). The Influence of Product Innovation, Environmental Strategy and Circular Economy on Sustainable Development in Organizations in Northeastern Brazil. *Journal of Law and Sustainable Development*, 10(2), e0223. Doi: <https://doi.org/10.37497/sdgs.v10i2.223> .
- Sharma, R. (2023). Hospitality sustainable practices, a global perspective. *School of Hospitality and Tourism Management, Vedatya Institute. Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 15(3), 212-219. Doi: <https://doi.org/10.1108/WHATT-02-2023-0022> .
- Soares, J. (2009). Qualidade, ambiente e sustentabilidade: O exemplo do Hotel Jardim Atlântico na ilha da Madeira.
- Soromenho-Marques, V. (2003). A longa marcha de Estocolmo a Joanesburgo: as idades de política internacional de ambiente, *Fórum Ambiente*, edição especial, 85, 5-6.
- Sustainable Cities Plataform. (2016). The Aalborg Charter. Disponível em: <https://sustainablecities.eu/the-aalborg-charter/>.
- Tanguay, G., Rajaonson, J., Lefebvre, J. & Lanoie, P. (2010). Measuring the sustainability of cities: an analysis of the use of local indicators. *Ecol Indic*, 10, 407–418. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2009.07.013> .
- Tavares, F., Pacheco, L. & Borges, J. (2016). Fatores indiciadores do preço de um quarto de hotel: uma aplicação a uma amostra de hotéis portugueses. *Espacios*. 37 (26), 10.

- Turismo de Portugal. (n.d.). Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos. Disponível em: [https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa\\_ET.aspx?FiltroVisivel=True](https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_ET.aspx?FiltroVisivel=True).
- Turismo de Portugal. (2008). Estudos e Estatísticas – O turismo em 2007.
- Turismo de Portugal. (2017). Estratégia Turismo 2027.
- Turismo de Portugal. (2020). Plano Turismo +Sustentável 20-23.
- Turismo de Portugal (2022a). Indicadores. Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/sustentabilidade/sustentabilidade/>.
- Turismo de Portugal. (2022b). Plano Turismo +Sustentável 20-23 - 2º Encontro Grupo Acompanhamento para a Sustentabilidade.
- Turismo de Portugal (2022c). Relatório de Sustentabilidade 2021. Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-202021/>
- Turismo de Portugal. (2023a). Sustentabilidade no turismo. <https://business.turismodeportugal.pt/pt/crescer/sustentabilidade/Paginas/default.aspx>.
- Turismo de Portugal. (2023b). SIGTUR. Disponível em: <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>.
- UNEP & UNWTO (2005). Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers, 11-12.
- United Nations. (1972). Conferences - Environment and sustainable development <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>.
- United Nations. (1992). United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>.
- United Nations. (2000). Millennium Development Goals and Beyond 2015. Disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>.
- United Nations. (2015a). Agenda 2030. Disponível em: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>.
- United Nations. (2015b). Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivo-8-trabalho-digno-e-crescimento-economico/>.
- United Nations. (2015c). Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivo-12-producao-e-consumo-sustentaveis/>.
- United Nations. (2015d). Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivo-14-protetger-a-vida-marinha/>.
- United Nations. (2016). The Sustainable Development Agenda. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda-retired/>.
- UNWTO (2004). International Network of Sustainable Tourism Observatories (INSTO). Disponível em: <https://www.unwto.org/insto/>.
- UNWTO (2005). Sustainable Development. Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development/>.
- UNWTO. (2017). Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030, Highlights.
- UNWTO. (2018). Overtourism? Understanding and managing urban tourism growth beyond perceptions.
- UNWTO. (2019a). Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies.
- UNWTO. (2019b). Position Paper on Tourism Policy and Strategic Planning.
- UNWTO. (2022). Baseline Report on Climate Action in Tourism. Doi: <https://doi.org/10.18111/9789284423965>

- UNWTO. (2023)
- Valduga, V. (2012). Sujeito turístico e espaço turístico: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 17/18, 481-492.
- Vos R. (2007). Defining sustainability: a conceptual orientation. *J Chem Technol Biotechnol*, 82, 334–339. Doi: <https://doi.org/10.1002/jctb.1675> .
- Waas, T., Hoge, J., Verbruggen, A. & Wright, T. (2011). Sustainable development: a bird's eye view. *Sustainability*, 3, 1637–1661. Doi: <https://doi.org/10.3390/su3101637> .
- WCED. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.
- World Travel e Tourism Council. (2020). Travel & Tourism - Global Economic Impact & Trends.
- Yotel, (2023). Desenvolvimento future. Disponível em: <https://www.yotel.com/pt-pt/hotels/yotel-porto> .
- Zijp, M., Heijungs, R., Voet, E., Meent, D., Huijbregts, M., Hollander, A., & Posthuma, L. (2015). An Identification Key for Selecting Methods for Sustainability Assessments. *Sustainability*, 7(3), 2490–2512. Doi: <https://doi.org/10.3390/su7032490> .

## Apêndice(s)

### Apêndice A - Questionário aplicado no âmbito da Sustentabilidade Hoteleira no Município de Loulé

1. Qual a categoria da unidade hoteleira? \*

- 3 Estrelas  
 4 Estrelas  
 5 Estrelas

2. Qual o número de quartos do unidade hoteleira? \*

\_\_\_\_\_

3. A unidade hoteleira está integrada numa cadeia/grupo hoteleiro? \*

- Sim  
 Não

3.1. Se respondeu sim, diga qual.

\_\_\_\_\_

4. Em que medida a sua unidade hoteleira aposta na sustentabilidade nas seguintes áreas \*  
de intervenção

	Muito reduzido	Reduzido	Médio	Elevado	Muito elevado	Sem opinião
<b>Ambiental</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Económica</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Social</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Refira (até três) departamentos do hotel que se encontra(m) mais avançado(s) a nível \*  
de conhecimento e implementação de boas práticas sustentáveis?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. O hotel é certificado no domínio da sustentabilidade? Se sim, quais são os tipos de \*  
certificação que a unidade hoteleira tem que valorizem e atestem a sua sustentabilidade.

\_\_\_\_\_

7. Em que medida o investimento e financiamento (interno e externo) tem estado associado à aposta em práticas sustentáveis? \*

Avalie segundo uma escala de 1 a 5, em que 1 significa "Muito pouco sustentável" e 5 significa "Muito sustentável": 1) "Muito pouco sustentável"; 2) "Pouco sustentável"; 3) Neutro; 4) Sustentável e 5) "Muito sustentável".

1   2   3   4   5

---

Muito pouco sustentável                  Muito sustentável

7.1. Deverá também referir as áreas mais importantes de intervenção neste domínio (até 3).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Em que grau considera o hotel sustentável? \*

Avalie segundo uma escala de 1 a 5, em que 1 significa "Muito pouco sustentável" e 5 significa "Muito sustentável": 1) "Muito pouco sustentável"; 2) "Pouco sustentável"; 3) Neutro; 4) Sustentável e 5) "Muito sustentável".

1   2   3   4   5

---

Muito pouco sustentável                  Muito sustentável

9. Em que medida a sua unidade hoteleira se preocupa em avançar na sustentabilidade com práticas nos seguintes domínios: \*

	Nunca	Raramente	Eventualmente	Frequentemente	Muito frequentemente	Sem opinião
Certificação e normas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eco-design	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Água - medidas de poupança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Água - novos equipamentos e tecnologias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Energia - medidas de poupança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Energia - novos equipamentos e tecnologias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Energias renováveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reciclagem e desperdício - 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reciclagem e desperdício - material/equipamento especial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reciclagem e tratamento do desperdício	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Oferta de formação profissional dos colaboradores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hipóteses de desenvolvimento profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão da diversidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de prevenção de Saúde e Segurança no Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clima organizacional - sistema de incentivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clima organizacional - satisfação dos colaboradores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investimento responsável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direitos humanos - doações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direitos humanos - campanhas de sensibilização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compras verdes e responsáveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Indique com um X, se a unidade hoteleira já implementa ou pretende implementar no futuro medidas concretas para práticas sustentáveis nos seguintes itens. \*

	Sim	Não	Se não no futuro pretende implementar de 1 a 5 anos	Se não no futuro pretende implementar de 6 a 10 anos	Não se enquadra
Menus sazonais adaptados às estações do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquisição a produtores locais ou regionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Controlo do desperdício alimentar (promoção de doses individuais, reaproveitamento da comida dos buffets, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquisição de alimentos e bebidas com certificação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cultivo próprio de alimentos (hortas verticais/horizontais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de sistema de gestão de stocks, gestão de consumo interno e controlo de quebras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilização de fontes renováveis de energia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Economia de energia (tempo de utilização, sensores de movimento, lâmpadas LED, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitorização e limpeza de equipamentos de refrigeração, radiadores, frigoríficos, congelador, etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitorização e limpeza de equipamentos de sistemas de climatização, filtros de ar, etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existem contadores específicos para os diferentes departamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Descongelamento prévio de alimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aproveitamento da água da chuva para a lavagem de pavimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de sensores e/ou pedais nas tomeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimular os clientes para a reutilização de toalhas e lençóis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>Ações de formação para a sensibilização de boas práticas de poupança de água, energia e reciclagem</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Refira até três elementos para a construção de uma SWOT de práticas sustentáveis na sua unidade.

11. Pontos fortes (Fator interno) \*

---



---



---

12. Pontos fracos (Fator interno) \*

---



---



---

13. Oportunidades (Fator externo) \*

---



---



---

14. Ameaças (Fator externo) \*

---



---



---

## Anexo(s)

### Anexo 1 - Metas do Objetivo 8 - Trabalho digno e crescimento económico

Fonte de Dados: Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & 2adapt, 2022

#### INOVAÇÃO E CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL



#### Crescimento económico sustentável

Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos



#### Diversificar, inovar e atualizar para a produtividade económica

Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, nomeadamente através da aposta em setores de alto valor acrescentado e dos setores de mão-de-obra intensiva



#### Promover políticas para apoiar a criação de empregos e o crescimento de empresas

Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros



#### Melhoria da eficiência dos recursos no consumo e na produção

Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência global dos recursos no consumo e na produção e procurar ativamente dissociar o crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o quadro decenal de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis, com os países desenvolvidos na liderança

#### EMPREGO



#### Pleno emprego e trabalho decente com remuneração igual

Até 2030, alcançar pleno emprego produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor



#### Promoção do emprego jovem, educação e formação

Até 2030, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão no sistema de ensino nem em formação.



#### Desenvolver uma estratégia global para o emprego dos jovens

Até 2030, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Global para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho

#### TRABALHO DIGNO E SEGURO



#### Acabar com a escravidão moderna, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas



#### Proteger os direitos dos trabalhadores e promover ambientes de trabalho seguros

Proteger os direitos laborais e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

## TURISMO SUSTENTÁVEL



### Promover o turismo sustentável e benéfico

Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais

## ACESSO AOS SERVIÇOS BANCÁRIOS



### Acesso universal a serviços bancários, de seguros e financeiros

Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

## Anexo 2 - Metas do Objetivo 12 - Produção e consumo sustentáveis

Fonte de Dados: Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & 2adapt, 2022

### PRODUÇÃO



### Gestão e uso sustentável dos recursos naturais

Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais



### Gestão responsável dos produtos químicos e resíduos

Até 2030, alcançar uma gestão ambientalmente correta dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o seu ciclo de vida, em conformidade com os quadros internacionais acordados, e reduzir significativamente a sua libertação para o ar, água e solo, de modo a minimizar os seus impactos negativos para a saúde humana e o meio ambiente



### Reduzir significativamente a produção de resíduos

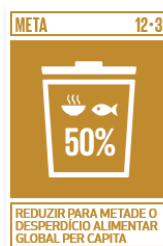
Até 2030, reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização

### CONSUMO



### Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis

Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países a tomar medidas e os países desenvolvidos a assumir a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento



### Reduzir para metade o desperdício alimentar global per capita

Até 2030, reduzir para metade, à escala global, o desperdício de alimentos per capita, tanto a nível de retalhistas como de consumidores, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita



### Contratação pública sustentável

Promover práticas de contratação pública que sejam sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

## CAPACITAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE



### Encorajar empresas para adotar práticas sustentáveis e relatórios de sustentabilidade

Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade



### Promover um entendimento global para estilos de vida sustentável

Até 2030, assegurar que em todos os lugares as pessoas tenham a informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza



### Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar o turismo sustentável

Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais

## Anexo 3 - Metas do Objetivo 14 - Proteger a vida marinha

Fonte de Dados: Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & 2adapt, 2022



### Conservação das zonas costeiras e marinhas

Contribuir para a conservação das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional e com base na melhor informação científica disponível



### Acesso dos pescadores artesanais aos recursos e mercados marinhos

Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos e mercados marinhos

## POLUIÇÃO MARINHA



### Reduzir a poluição marinha

Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

## CONHECIMENTO



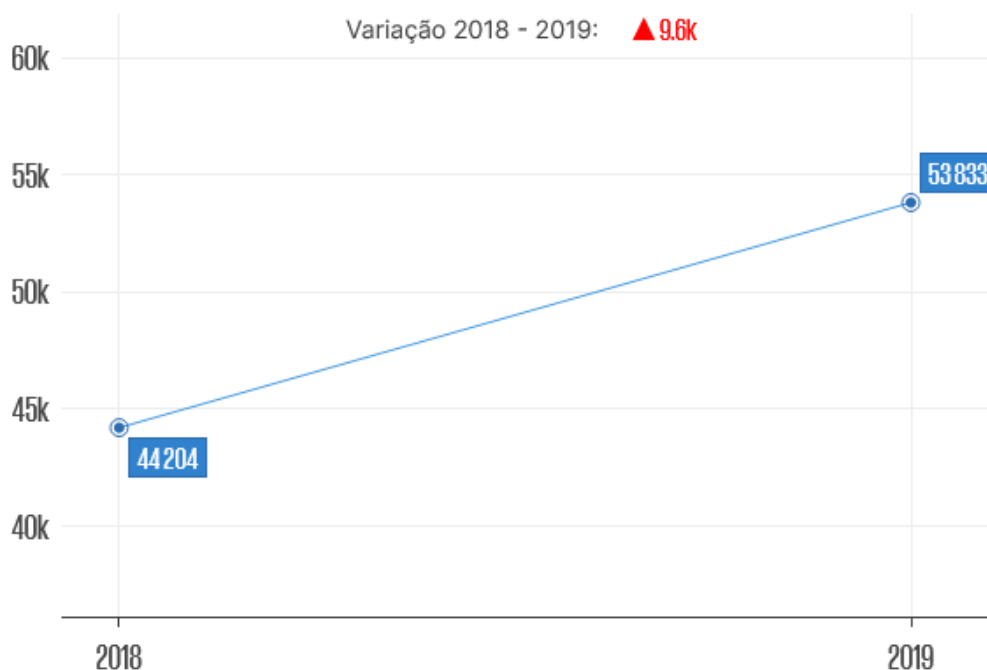
### Gestão sustentável e proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros

Até 2030, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua resiliência, e tomar medidas para o seu restauro a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

## Anexo 4 - Visitantes nas Áreas Protegidas (nº) - Meta 8.9.

Fonte de Dados: Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & 2adapt, 2022

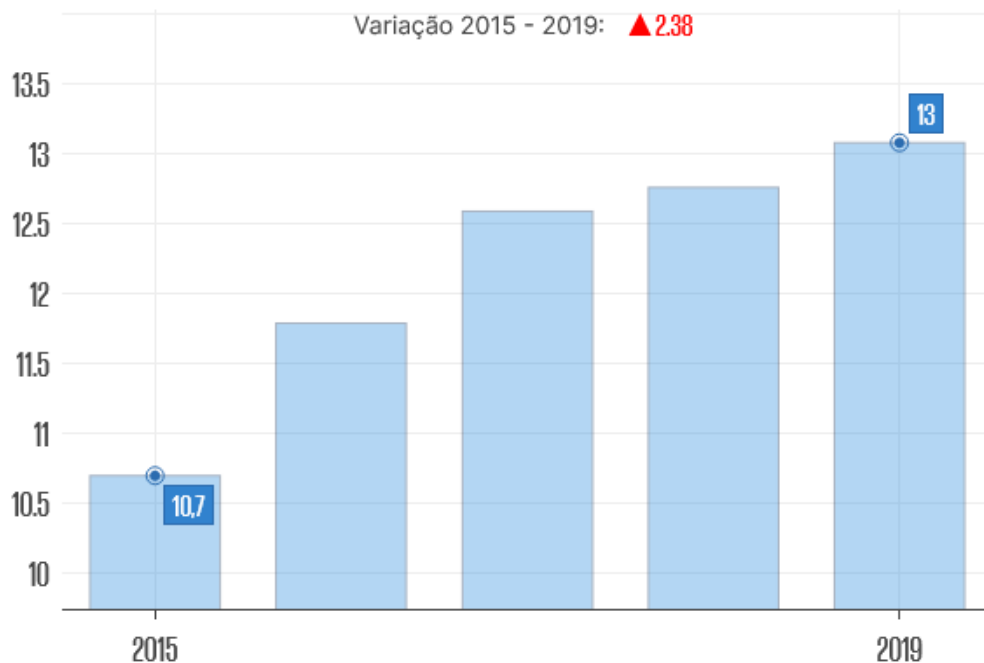
Visitantes nas Áreas Protegidas (nº) **Meta 8.9**



## Anexo 5 - Intensidade turística (%) - Meta 8.9.

Fonte de Dados: Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & 2adapt, 2022

Intensidade turística (%) **Meta 8.9**



## Anexo 6 - Proporção de praias com bandeira azul (%) - Meta 14.2.

Fonte de Dados: Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Ciências do Mar e do Ambiente & 2adapt, 2022

Proporção de praias com bandeira azul (%) Meta 14.2

